



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 07

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	0199
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	0200

TAQUIGRAFIA

ATA DA 51ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO BAIRRO LAGOINHA

Em 05 de novembro de 2015

**Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

(Às 15 horas e 36 minutos é aberta a audiência).

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário de Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública, para discutir e analisar a Regularização Fundiária do Bairro Lagoinha. Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência; convidamos também Excelentíssimo senhor Dr. Carlos Roberto Bittencourt, representante da Procuradoria do Estado; senhor Antônio Calmon, Coordenadoria de Gestão de Regularização Fundiária, representando o Patrimônio do Estado; senhor Antônio Sena, Coordenador de Habitação da SEAS; Senhor Fabrício Bensiman, Secretário Adjunto da SEMUR; Senhor Edson Matias, Presidente da Associação do Bairro Lagoinha; Conselheiro Eliel Ferreira,

Conselho Municipal da Cidade SEMPLA. Queremos também agradecer a presença dos senhores moradores do Bairro Lagoinha, e também a presença do Excelentíssimo Senhor Olival Rodrigues Gonçalves, Procurador Geral do Estado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta essa Audiência Pública, para discutir e analisar a Regularização Fundiária do Bairro Lagoinha. Hoje eu vou quebrar o protocolo, sobre a questão do Hino, até porque a questão do horário, são 15h39 minutos, eu estava com problema agendado, tive que me atrasar um pouco que era previsto para às quinze horas e também o Fabrício, tem uma agenda, pré-agendada também, tem uma reunião, então, eu vou iniciar já as discussões. Em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença de todos os presentes, estão na verdade, Estado, Município, demais Secretarias pertinentes, quero agradecer a presença de todos os moradores do Bairro Lagoinha, que estão nessa luta por muitos anos e quem sabe hoje, nós possamos trazer respostas e um sossego para essa comunidade que hoje clama para ter uma segurança na questão da regularização fundiária, assim como já teve em outros bairros. Eu sempre dou exemplo aqui, a questão do Bairro Universitário, a questão da Figura “A” e outras demandas que foram tratadas em Audiências Públicas e estão sendo sanadas pelo Município e pelo Estado.

Então, eu vou primeiro só Fabrício, pedir para abrir a palavra para a Senhora Josi Maria, me desculpa, é Josi Maria, membro da Associação do Bairro Lagoinha, vai falar aí depois eu vou falar sobre outras questões.

A SRA. JOSI MARIA – Boa tarde a todos. Primeiro em nome de todos os moradores do Bairro Lagoinha, quero cumprimentar a Casa, todos os presentes em especial Deputado Jesuíno, e parabenizar todas as pessoas que são aqui presentes, porque aqui o importante aqui somos nós, a prioridade aqui somos nós, podem ter certeza disso. Nós temos que aprender a brigar por nossos direitos, vocês ouviram aqui agora, que foi anunciado que o bairro Lagoinha, tem uma Associação, tem um

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Presidente, vamos aprender a correr atrás dos nossos direitos, vamos parar de ficar dentro de casa assistindo televisão, assistindo novela e vamos correr atrás dos direitos, porque na hora que chegar uma ordem de despejo na porta da casa de um de vocês, pode ser tarde. Hoje o que está acontecendo aqui pode ser o começo de uma grande batalha, mas que eu acredito, eu acredito que aqui existe pessoas que estão aqui se prontificando a nos ajudar, que a gente pode confiar ainda nessas pessoas, porque eu não acredito que Porto Velho, está entregue a essas pessoas que já entraram no bairro Lagoinha para nos enganar, para mentir. Então, nosso bairro tem uma Associação que isso fique bem claro, porque eu já ouvi da boca de muitas pessoas aqui que não sabem da existência dessa associação e depois como eu já vim aqui uma vez assistir Audiência do bairro Tiradentes, foi que eu tomei a iniciativa de vir aqui e procurar o Deputado Jesuíno e pedir essa Audiência Pública. Porque eu sei, em 2011 eu recebi uma ordem de despejo dentro da minha casa, o meu lote foi vendido comigo morando dentro, eu dentro do meu lote, o meu lote foi vendido. A moça que se dizia dona do meu terreno chegou com uma viatura da polícia e um trator para derrubar o meu barraco, eu sei o quê que é isso, eu não estou falando por nenhum de vocês, eu estou falando por mim. Então, eu quero que vocês, os que não vieram, eu quero que vocês passem, vamos aprender a correr atrás do nosso direito, são 04 anos nessa briga, são 04 anos dando entrada, correndo atrás de usucapião, é Audiência na Justiça, é morador com ordem de despejo e não entra ninguém lá para fazer nada. Então, o que eu quero pedir para vocês; vamos lutar, gente, vamos lutar, é nossa casa, pelo menos para mim é o único bem que eu tenho, é minha casa, o bem material que eu tenho é só minha casa.

Eu quero pedir aqui para o Deputado, que se prontificou a me atender, não é Deputado, o senhor não se esqueceu de mim, mas, eu quero pedir para o senhor, olhe a situação do bairro Lagoinha, olhe para situação do bairro Lagoinha, porque a situação do bairro Lagoinha não aconteceu ainda o que aconteceu no Planalto, não aconteceu ainda o que aconteceu no Tiradentes, mais vem acontecendo constante ordem de desapropriação lá dentro de moradores lá dentro, ordem de despejo. Ontem Deputados, nós fomos numa emissora de televisão divulgar essa Audiência Pública e o apresentador do programa me fez uma pergunta: o porquê que a regularização é responsabilidade da Prefeitura e nós estávamos vindo na Assembleia. Eu creio que tem alguém aqui que deve estar se fazendo essa pergunta, mas, eu vou responder, não foi uma, nem duas, nem três vezes que nós lotamos aquela Câmara Municipal e foi representante da Câmara Municipal, foi representante do município lá dentro do Lagoinha, mentir e enganar o povo. O que foi feito, o que foi passado lá dentro, era que nós tínhamos que parcelar os nossos lotes porque nós não éramos donos dos nossos lotes que nós tínhamos que parcelar e tínhamos que pagar, moradores que tem 12, 13 anos morando lá dentro, tem gente pagando lote lá dentro sem poder e ninguém sabe para quem está pagando. Eu agradeço a todos os presentes, a oportunidade, agradeço o senhor Deputado e eu confio que o senhor não vai deixar isso passar em branco.

O SR. JESUÍNO BOABAI D (Presidente) – Obrigado. Eu quero dizer, aqui eu quero deixar uma mensagem para a imprensa, é interessante, você vê qualquer desvio de conduta, seja de Parlamentar, seja de policial militar, você vê, o policial militar fez tal coisa, ele estampa a cara do policial militar dá quase cem mil matérias. Político hoje está sendo taxado tanto de corrupto, mas você não fala, eu não vejo a imprensa divulgar que foi esta Casa que destinou dois milhões de reais para salvar o bairro Universitário, eu não vejo a imprensa divulgar da forma que deveria a questão lá do bairro Tiradentes que estava na eminência de sair e foi através dessas Audiências Públicas que fizeram acordo também possível de pagarem, ficou uma parcela de trezentos reais a perder de vista. Eu não vejo a questão do Bairro aqui Figura A que foi uma discussão desta Casa também, que está na eminência de sair também, que o Fabrício vai poder me responder depois, a questão dos títulos que vem discussão de cem anos. Eu não vejo a questão do Bairro Industrial que também é outra discussão e uma série de Audiências Públicas que foram feitas nesta Casa, que não teve a devida notoriedade para você terem ciência do que a Assembleia está fazendo. Eu sempre digo: “ Ah! O Deputado fulano de tal não fez, foi corrupto”. O problema é dele, ele responde pelos atos dele, você tem que falar pelo papel de hoje, a Legislatura atual, vocês devem acompanhar, esta Casa deveria está sempre lotada, sempre aqui, como ela bem diz; buscando acompanhar, fiscalizar a atuação do Parlamentar, isso é o papel do cidadão, não basta meramente votar. Então, é algo que o repórter perguntar: “o quê que tem a ver a Assembleia?”. Os Deputados quando são eleitos, ele tem o poder de legislar em todo o Estado de Rondônia, se o prefeito está sendo inerte, ele vai lá conversar: “olha, prefeito o senhor não está tomando as medidas legais”. Então de uma forma até dentro do diálogo pode acontecer isso e a própria Constituição Estadual diz no seu artigo 167, a Constituição Federal. Então, tem várias ações que são propostas aqui que nós temos sim como fiscalizar. Agora, o que não pode a gente fiscalizar, também cobrar e não ter como somar esforços em sanar o problema, que foi o caso, o Estado veio, a Prefeitura não tinha condições orçamentárias no bairro Universitário, nós propomos através de uma emenda, o Governador falou: “eu vou dispor o valor.” E essas pessoas hoje estão, 350 famílias estão tranquilizadas, a mensagem está aqui ainda, deve ser aprovada a questão do remanejamento. Então, é isso, eu não me preocupo também, eu não estou aqui para agradar Governo, eu não estou aqui para agradar ninguém, eu estou para fazer o mandato em nome do povo. Aqui o cara quando pergunta: “Jesuíno tu votas por quem?”.

Eu voto na minha consciência, eu voto quando eu vejo que é algo que vai trazer benefício, mesmo que seja matéria do Governo, agora quando não me convence eu vou votar contrário, e assim que deve ser. Se isso vai trazer uma reeleição, se eu vier, problema, o povo que deve julgar, quem vai julgar é o povo, não sou eu, quem vai lá a hora votar e ai eu quero também fazer um momento de reflexão daqui a três anos muitos vão bater na porta de vocês e passa um melzinho na boca. Ai o povo esquece de tudo, tudo aquilo. Ai o cara vem se reelege, o cara não fez nada, não apareceu em nada e vai continuar mais 4 anos, mais 4 anos, a gente também tem aprender a votar, a gente tem que aprender a valorizar o nosso voto, que a democracia é isso, o Poder emana do povo, assim como eu cheguei aqui vocês também podem, qualquer um do

povo pode. Então é isso, isso que vocês tem que começar a acreditar. Sabemos que ninguém quer nem saber de falar em política, mas quando eu vejo esta Casa lotada, eu fico feliz, eu fico feliz por que ainda existem pessoas que acreditam ainda em políticos que realmente defende o interesse do público, no caso do geral. Então era isso, tem várias falas aqui, e é importante, você vieram para ter uma resposta quanto à solução do problema e qual é a solução do problema? É o título, aquela área é de quem, e eu queria passar, Fabrício, a palavra para você, para o município, depois eu abro para vocês, para o Presidente do bairro por que a sua fala é a primeira. Então eu vou passar a palavra para o Fabrício para ele poder falar sobre a questão do bairro Lagoinha.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Boa tarde Deputado, é com grande honra que retorno a esta Casa, sempre participando aqui das Audiências Públicas propostas pelo senhor e eu nem preciso enfatizar a importância delas, como o senhor já disse, foram de cunho social importantíssimo para o município de Porto Velho. Cumprimento o senhor e estendo o cumprimento aos demais da Mesa para ao tardar da hora, para não me alongar mais. Primeiramente boa tarde aos senhores do bairro Lagoinha, quero parabenizá-los, por vocês terem um Presidente tão atuante quanto o Edilson. O Edilson, desde que eu estou na SEMUR 2013 eu era Coordenador do Programa Usucapião, sempre batalhando pela regularização fundiária do bairro e nós tentamos fazer usucapião lá, quando nós deparamos em três situações distintas que nos impediu de fazer usucapião em algumas áreas lá por conta de caucionamento. Então vamos começar aqui pelo Recanto da Lagoa, chamado Recanto da Lagoa é um loteamento de um empresário que tem outras áreas, inclusive, foi aberta uma CPI das Terras Públicas na Câmara Municipal do município e ele tentou, utilizando um documento de 1996, Deputado, descaucionar os lotes desse loteamento. O que quê é um lote caucionado? É um lote dado em garantia para o município para que ele termine a infraestrutura daquele loteamento, só que isso nunca foi feito.

Então ele retirou um documento de 96, dado por um funcionário de um departamento que nem existe mais na SEMPLA, que depois veio a se tornar SEMUR e estava tentando descaucionar esses lotes junto ao Cartório de Registros de Imóveis, imediatamente o Edilson me deu ciência disso, nós procuramos o Dr. Geraldo Henrique, informamos Dr. Geraldo Henrique Promotor de Justiça da probidade, o qual bloqueou e peticionou os Cartórios e a SEMUR para que tomasse as providências cabíveis e impedir que qualquer outro lote fosse descaucionado. A SEMUR imediatamente também informou aos Cartórios que o único órgão capaz de descaucionar os lotes é a SEMUR e a partir daí desde fevereiro, venho trabalhando com o Edilson, para que esses lotes sejam revertidos para a população que lá está. Aqui passo: o processo foi aberto em março, salvo engano, e ele é um processo demorado, tem que se verificar a infraestrutura implementada, que não foi implementada, nosso Procurador do Município Fundiário, ele solicitou todas as certidões uma por uma dos cartórios, do Cartório de Registros de Imóveis que é o 1º Cartório de Registro de Imóveis, essa certidões chegaram hoje pela manhã, eu ainda nem juntei no processo, vou fornecer cópia para o Edilson.

Para quê ele precisa disso? Para saber o que foi

descaucionado, e a que tempo que foi descaucionado, o porquê que foi descaucionado para nós então levamos a nossa equipe de topografia e de arquitetura verificar se isso realmente foi feito, se houve alguma infraestrutura naquela área, se não houve infraestrutura naquela área feita pelo então empresário dono, que se diz supostamente o dono dessa área, a gente poder retomar administrativamente esses lotes, nós não vamos entrar na Justiça. Nós vamos retomar administrativamente, nós vamos informar ao Cartório de Registros de Imóveis no caso do Recanto da Lagoa que esses lotes estão todos retomados para o município de Porto Velho pela não conclusão da infraestrutura, ou seja, os senhores vão receber o título muito em breve dessa área por que ele não terminou a infraestrutura naquela localidade. O Park Ceará que é outra situação, teve uma ação judicial lá atrás, ela não foi executada, é uma ação judicial para desafetar uma área, eu não me recordo se é de equipamento verde, é uma área de equipamento os moradores entraram com uma ação junto com o Ministério Público, o Ministério Público deixou em favor dos moradores aquela área, o que aconteceu? Houve a sentença em favor dos moradores falando: “realmente eles já estão lá, vamos desafetar a área”. Só que essa ação nunca foi executada, ficou na sentença, não foi executada, ou seja, o direito de vocês não foi levado para frente, que é o direito de vocês receberem o título dessa área. Assim que assumi lá como Secretário, novamente o Edilson foi lá e me passou essa situação eu falei: “Edilson, vamos correr de duas formas, se você quiser executar judicialmente como Presidente da Associação sintam-se à vontade, mas vamos tratar de forma administrativa que eu acho mais célere”. Pegamos o processo, abrimos um processo de desafetação de área, juntamos como fundamentação da desafetação, Deputado, a decisão judicial lá de trás e isso está na PGM Legislativo pronto para ser enviado para a Câmara Municipal para ser aprovado por aquela Casa para também isso retornar para o município e nós podermos fazer a regularização fundiária da área lá do Park Ceará. O Vitória Régia é uma situação mais peculiar, é outra área particular, é outro loteamento que foi abandonado e as pessoas foram lá ocupando, buscando a sua moradia e os moradores novamente ganharam na 4ª Vara Cível essa ação contra o Vitória Régia e só está dependendo de executar. Eu conversei com o Edilson e o Edilson falou que vai procurar um advogado, não é isso, Edilson, e vai executar essa sentença e daí o juiz nos informando, nós vamos emitir os títulos para todos os moradores daquela localidade. Como deriva de ação judicial, os impostos para trás serão desconsiderados, a mesma coisa de uma ação de usucapião. Então, nós temos essas três situações no Lagoinha, todas elas estão bastante adiantadas, eu acho que a única que realmente que nós estamos com dificuldade vai ser com o Vitória Régia que vai depender da Justiça, depende de desarquivar um processo antigo, depende de uma execução, mas não é nada desesperador com nós já vimos nesta Casa e na iminência das pessoas serem retiradas.

Todas as reintegrações de posse que o proprietário do Recanto da Lagoa vem implementando uma a uma contra as pessoas e vem buscar orientação na SEMUR, eu sempre falo: “procure a Defensoria Pública do Estado porque eles já têm uma documentação, eles já têm uma conversa conosco, eles já têm uma aproximação muito boa, eles sabem que os lotes são caucionados”. E lote caucionado não é de ninguém, é como

se ele tivesse esperando ser regularizado, enquanto o loteador não termina o loteamento não pode ficar para ele, enquanto a gente não certifica que aquele loteamento não foi terminado não é do município, ele fica bloqueado, por assim dizer. E temos uma quarta situação que é o Felicidade, eu não sei se aqui tem alguém do Felicidade, tem algumas pessoas do Felicidade, infelizmente eu não posso responder pelo Felicidade, porque ele é da EMDUR, apesar da EMDUR ser uma empresa do município de Porto Velho, ela tem o CNPJ próprio, ela tem a própria Controladoria dela, ela tem a própria Procuradoria dela, ela tem os próprios trâmites dela, seria interessante os moradores do Felicidade, até porque eu já requisitei que isso fosse repassado para o município de Porto Velho para eu regularizar porque está fácil de regularizar, lá é individual, tem título individual, é da EMDUR, é só repassar para a gente e entregar título, mas eu não sei se a EMDUR foi convidada para a audiência, mas assim, eu me proponho de nós agendarmos alguma coisa com os moradores do Felicidade junto a EMDUR, porque eu tenho certeza que eles têm o maior interesse em regularizar. Não foi feito antes porque estava tudo bloqueado o patrimônio da EMDUR, a EMDUR devia milhões e essa dívida foi quitada agora na administração Mauro Nazif e esses bens já estão todos desbloqueados, então passíveis de regularização fundiária, então está simples, as pessoas que receberam aquela autorização de ocupação entregue em gestões passadas está super simples de resolver, é só a gente procurar, vocês podem me procurar na SEMUR, a gente marca uma reunião com o Gerardo e vamos tocar essa situação. Bem, Deputado, me coloco à disposição aqui do senhor sempre, eu ainda estou com uma sobra de hora para poder responder as perguntas que vierem. Obrigado pessoal.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Todos os bairros que foram relatados pelo Fabrício contempla o Lagoinha, todos, faltou algum bairro aí? Estão todos. Então para mim está bem encaminhado mesmo. Até essa questão eu faço compromisso aqui, Fabrício, falar com o Marcos, Defensor Geral, eu faço compromisso com ele para falar, para já ele tomar as providências junto com o Presidente do bairro já, sem custeio nenhum, até porque para ir junto, você pode buscá-lo, vou fazer uma reunião, buscar uma agenda com ele para você já caminhar nessa situação que eu vi que está mais problemática, não é?

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – É, é o mais problemático.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Na verdade é só execução, não é isso?

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – É só execução, é só desarmar o processo, deve estar levando uns 04 meses para desarmar um processo hoje no Tribunal de Justiça, porque ele já está arquivado no Arquivo Geral, e depois executar.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, não é tão demorado, estou aqui com o Procurador do Estado.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Eu fico feliz que nós caminhamos bastante desde fevereiro com o Lagoinha e não vejo uma situação tão grave, Deputado, como nós já passamos aqui como

o Tiradentes, Universitário, Planalto, dentre outros aqui, Dilma Rousseff, é uma situação bem calma, é uma situação administrativa, que se for feita de uma forma pública correta não tem como ser revertida, e aí o título é entregue para a população, e a população vai acabar com esse anseio e o desespero realmente de algumas pessoas serem ameaçadas de reintegração de posse e de outras situações.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu fico feliz, menos mal. Essas pessoas queriam ouvir é isso, eu acho que é o sossego de não chegar a sua porta vir um trator: “vamos embora, vocês tem que sair com um prazo de 30 dias, 30 dias não, 24 horas e o trator já vêm derrubando”. Eu acho que a palavra do Fabrício aqui, ele sempre veio conosco, participou das Audiências, até os compromissos que se foram falados aqui, foram firmados, todos foram efetivados, graças a Deus.

Então a gente. Eu vou passar a palavra agora para o Presidente do Bairro.

O SR. EDILSON MATIAS - Primeiramente quero agradecer a Deus pela vida de todos que estão aqui presentes, quero agradecer ao Deputado, principalmente a minha amiga Josi, foi a que esteve aqui com ele, não é Deputado? Fez essa força toda, se não fosse ela e o Deputado para realizar essa Audiência Pública aqui. Meu nome é Edilson Matias. Boa tarde a todos.

Estamos ali desde 2012, ali na Associação do bairro Lagoinha, vai fazer 04 anos que nós estamos nesta luta, o Fabrício já falou dessa situação. Então não é fácil, quando nós assumimos lá tinha a questão do Park Ceará que a gente não conseguiria dormir, graças a Deus o Ministério Público lá com a questão da Ação Civil Pública. Só que nós estamos há 04 anos se arrastando nessa questão do Park Ceará, na questão de uma simples execução. Já estive no Ministério Público, o Ministério Público: “se você for executar Presidente vai demorar mais porque o Judiciário tem aquelas datas, aquelas, toda aquela situação”.

Então eu conversei com o Fabrício do mesmo jeito. Só que o que era para o município fazer, gente, que era o Posto de Saúde, que está sendo concluído, graças a Deus. A nossa área que era um Parque natural, que infelizmente, o próprio município jogou por terra. Todo mundo sabe que nós estivemos lá na área onde é a Arena Novo Tempo, que é de uma Igreja Evangélica, então jogou por terra o nosso acordo. Os comerciantes como ali o Gouveia vai falar também dessa situação que não pode tirar um alvará, já estivemos com o Prefeito duas vezes, o Fabrício se comprometeu, graças a Deus, de desafetar a área. Então o Park Ceará já tem uma sentença, só falta ela ser cumprida, esse é o grande problema, mas todo mundo hoje está em uma incerteza jurídica, numa insegurança jurídica, porque ninguém tem o documento da área. No início do ano chegou uma senhora desesperada lá porque o antigo dono, essa área do Park Ceará é a área de equipamento comunitário, ela foi doada para servidores do município pelo ex-prefeito José Guedes, imediatamente o MP entrou com uma ação civil pública, o Fabrício tem conhecimento disso. Aí começou um tormento de 14 anos, 14 anos, gente, com praticamente a corda no pescoço, e nós estamos esperando só o cumprimento dessa sentença pela questão da Prefeitura. Então fica muito difícil você não ter uma segurança

jurídica, você não pode ir à Caixa pegar um financiamento, você não pode tirar um alvará. A Associação mesmo está lá, eu não posso tirar um alvará, porque a Prefeitura não terminou a sede da Associação, foi um acordo feito em 2011, nós estamos em 2015. Então fica muito difícil. Então hoje nós temos a Associação, Mas não temos a sede, como é eu vou alugar um prédio? Eu jamais vou tirar dinheiro do bolso dos moradores, porque eu sei que a situação não é fácil. Então muitas pessoas reclamam, como é que eu vou alugar um local sem recurso? Hoje para colocar esses ônibus aí eu fui lá. Quero agradecer ao gerente das Três Marias, ao senhor Ronaldo, mais tem que pagar uma taxa, tive que pagar R\$ 50,00 cada ônibus porque a taxa é da SEMTRAN, eu não sei como é lá, para trazer vocês aqui, graças a Deus, agradeço a presença de vocês, mas, não é fácil. Então a situação do Park Ceará só está mais um pouco tranquila porque tem essa sentença, que foi retirada a força que estava sobre nós, que era essa situação do Ministério Público retirar todo mundo dali, são 194 famílias, mas, nós não temos segurança jurídica, estamos dependendo da desafetação. A desafetação indo para a Câmara Municipal e sendo votada; todo mundo do Park Ceará vai receber a documentação. Toda semana eu a Josi, o Gouveia, o Shaolin que é o Wilson, o senhor Nonato não está aqui, sempre tem uma Comissão indo lá com o Fabrício, acompanhando o processo. Vocês sabem que há morosidade, a questão da burocracia, se não fizer tudo conforme o trâmite, agora tinha outra opção que ele falou: entrar na justiça. Quantos anos? O Park Ceará demorou 14 anos, quem mora lá sabe, trator chegava, eu acompanhei, eu li 1.200 páginas do processo, eu trabalho no Tribunal de Justiça lá eu tinha acesso ao arquivo geral e eu trabalhava lá à noite e comecei vi aquilo lá, pá, pá, pá, e lendo, aí uma hora o Ministério Público disse que não ia, a Prefeitura não ia mandar o trator; aí a Polícia Militar não tinha contingente, graças a Deus por isso porque senão as famílias tinham saído de lá, mas foi resolvida essa questão do Park Ceará, são 194 famílias, mas elas não estão em segurança jurídica, esse é o grande problema, quatro anos lutando, quatro anos lutando, todo mundo sabe dessa situação que nós estamos indo. Vai ao Ministério Público. O Ministério Público não quis executar por causa disso, se você vai fazer uma execução de um processo demora demais, e tudo o que foi feito o acordo, infelizmente, não foi cumprido, o posto de saúde foi abandonado, agora que está sendo terminado; a praça está abandonada, o parque que ia ser, hoje, é onde é a Arena Novo Tempo, que pertence a Igreja Adventista, era para ser o parque do Park Ceará, isso está no acordo, está aqui o Acordo Judicial e o Ministério Público não libera se não cumprir item por item para o acordo.

A SEMA começou arborizar lá, deixou pela metade tem que cumprir item por item do acordo na questão do Park Ceará, senão não sai a documentação e o principal empecilho hoje é a questão da área, viu Deputado, o município fala que não tem condições de adquirir outra área, já estive lá com o Prefeito. Essa questão da folha de pagamento está no limite, então se a gente pudesse também, não é, Deputado, essa questão da Emenda Parlamentar para comprar uma área para compensar a que, não foi invadida, o Ex-Prefeito enganou a Justiça o Sr. Roberto Sobrinho e enganou o Ministério Público e deu àquela área lá, o Lote-97, Raimundo Cantuária com Daniela ao lado da Flor do Piquiá vocês vão vê pela Arena Novo Tempo, a Igreja

Adventista fez a parte dela escriturou em 2004, o Promotor falou para mim: “seu Edilson eu não vou atrapalhar a construção da Igreja porque está documentado”. E poucas pessoas sabem que eu quase fui assassinado lá dentro, porque eu estava acompanhando a obra em 2013, o Gouveia está ali, viu, quando um caçambeiro da Prefeitura tentou puxar uma arma para atirar contra mim, ou meter a facada, ou facão, não sei o que foi; mas, está tudo gravado só eu muitas vezes eu não gosto de jogar coisa no ventilador, porque não vai respingar só em mim, você sabe quando você entra em conflito com o Município, com o Estado, a coisa fecha, mas, o Gouveia sabe, o Gouveia saiu correndo por um lado, eu saí pelo outro por quê? Porque utilizaram caçambas, maquinários, o Gouveia tem as fotos ali, não é Gouveia? Da SEMUSB, a SEMUSB não tinha maquinário para ajudar o Lagoinha para tapar um buraco. Eu falei com o Prefeito: “tome providência, o seu funcionário tentou me assassinar lá dentro”. “Eu vou tomar providências”.

Aquele jeito dele. E o Secretário sabia disso e ficou por isso mesmo. Então, esse é o empecilho hoje Deputado, se a gente conseguisse vê uma área do tamanho do Lote 97, para a gente compensar que realmente tem que compensar essa área, por isso que não sai à documentação do Park Ceará, essa área tem que ser compensada, graças a Deus o Posto de Saúde depois de muita luta, depois de muitas idas e vindas do Ministério Público está saindo. A praça sabe lá quando. A SEMPRE disse que vai retomar as obras da Praça do Park Ceará que faz parte do acordo. Tem que cumprir todo o acordo para que saia a regularização do Park Ceará, os comerciantes não podem tirar alvará, o Gouveia está perdendo serviço ali que não pode tirar ISS, essa é uma das questões, gente, agora a questão crucial aqui é a questão dos lotes caucionados, tem centenas de famílias aqui, são mais de 200 famílias com a corda no pescoço, chegou à época lá um Vereador, que eu já chamei ele várias vezes de “Mercenário Reis” todo mundo sabe disso, que nós quase saímos na porrada lá, a sorte que ele não partiu para cima, porque os guarda-costas nosso do Lagoinha estavam ali, porque o cara chegou lá com o tal de usucapião e de repente já começou a cobrar dinheiro, era dez, era vinte mil de cada terreno e esses terrenos hoje pertencem ao município em tese. O que é um contrato? É uma coisa que você tem que cumprir na íntegra. O que é uma caução? É uma garantia. A Empresa Chagas Neto, infelizmente, ela é dona de todo o bairro Lagoinha, todo, ela é dona do Park Ceará, ela descaucionou e vendeu tudo a revelia da Lei. Eu só queria saber por que é que a Lei do Estado, do município é diferente da Lei de São Paulo?

Eu tenho uma matéria de São Paulo aqui que os caras foram presos. Tanto o dono da construtora como as pessoas que estavam aqui: “Polícia Civil prende empresário suspeito de vender terrenos irregulares”. Isso era para ter acontecido lá no Park, no Recanto da Lagoa.

Fiz a denúncia no Ministério Público junto com o Shaolin que está ali, ele sabe de tudo. Então, o nosso calo hoje no sapato, a pedra no sapato Deputado, chama-se Recanto da Lagoa. Tem que chamar, eu estou com 90 dias tentando marcar uma audiência com o Promotor do Urbanismo. Ele sabe ali, que a gente vai lá, é o Dr. Adilson. Olha aí, 05 vezes mudou de Promotor e 03 vezes de Secretário da SEMUR, vocês estão entendendo como é que são as coisas? Quando a gente começa

a entrar num acordo, numa conversa... Então, Deputado, se tivesse uma situação da gente ter uma reunião na SEMUR, com a presença de Vossa Excelência. O Fabrício falou que o Bosco e o Chagas Neto não representam mais a empresa Hidros. Montaram um escritório lá para perturbar o pessoal, com a conivência de um Vereador, do ex-prefeito e do ex-secretário, na época. Então gente, nós estamos com a corda no pescoço, chegaram duas reintegrações de posse lá, duas. As pessoas lá, eu não entendo como é que a Justiça dá uma reintegração de posse, Deputado, se a Certidão de Inteiro Teor está dizendo que está caucionado. Eu não entendo como é que o Juiz não olhou, eu não entendo qual o posicionamento de vocês. Eu falei para as pessoas, eu fiz 10 reuniões com carro de som e tudo. Eu fazia uma reunião na terça e o Vereador fazia na quarta, dizendo que tinha que comprar. Eu fazia na quinta, dizendo: “não, gente, esse terreno é do município”. O Vereador fazia outra na sexta porque queria ganhar dinheiro para a campanha dele, isso era em 2012. Quem pagou a campanha do Vereador? O mega empresário, latifundiário; e ele ferrou a vida de todo mundo lá no Recanto da Lagoa. O seu Antônio está lá, coitado, fechamos a casa dele com um monte de barricada, polícia veio, voltou, tirou as coisas, botou num caminhão. O pessoal foi lá e botou para dentro da casa dele de novo. Um simples senhor que trabalha aqui no mercado do Km 01 aqui. Então está difícil a nossa situação. O Fabrício já entrou, estou com o protocolo aqui de descaucionamento, já falei para o Fabrício, tem terreno que foi vendido em 1998, em 2002...

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Até em 2014 apareceu uma Certidão descaucionada, que o Shaolin apareceu lá com ela. Eu falei: “não, isso não pode”. Até liguei para o Registro de Imóveis e eles não souberam explicar porque é que estava descaucionado. Aí, depois ela apareceu caucionada de novo.

Recordo-me bem, nós até informamos ao Dr. Geraldo Henrique que é da probidade, sobre essa situação.

O SR. EDILSON MATIAS – Então, quem caiu na onda do Vereador e do empresário e assinou os documentos, está sendo acionado na Justiça. Já teve audiência e não teve acordo. Esse é o grande problema, ele vai começar a pegar de um por um, se o município não tomar providências em relação aos lotes caucionados do Recanto da Lagoa. Esta é a pior situação que nós estamos vivendo hoje. O Park Ceará, graças a Deus, teve uma sentença, falta ser executada; o Recanto da Lagoa. E esses loteamentos é um só cidadão, aliás, pertencia, que ele vendeu tudo e ainda quer os lotes caucionados, que em tese não cumpriu o que era para ser feito dentro do loteamento, e como eu falei para vocês, chegaram lá em 2012, para enganar o pessoal. Se não fosse formar comissão com a Josi, com o Shaolin, o Rogério, o César e encher a Câmara Municipal em 2012, infelizmente nós fomos enganados. Infelizmente nós fomos enganados pelos Vereadores, Fabrício, Deputado. É por isso que as pessoas estão um pouco desacreditadas. Fomos enganados, nós lotamos dois ônibus, todo mundo sabe disso.

A dona Maria está ali, o Shaolin está ali, as pessoas lá do Recanto da Lagoa, o Zeferino está lá, e colocamos dentro da Câmara Municipal. E eles falaram: “não, vamos fazer o seguinte, vamos fazer isso aqui, mandar uma emenda...”. Chegou a campanha eleitoral, eles ó... Ainda enganaram, dizendo que era do Candeias do Jamari, ma,s graças a Deus

nós fomos lá com o Fabrício. Hoje tem uma ação rolando aí, Vereador vai responder por tentar vender lote caucionado, isso se chama estelionato. Aqui, lá em São Paulo foi aberto 66 inquéritos por estelionato, por vender lote caucionado. E a Justiça de lá é a mesma daqui. Só que infelizmente o senhor sabe que as pessoas têm poder. O dono desse loteamento tem um poder tremendo dentro das repartições públicas. Esse é o grande problema. Então, Fabrício, vamos correr em relação ao lote caucionado, quero até que você pule essa parte de ter que estar: “vai o arquiteto, vai não sei o quê lá”. Não. É chegar, fazer a reunião com o senhor Chagas Neto. Quem é o representante da Hidros hoje? Você sabe?

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Eu busquei a imobiliária que está representando eles e eles não me informaram ainda formalmente. Assim que eu receber o ofício, ele vai ser comunicado, que tem um processo de descaucionamento dos lotes para reverter à municipalidade, em favor da população que está ocupando.

O SR. EDILSON MATIAS – Essa é a situação de hoje, para reverter ao município, para o município regularizar no nome de vocês que estão aqui lutando nesta tarde, com apoio do nosso Deputado, que se não fosse ele, primeiramente Deus, nós não estávamos aqui e nossa amiga Josi, que me ligou, marcou, corremos atrás do ônibus, era para ser dia 23, não deu certo, mas graças a Deus, deu certo hoje. Eu e o Shaolin, fomos lá pegamos dois ônibus lá para trazer para cá, para que nós possamos sair daqui, Deputado, com a ata definida sobre essa situação. Eu acho que no máximo em quinze dias Fabrício, o Park Ceará já vai ser feita a desafetação?

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Olha, você me pediu um negócio que eu infelizmente não posso fazer, que é deixar de pular uma técnica. Aquilo que a gente sempre conversa, Edilson, se eu pular uma parte técnica, eu chego lá na frente, desafeto, aí ele vai lá, entra com um mandato de segurança e fala: “olha não foi feito essa parte aqui e reveste de novo”. Aí complica tudo de novo, judicializa e aí vai um tempão. Então, vamos tomar as medidas corretas, para que isso seja feito e nunca mais, ele possa falar: “aquilo lá é meu, eu vou tirar alguém de lá”. Aquilo lá vai ser da população e nunca mais ninguém mexe.

Então, gente, palavra do Fabrício, infelizmente, eu queria pular essa parte do arquiteto vai levanta, vai fez. Hoje, graças a Deus, grande parte do Lagoinha, está drenado, então, isso já é um ponto favorável ao município, isso quer dizer, quem fez a obra lá foi o município, e a empresa não cumpriu a parte dela, eu creio, Fabrício, nós temos fé e vamos continuar lutando.

Só não esperamos sermos apunhalados pelas costas, porque aí é difícil, porque eu sei que as pessoas têm o poder por trás ali, vão cercando, vão cercando.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O pleito aqui então, o senhor falou que a questão da área, tem uma área que deve ser doada, tem que ser compensada, o Fabrício, quer falar sobre isso. E tudo que está sendo falado aqui, é registrado e tem também assessoria, que eu peço que faça um resumo do está sendo discutido, então aqui é uma Casa Parlamentar, ninguém está aqui para jogar conversa fora, nós não iremos

ficar uma tarde como o senhor bem disse, só de conversa, primeiro que eu não gosto nem disso, eu gosto da coisa bem, viram que eu até pulei alguma, quebrei algum protocolo por conta da coisa, para dar uma celeridade na situação. Então, Fabrício, eu queria que você falasse, o Edilson citou e quem quiser falar, para ficar mais dinâmico, dúvidas, isso, sobre isso, e a gente vai, falou quinze dias, não tem data, então, quinze dias não dá e a gente vai colocando e pautando e vou fazendo as anotações pertinentes, entendeu? Assim como foi as demais audiências, o Fabrício, falou não, o Estado veio? Não eu compenso aqui, o Estado na época tinha, também fazia parte da situação e era uma coisa maior, o Estado eu compenso nisso, aí o Fabrício: “não, eu vou por aqui”. Então, saímos, inclusive, na última até você falou: “vou protocolar o processo em tantos dias”. E foi feito, ainda ligou informando isso, então, o importante é isso, a gente vai sair com datas, mas, pelo menos, ele está fazendo esse procedimento. Então, quem quiser falar está aberto para falar, a gente vai falar, mas vamos tentar ser dinâmicos em colocar os pontos primordiais, porque também se a gente voltar lá do Governo Raupp, do Senador, a gente vai ficar, não vai andar, não vai evoluir, então vamos pontuar. Pega o microfone, leva para ele lá, por favor.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Enquanto isso Deputado, o senhor me permite, eu respondo sobre a situação da área a compensar. Edilson, como o Ministério Público abriu uma brecha para a gente compensar a área, que nós podemos compensar uma área de igual tamanho em qualquer localidade da cidade.

Eu me comprometo com o Lagoinha, lá com o Park Ceará, de compensar essa área. Dentro dos quatro quilômetros que o urbanismo permite, isso eu me comprometo com você, isso não é difícil de ser feito, o MP deu essa brecha para a gente, ele aumentou de dois e meio para quatro o raio de compensação, e se for indenizável ainda pode ser ainda mais longe, mais para a comunidade, não é interessante, mas eu me comprometo contigo da gente fazer essa compensação.

Mas vamos por partes, vamos trazer o Park Ceará, e quando chegar em condições, que eu já vi a sentença, já li aquela sentença centenas de vezes, chegou nessa parte da compensação, eu falo: aqui é SEMUR, aqui eu me comprometi na Assembleia Legislativa, nós vamos tomar como base e vamos compensar essa área, você pode tranquilo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou passar aqui também o Carlos, o Dr. Carlos, quer falar, aquela questão de uma Lei. Vou passar a palavra para ele.

O SR. DR. CARLOS ROBERTO BITTENCOURT – Boa tarde a todos, gostaria de cumprimentar o Deputado Jesuíno Boabaid, representante desta Casa, que é extensiva a todos os outros Deputados Estaduais. Excelentíssimo senhor Fabrício Bensiman, Secretário Adjunto da SEMUR, meus cumprimentos ao Presidente da Associação do Bairro Lagoinha, senhor Edilson Matias, meus cumprimentos, ao Calmon, colega de trabalho, meus cumprimentos também. Gostaria de dar uma informação aos senhores, pegando um gancho naquela primeira senhora que se manifestou aqui na tribuna sobre a importância da Associação de Moradores de Bairro. O direito processual, ele é visto hoje de forma diferente, antes nós tínhamos um direito processual individual, a importância todos os instrumentos

processuais eram voltados para o litígio individual. Hoje, a preocupação é outra com a dinamicidade da sociedade, com o crescimento das demandas hoje o direito processual civil se preocupa com o direito coletivo e com base nisso novos instrumentos surgiram para dar poder ao direito coletivo e é com base nisso, é com base nesse cenário que a Associação dos Moradores do Bairro a sua importância; porque no artigo 50, inciso II da Lei de Regularização Fundiária Urbana 11.977/2009 prever a legitimidade da Associação dos Moradores para realização de todos os atos necessários para a regularização, todos os atos, salvo aqueles que dependerem da Prefeitura, de outros órgãos públicos. Mas, é importante a Associação dos Moradores, o fortalecimento da Associação, é importante a participação dos moradores, na integração na sociedade, porque ela é que vai falar pelos senhores, ela que vai representar os senhores. Então, eu gostaria de dar essa mensagem aos senhores sobre a importância da Associação de Bairros. Boa tarde.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Passar a palavra agora para o cidadão.

O SR. JAIRTON – Boa tarde, meu nome é Jairton, eu sou morador lá do Park Ceará, que agora é Lagoinha. Eu tenho uma Ação Judicial lá que chegou uma senhora dizendo que era dona do meu lote. O quê que aconteceu? Fomos para justiça, ela chegou dizendo com os documentos que era dona; eu apenas cheguei perante o Juiz falei a verdade, que eu moro ali desde 2012, realmente eu entrei lá assim, procurando moradia e tinha uns papéis comprovando tudinho, que eu morava durante essa época lá, fomos para justiça. Chegou lá na ação judicial, o juiz me deu a posse da terra, me deu a posse da terra na audiência lá. E lá chegou a dona, se diz a dona do lote com uma advogada. Aí ele falou que me deu a posse da terra: “você não ganhou tudo, você ganhou a posse da terra”. Lá no juiz. Eu falei assim: “o usucapião, como é que eu faço? Os papéis comprovam o tempo que eu moro aqui para eu entrar com usucapião”. Eu procurei lá na Prefeitura o Fabrício; não sei se ele recorda, eu andei procurando lá, ele me explicou tudinho e falou a situação da área lá. Aí, essa situação está na justiça, o juiz decretou lá, me deu a posse da terra. A mulher, os documentos que ela apresentou não compartilham com o meu. Ele falou: “você tem a posse da terra, você não ganhou tudo, você tem a posse da terra. Agora cabe ela requerer, arrumar outro documento para te tirar da terra que comprovam derrubar o teu”. Aí eu perguntei: “o meu usucapião, como é que fica o direito deste usucapião?”. Que disse que depende de 05, 06 anos comprovando que eu moro no local eu tenho usucapião, só que entra essa história, o Fabrício explicou tudinho. Aí essa causa ficou na justiça, como é que ela fica? Ela fica parada ou vai adiante, como é que acontece com esta causa?

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Olha, sem ter conhecimento profundo do seu processo, mas eu me recordo de você sim, nós conversamos, analisamos a documentação para ver se a gente podia entrar com usucapião e estava caucionando o lote eu te expliquei o por que; mas, eu te deixei bastante tranquilo, eu me lembro que você ganhou a manutenção, você continua na posse e essa causa não pode ser abandonada, um grande erro das pessoas muitas vezes em ocupações

irregulares é serem incitadas, serem intimadas a comparecerem em juízo, a se defenderem e não constituírem um advogado, um Defensor Público, é muito importante se você não tem condições de pagar um advogado, vá a Defensoria Pública, é um órgão fantástico no Estado de Rondônia, chama-se Defensoria Pública do Estado de Rondônia, você já está se defendendo, mais acompanhe, porque para o defensor o principal interessado é o senhor, se o senhor não tiver acompanhando, ele, às vezes não consegue um contato com o senhor para falar de uma audiência ou um contato para o senhor providenciar um documento e aí ele fica de mãos atadas. Então, é importante o senhor pegar o número do processo, ir à Defensoria e ver como está o processo porque você ganhou em liminar a manutenção da posse, mas isso vai se decidido em sentença, isso vai ser recorrido, não abandone continue acompanhando.

O SR. JAIRTON – Está bom então. Obrigado.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Ok.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu estou, o senhor Alair Antônio, pergunta: como providenciar autorização do alvará de funcionamento para o comércio?

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Pois é, o senhor Antônio. É o mesmo caso, como que é o nome do senhor? O seu Gouveia, o mesmo caso, eu ainda tentei ajudar o senhor Gouveia, não foi senhor Gouveia? E o que acontece é que sem o título, a SEMFAZ, a Secretaria Municipal da Fazenda, não autoriza o alvará. Nós estamos tentando reverter isso com a revisão da Lei 097/99 que é de uso e ocupação do solo e ela vai prever um alvará temporário e contemplará, antes da Câmara fechar agora para o recesso, ela vai ser votada, ela vai contemplar o alvará temporário que vai ajudar as pessoas, as pessoas estando compromissárias com o IPTU ou como posseira já vai ser possível tirar o alvará, mas nesse momento infelizmente não, mas quando essa lei for aprovada pela Câmara sim.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Entenderam não é? Vai ser proposta de Lei, entenderam? É por que se a lei, é igual hoje o Presidente da JUCER me falou quanto a questão das empresas, para você ter uma empresa hoje é complicado e para fechar pior ainda, você vai morrer e não vai conseguir fechar. É muita burocracia, você não tem ideia, a gente está tentando implementar um projeto em alguns situações que vai melhorar, o prazo vai ser em 24 horas, tem Estado que apresentou documento e já sai com todos os documentos, o alvará, da JUCER, tudo da Junta Comercial. Então é coisa que a gente não pode sempre, fica vendo, é muita burocracia e solução nada. Então já tem um compromisso, já tem um indicativo, Fabrício, da Prefeitura encaminhar esse projeto?

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Já é uma lei que está sendo estudada desde agosto, para modificação dela, não é isso Calmon? Desde agosto ela vem sendo revista e tem nela já a previsão do posseiro ou compromissário poder retirar alvará temporário, que aqui em Porto Velho não há o alvará temporário, não há esse instrumento. E vai passar a ter já contemplando o posseiro ou compromissário, pagador de IPTU.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Boa, vou cobrar do Prefeito, não vamos esquecer não.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Não, não, por favor.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O Sr. Martins e o Sr. Pedro, morador da casas construídas pelo Chagas Neto pagam a Caixa, mas não pegaram as escrituras, como fica a situação dele? Ele está perguntando.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Olha como foi financiado pela Caixa eu não sei, por que é um caso específico eu não sei como foi essas questões de financiamento, que realmente houveram algumas casas construídas lá pelo Chagas Neto que foi financiada pela Caixa, e as pessoas continuaram com o pagamento. Eu acho que se você encerrou o seu boleto, acabou o seu financiamento procura a Caixa Econômica para ver como vai ficar a emissão dessa escritura, por que isso aí é a Caixa envia uma notícia para o Cartório que aquela hipoteca foi cancelada por que foi adimplida e aí transfere para quem estiver com o contrato. Mas isso tem que procurar a Caixa Econômica Federal para se informar melhor.

O SR. CARLOS ROBERTO BITTENCOURT – Possa esclarecer sobre isso, eu tenho certa experiência nesse aspecto, as casas financiadas pela Caixa Econômica Federal, ela não tem escritura pública, o próprio contrato de financiamento vale como escritura, ao final do pagamento você tem que ir a Caixa Econômica Federal e solicitar o termo de quitação para você averbar no Cartório de Registro de Imóveis no seu nome. Independente do vendedor, independe de outros terceiros, a Caixa Econômica dá o documento de liberação, você leva no Cartório e já está regularizado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Foi assim que aconteceu, eu tinha um imóvel foi da mesma forma. O Sr. João Andrade; como ficaram os imóveis que estão em nome da Imobiliária? Essas perguntas eu acho que, vocês estão ouvindo ou está um pouco ruim? O Fabrício já citou, todos esses processos estão tramitando, explica novamente até de uma forma para eles...

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Os processos da Hidros, da Imobiliária Chagas Neto, estão todos seja por desafetação, seja por retomada dos lotes caucionados vão vir para o município, esse é o ponto fundamental, o resto, o que acontece entre a questão técnica que nós estamos tratando na SEMUR, que nós estamos tratando com a SEMPLA para poder resolver isso o mais rápido possível. Mas, o fundamental será por desafetação, votado na Câmara e o outro por descaucionamento por que não deu infraestrutura ao loteamento, mas, o importante é que os lotes serão retomados para o município em favor da comunidade.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Explica para mim, até para eles entenderem, esses dois Institutos que você falou...

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Ah! Sim, a desafetação o que quê acontece? Assim tem uma área que ela está contemplada para a construção de equipamentos comunitários; escolas, creches, um posto policial, um hospital ou um posto de saúde, e o que acontece? Lá atrás houve uma ação civil pública que o Edilson explicou muito bem aqui que ela falou: olha não pode

colocar essas pessoas aqui, mas já que o município se propôs a utilizar isso para moradia, que fique a população que está ocupando lá agora, e não os funcionários da Prefeitura, entendeu? Então essa vai ser desafetada pela Câmara Municipal, que é essa desafetação? Transformar equipamento comunitário em área habitável no documento, por que ela já está habitada pelos senhores certo? E o descaucionamento, o caucionamento é uma garantia de término da execução de uma obra de um loteamento, que ele vai fazer o posteamento, que ele vai fazer a calçada, que ele vai fazer a cascalhamento, que ele vai fazer a drenagem, o esgoto, uma ETE, que é a Estação Tratamento de Água, Estação de Tratamento de Esgoto. Ele não fez isso, isso é óbvio tanto que o município está tendo que entrar lá e fazer a drenagem, fazer um asfaltamento, fazendo calçada, dando a iluminação pública. Então isso é uma questão técnica, que os meus técnicos e arquitetos irem lá e constataram que realmente isso foi feito pelo município e não por ele, e trazer esse o lote que está bloqueado que é o caucionado, para o município para então a gente poder regularizar para vocês. E é tão somente isso Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Entenderam? Então todos esses lotes que estão em discussão, esses dois institutos que ele citou, está sendo avaliado para retornar para o município e o município vai no caso escriturar, todas escrituras, e ali está tranquilo. O Presidente falou: "olha, a questão de uma área"; ele já falou, o Fabrício já garantiu, vindo, tendo a solução desses dois institutos, a desafetação e o descaucionamento, ele já vai garantir a questão de uma localidade num raio de 04 quilômetros para a questão dos equipamentos públicos, até aí vocês entenderam? Até porque, quanto tempo já tem essa ocupação lá? Quinze anos, gente, pelo amor de Deus, isso aí agora tem que ter já uma decisão, Fabrício, a gente não pode também postergar. Eu sempre digo, eu acompanho, não é que eu sou chato não, é porque eu sou mesmo, se a gente pega, entra numa causa tem que ter resposta, o povo não aguenta mais ficar só empurrando com a barriga, isso aí é fato, temos que sair daqui com situações e você quando vem, não estou aqui falando da Márcia, até porque ela sempre também vem aqui, mas você quando vem, vem com respostas, é bacharel em Direito, tem o conhecimento, tem todo conhecimento na área jurídica, é uma pessoa que fez o compromisso conosco e vem honrando, então não tenho problema em sustentar a sua fala aqui e até falar, o que ele falou vem cumprindo todos os pontos que foram discutidos, são levados. Então eu vou ...

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Esse aqui Deputado é uma situação diferente, eu acredito que foi a Sra. Maria Jandira quer saber como terá acesso à escritura do imóvel, essa documentação dada pela EMDUR. É aquela situação que eu falei, eu vou me propor que as pessoas do Felicidade, de nós nos reunirmos na SEMUR, chama o Presidente da EMDUR e vamos tratar do Felicidade que é o caso aqui, que a pessoa comprou de quem recebeu do então Prefeito Roberto Sobrinho, eu não vejo qualquer problema aqui que se dê a preferência, inclusive, dizendo: "olha, ela comprou do beneficiário, então vamos honrar o contrato que foi feito". Eu não vejo porque, mas como eu disse, eu não posso responder pela EMDUR, é uma empresa separada, mas eu me comprometo com as pessoas do Felicidade que assim que vocês quiserem, me busquem lá na SEMUR, nós vamos marcar uma agenda com o Gerardo, vamos sentar e vamos resolver essa situação do Felicidade.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas, o compromisso que foi feito, o Fabrício já fez dois compromissos, o segundo; o primeiro é a questão da área para compensar os equipamentos públicos; segundo a situação da senhora que é do bairro Felicidade, não é? Então eu já tenho uma agenda, Fabrício, eu queria até que você me informasse se eu poderia participar dessa reunião só para acompanhar mesmo.

Tem alguma outra situação?

O SR. WILSON DOS SANTOS CARVALHO – Deputado, boa tarde, Fabrício, senhoras e senhores presentes na tribuna, pessoal do bairro Lagoinha, primeiramente a gente tem que agradecer a todos que estão presentes aqui, principalmente o Deputado que puxou essa audiência pública. Primeiramente, pessoal, nós estamos aqui com fundamento de regularização fundiária, não é isso? É ou não é? Eu estou certo ou estou errado? Ouvimos aqui o Fabrício falar que está tudo certinho, está tudo bonitinho para ser regularizado, eu não sei qual é a culpa, até agora deputado eu não sei qual é a culpa aí que nós estamos a quatro anos nessa batalha. Hoje eu queria que estivesse, eu não sei se está o MP presente, eu não sei se está presente, mas, eu gostaria que estivesse, e a minha satisfação de estar aqui é tanta que antes teve uma audiência pública de lá e eu não pude estar, Deputado, mas o nosso objetivo ali dentro do Lagoinha é falar, não sobre Park Ceará, não é o Recanto da Lagoa, não é o Vitória Régia, mas sim do bairro Lagoinha em si porque o bairro Lagoinha hoje, pessoal, hoje nós temos um grande problema, de pessoas que estão sendo, bem dizer, entrando nas casas, Deputado, para a pessoa tem que pagar onde mora, a moradia hoje, então nós não podemos, eu concordo com a palavra do Procurador onde a Associação tem por direito de estar juntamente com todos os moradores. Mas agora eu vou falar uma coisa para vocês aqui, isso não é indignação, não é indignação, mas é o seguinte, eu moro no Lagoinha desde 2001, olha só o documento que eu tenho aqui em mãos que fala o seguinte: isso não vai servir para o Lagoinha em geral. Eu estou falando aqui não é um, dois, três, não, é em geral. Faz o seguinte eu vou falar do lote caucionado por quê? Porque acontece dentro dos lotes caucionados, se acontece isso dentro dos lotes caucionados, acontece sem ser dentro dos lotes sem serem caucionados é pior ainda. Veja bem: "caucionado ao poder público somente sendo liberado após vistoria técnica a ser realizada pela municipalidade que venha constar a implantação de todos os equipamentos urbanos exigidos conforme averbação nº 04, de 25 de janeiro de 1988, matrícula nº 24.413 do registro". O que eu quero falar com isso, senhores? Eu não estou aqui fazendo média não que eu não preciso disso. E vocês sabem que eu sou morador do Lagoinha. Como é que pode. E aqui fala o seguinte de 1988, Deputado, 1988. O lote que é caucionado, levanta a mão do pessoal aí que está indo para a Justiça com o lote caucionado. Cautonado, Deputado, caucionado. Isso para a Casa, me desculpe; à expressão, mas é uma vergonha, é uma vergonha isso aí. Um lote que é caucionado e olhe eu vou dizer mais, Deputado, é para, é um lote, é municipal da Prefeitura onde o Prefeito Mauro garantiu, e está na Lei Constitucional: moradia para todos, sabe, moradia para todos. E outra coisa, outra coisa, como é que uma pessoa está dentro de um lote caucionado, não só dentro do lote caucionado, mora há 15 anos, chega um cara lá que vocês

ouvirem falar aqui o quê? Chagas Neto não tem nada a ver com nenhuma obra, nenhuma casa, nenhuma rua, nem nada, nem um poste, não tem nada a ver com seu Bosco e não sei quem mais, mas, eu pergunto para vocês, eu pergunto aqui aos senhores, principalmente ao Fabrício, eu pergunto a ele: “que direito eles têm então de entrar na Justiça e cobrar um lote que vale R\$ 15.000,00 se vocês estão há 15 anos lá dentro?”. É verdade ou é mentira o que eu estou falando? Então, Deputado, esta na hora de os senhores que são, eu não tenho esse poder que os senhores têm e eu respeito cada um que está nessa Mesa de tomar uma providência séria, isso aqui. Eu gostei quando o senhor Deputado está de parabéns, quando o senhor falou que o senhor não é de meias palavras, o senhor não gosta de estar com blá, blá, blá, não, a coisa aqui é séria. O senhor aqui, tem pais e famílias e mães de famílias, eu sou um que deixei de trabalhar e vou estar de plantão hoje a noite.

A gente não está aqui para brincar, não. A gente está aqui para contar coisa séria, a gente não está aqui para falar dos bueiros que estão entupidos lá não. A gente está querendo aqui sabe o quê? O nosso direito de cidadão para conseguir, sabe o que? O nosso Título definitivo. A minha revolta não é com o Deputado, vocês podem dizer assim, não, nós temos que agradecer ao Deputado Jesuíno que aceitou a gente aqui falar na tribuna, porque eu já participei aqui de várias tribunas aqui sendo convidado por outras Instituições de Associações e ninguém deixava ninguém falar. Eu acho isso um absurdo, porque muita gente falou quando alguém tacava fogo nas ruas lá por causa de loteamento, dizia que algumas pessoas, Deputado, do Lagoinha eram bandidos. E na verdade é o contrário, bandido é aquele que chega lá com recibo com cara de pau, na cara dura dizendo que foi cobrar 500 contos do morador que está há 20 anos lá dentro. Não é verdade? Então Deputado está na hora. O senhor Mauro, era para o senhor Mauro estar aqui para estar escutando isso da população que mais acreditou nele, que mais acreditou, sabe que mais acreditou, a minha indignação. E outra coisa, aqui o cara levando, olha veja bem, é até engraçado isso, eu não estou falando só de lote caucionado, não. Tem gente que mora lá 15, 16, 17, 18 anos, levando, o senhor Fabrício sabe muito bem disso que nós estamos nessa luta há 04 anos. Todas as vezes que nós íamos lá, toda vez que chegávamos lá dizia assim, na época do Cristian Camurça, eu não tenho medo de falar o nome de ninguém porque eu não devo para nenhum, entendeu? Não devo para nenhum. Agora é muito humilhante, gente, vocês estarem na casa de vocês como eu e receber um extrajudicial assinado o nome de uma pessoa que nem Juiz é, nem Juiz é. Está na hora, quando a Josi veio aqui falar, gente, falar assim: pessoal nós temos que procurar os nossos direitos. Ela não quis dizer que cada um tem que ter individualismos, não, ela falou que nós temos que nos reunir mais ainda. Não é pegar e cruzar os braços e ficar pensando: “eu vou deixar a minha vizinha ir lá porque ela vai resolver por mim enquanto eu vou assistir novela, vou dormir”. Agora eu pergunto para você, Fabrício: como é que o pessoal que tem lote caucionado e está na Justiça, porque quando foi perceber era lote caucionado. Eu fui um que mandei tirar inteiro teor, e ele sabe muito bem disso que eu peguei um desse aqui, o ano passado eu peguei um papel desse aqui, pena que eu esqueci, eu tão apressado lá em casa que eu esqueci os meus documentos, dizendo que o meu lote estava descaucionado no

cartório e que se eu quisesse bagunçar com o cartório eu bagunçaria, não é bagunçar que eu digo, é até mesmo entrar na federal, aí como é que eu vou lá no outro dia, falei com o Fabrício, o Fabrício sabe disso, fui a Prefeitura, o cara chegou lá e disse: “não, manda ele aqui que o documento dele está caucionado de novo”. Agora, eu pergunto para vocês senhores que são jurídicos? Isso pode acontecer dentro do Estado de Rondônia? Pelo amor de Deus. Será possível que até no andar da gente a corrupção está andando junto? Deputado, obrigado pela palavra.

Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Tem várias pessoas para falar, é aberto, por mim se vocês quiserem levar até às 23h00 a gente leva, eu penso muito em vocês como falei, é o tempo, a coisa tem que andar de uma forma também que vocês queiram sair com respostas plausíveis, mas, ação, papel, o Juiz, ou seja, quando você entra com uma ação, o advogado, ele escreve tudo e no papel pega tudo ali, só que na hora que ele tem que julgar, ele deve analisar os documentos e aí que eu vejo: “Ah! Ele vai analisar uma coisa”, se ele julgar em conformidade com a Lei ele pode responder, ele pode responder que ele está ciente e que ele deve julgar conforme a Lei, para isso tem a CNJ, tem os órgãos competentes, então vocês ficam tranquilo, agora, o que causa estranheza e aí a Prefeitura do Município eu sempre falei em muitas Audiências que o Estado e o município deveriam abrir uma CPI para investigar esses grandes donos desses lotes, porque como é que funciona? O cara tem um lote está abandonando, a pessoa ocupou por 20 dias já chega: rapaz, não paga imposto; viu Fabrício, você sabe, você sente, você apoia até..., eu espero que essa CPI do município possa trazer um relatório, realmente, para apontar os grandes latifundiários de donos de terra que tem aí e também que o município tome uma medida em responsabilizar, não pagou imposto, toma. Entra com ação para começar a frear, parece que tem três pessoas que é quase dono de Porto Velho todinho, o homem é dono da terra, que tem terra, não é pouca não.

Então, eu comungo com a ideia, a palavra e o momento oportuno para vocês se expressarem, como eu digo aqui, você falou 15 anos, a gente também não pode julgar o que passou, mas também agora, neste exato momento na data de hoje, hoje é dia 05.11.15, eu também, Fabrício, é que eu estou ouvindo muita coisa e eu vou assimilando, eu espero também que o Dr. Mauro, o Prefeito, ele faça essa fiscalização, que eu acho que a fiscalização num dia eu acho que ele consegue fazer todo esse levantamento, eu sei que tem muitas demandas lá na SEMUR e o efetivo lá é pouco, mas assim que vocês tiverem prazo razoável vá lá, faça esse levantamento já traga logo e faça os encaminhamentos. Eu acho que é isso, eu quero que você fale, você queria falar.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Como eu disse lá na minha fala, a certidão de inteiro teor que eu precisava chegou hoje; não consegui nem juntar no processo para poder mandar a arquiteta, porque eu já solicitei também da SEMOB e da SEMUSB sobre o trabalho de drenagem lá, porque com a certificação e com o dinheiro que foi gasto lá já prova que quem fez a drenagem, o asfalto, a calçada, a sarjeta; foi a Prefeitura, então isso já vai adiantar, não é um trabalho

demorado, eu não acredito que isso demore. Então, é questão realmente, nós fazemos tudo certinho, Shaolin, para que isso não venha depois sofrer uma ação judicial. Quanto ao seu questionamento sobre as ações em lotes caucionados, está aqui o Procurador do Estado, eu sou advogado há quase 10 anos, mas, o Procurador tem mais conhecimento do que eu com certeza para responder sobre isso, mas, eu acredito que a maioria das ações é de reintegração de posse e quando se fala de posse não se discute propriedade, não se junta nem documentação de propriedade. Então, o Juiz ali ele não está para discutir a propriedade se é do município, se é da empresa “x”, da empresa “y” do fulano de tal, é quem estava na posse e é por isso que é muito importante as pessoas se defenderem, as pessoas se defenderem numa ação de reintegração de posse na Audiência de Justificativa Prévia, inclusive, para que, Justificação Prévia, para que, inclusive, o Juiz possa ouvir os dois lados, não que isso seja contemplado, mas às vezes o Juiz prevendo pelo lado social, ele abre a palavra para o requerido para que a pessoa se expresse: “olha, eu estou lá há 20 anos está aqui a minha documentação”, “estou lá há 10 anos, está aqui a minha documentação”, “olha só a minha casa, as minhas fotos, os meus filhos criaram aqui, tem foto da minha mulher com moleque no colo aqui na sala de casa, agora ele está com 10 anos”.

Então é muito importante as pessoas não ignorarem a ação judicial, buscarem sempre a Defensoria Pública como eu disse se não tiverem condições de contratar um advogado, mas nunca deixarem: “ah! Não. Ação Judicial demora muito tempo isso não vai me afetar!” Nunca levem Ação Judicial dessa forma que nós já vimos casos seriíssimos aqui não é, Deputado, que chegou quase ao ponto das pessoas perderem suas moradias.

É isso obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tem alguém que queria falar também, queria fazer uso, porque tem aqui inscrito aqui o senhor, tem ainda o Nélío de Freitas, morador do bairro, se o senhor quiser fazer uso da palavra, pode fazer daí mesmo. Vou passar para o Nélío, depois para o senhor também. Tem algumas falas aqui ainda.

O SR. NÉLIO FREITAS GOUVEIA – Bem, primeiro agradecer a todos aqui presentes, esta Casa por ter nos recebido. E dizer o seguinte, que já que nos receberam, contaremos agora com a ajuda de vocês, para ajudar o senhor Fabrício a resolver nossos problemas. Estamos contando com vocês e contaremos ainda mais, com o esforço que o senhor Fabrício tem feito diante da situação, para a resolução dos problemas de documentação e aquela história dos alvarás dos comerciantes. O Fabrício se referiu a uma lei, sei lá, numa coisa assim, que ia dar um alvará provisório. Gostaria de saber se isso tem um prazo?

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Essa lei está sendo escrita pela SEMPLA, pela DGU e pelo DELI, junto com os técnicos. Antes de vir para cá, eu liguei para o Secretário de Planejamento e ele me falou que antes do encerramento dos trabalhos da Câmara, essa lei vai ser votada na Câmara. O último dia oficial de trabalho na Câmara é dia 20. Então nós temos aí 15 dias para isso acontecer. Já está nas amarras finais para poder ser enviada para a Câmara para aprovação, caso a Câmara aprove. Também

depende disso, não é? Mas até o final deste ano agora, dia 20, no trabalho da Sessão Ordinária da Câmara. Ok?

O SR. NÉLIO FREITAS GOUVEIA – Ok. E outra coisa que eu peço ajuda aos senhores Deputados, porque sabemos a dificuldade que tem, apesar de que o senhor Fabrício prometeu, mas na hora de realizar sabemos que não é fácil. É questão de conseguir um terreno para substituir aquele que seria nosso, seria do povo, hoje está ocupado por entidade religiosa, digase de passagem, que não temos nada contra isso, porém, queremos, é o que interessa, o documento. Se houver dificuldade de conseguir esse terreno, que os senhores Deputados nos ajudem com emenda parlamentar ou alguma coisa assim. Contamos com os senhores e agradecemos por ter nos recebido aqui e tudo o mais. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Quanto à questão do terreno, o Fabrício já fez o compromisso, aí dentro, na área de 04 quilômetros providenciar um terreno. Isso aí o Prefeito, isso aí é... Até porque ele pode ficar, inclusive, está tendo uma discussão ali daquele, Minha Casa Minha Vida, no final do Jardim Santana, tem lá aqueles empreendimentos que até agora não foram feitos os equipamentos públicos. E o município está apontando: “olha, tantos quilômetros tem; está compensando”. Então, isso é fácil. Eu vou falar uma coisa para vocês, eu fui numa caravana à BR 319, 15 Deputados foram para lá, Senador e o Vice-Governador. Apenas dois Deputados Estaduais do Amazonas e nem o Vice-Governador e o Governador do Amazonas estavam presentes na Audiência Pública. Depois desse empenho, de várias críticas, que inclusive, foi falado aqui, foi feita uma reunião e a BR-319, o IBAMA já retirou as restrições e já liberam o asfaltamento. O que eu sempre falo, quando há o empenho, a força de vontade política e a união, a coisa flui, isso é fato. Agora, quando a pessoa deixa lá, a coisa está aqui, o processo está parado, ninguém se movimenta, passa aquele que está sendo lembrado. Então, o que vocês estão fazendo é primordial. Essa modalidade de Audiência Pública também é seguida pelo Ministério Público, pela própria Justiça, que o Dr. Dimis fez uma Audiência, inclusive uma mediação, vai ganhar até um prêmio, ele está indicado para um prêmio Inovare, que foi a mediação da questão do bairro Universitário, foi a retirada daquelas pessoas para a construção da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto, que para mim não vai sair nada, só conversa. Mas quanto àquele povo vai ter que dar uma solução para eles lá, uma garantia da construção de um lar, de uma construção para aquela área, inclusive, o Fortunato não está aqui não, não é? O Fortunato, eu quero falar com ele sobre a situação do pessoal lá do bairro Universitário que já está se estendendo o prazo já, de quase um ano e até agora não construiu nada, não fizeram nenhuma derrubada, só conversa. Então, é bom que a gente evolua e traga resposta a estas pessoas. Eu estou requisitando, dona Jacira, até que eu gosto para falar da situação, ela é lá da CAERD. A dona Jacira, até o presente momento não encaminhou o processo, é dona Jacira, não encaminhou o processo, foi feito um Requerimento, lido pelo plenário e quando é lido pelo plenário ela está passiva de responder por crime de responsabilidade. Eu já informei ao Secretário da Casa Civil, que lá é uma autarquia, se ela não

me apresentar até terça-feira, eu vou dar um prazo, eu já vou começar a iniciar o processo de crime de responsabilidade contra ela. Ela não é deusa não. Eu quero esse processo na íntegra, porque foi retirado, tinha uma empresa que ganhou e eu vou chamar uma Audiência Pública, foi marcada para o dia 27, salvo engano é dia 27, já está pré-agendada. Vai vir à dona Iacira, vai vir essas pessoas que ganharam, porque a coisa não está muito boa não. Há muitas denúncias ali e eu quero apurar. Todo mundo, são quinhentos e poucos milhões de reais, Prefeitura, quem vai ser beneficiado é Prefeito, mas para mim, quem vai ser beneficiado é de nada, é só conversa. Colocaram dois contêineres lá e não ter é nada. Eu espero, enquanto eu estiver nesse mandato aqui, eu espero que... Aí eu vou chamar Ministério Público para estar acompanhando isso aí de perto, fiscalizando isso daí agora, por que até o presente momento não encaminhou nenhum processo, está desrespeitando esta Casa, ela é uma servidora, ela está no cargo, ela está no cargo, é um cargo de confiança, ela deve respeitar esse parlamento, já informei o Presidente Maurão hoje, se até quarta-feira, vou dar um prazo, se até quarta-feira esse processo não estiver, ela pode ter certeza que ela vai ser a primeira, ela vai ser a primeira a ganhar um crime de responsabilidade. Que o artigo 31 parágrafo 1º, diz: todo Diretor, Secretário deve informar os pedidos que são relacionados aqui, que são aprovados, ela deve, passou pelo crivo da plenária, não foi um ofício não, foi o crivo da plenária. E aí eu quero exemplificar o seguinte: quando a gente está falando aqui, o Fabrício está falando, está dando a palavra o comprometimento dele, então, o município, ele representa o município, ele está falando em nome do Mauro, do Prefeito, do Dr. Mauro, entenderam? Então, a gente está aqui também acompanhando, eu como Deputado, como eu digo: aonde os senhores não podem alcançar, eu alcanço com o meu mandato, com a representatividade que foi me dada pelos senhores. Então eu tenho esse acesso, a gente chama uma reunião, a gente conversa, mas essa conversa desse diálogo tem que sair solução. O senhor quer falar?

O SR. CLÁUDIO MENEZES DA SILVA - Boa tarde a todos, ao senhor Deputado, pessoal que comanda a Mesa, eu tenho uma pergunta para fazer. Eu moro no bairro Lagoinha, e há dois anos apareceu um cidadão dizendo que era dono das terras e quase obrigou a gente bater um contrato sem poder. Aí eu quero saber como é que fica a situação nossa?

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Senhor, o bairro Lagoinha, nós falamos aqui, o senhor não tem a obrigação de assinar contrato com ninguém, salvo os direitos da Caixa Econômica Federal, que foi dito que tem umas pessoas com financiamento lá, mas as questões de lote caucionado, Recanto da Lagoa, Park Ceará, Vitória Régia, o senhor não celebre contrato com ninguém, se a pessoa chegar lá lhe obrigando a alguma coisa, o senhor liga para 190, e fala que ele está lhe ameaçando, acabou.

O SR. CLÁUDIO MENEZES DA SILVA – Obrigado.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Deputado, o senhor me permite me ausentar, porque eu já estou, inclusive, atrasado para o meu outro compromisso que já estava previamente atrasado. Peço desculpas, peço licença, dou boa tarde a todos e obrigado pela oportunidade, o senhor manda o termo lá para a gente, a

gente assina, ratifica e vamos tocar os meus compromissos que eu fiz aqui, com a Casa.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Uma pergunta realmente, eu acho todas foram respondidas, mas eu quero uma pergunta para, porque ele tem que sair mesmo, ele já tinha me informado no início da reunião já falei da Audiência, quanto à ausência dele.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR – Eu gostaria de saber como é que vai ficar essa situação desses contratos, que eles enganaram o povo lá dizendo a área eram legalizados, os Vereadores, e tinham que realmente negociar, aí muita gente negociou. Aí se descobriu depois que área realmente era caucionada, aí, eles entraram na justiça contra essas pessoas para reintegração de posse. Gostaria de saber quais são as providências que serão tomadas?

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN – Olha senhor, o Edilson, tem um contato muito bom com o Dr. Geraldo Henrique, da probidade do Ministério Público, ele tem conhecimento de todos esses fatos. Mas é o que sempre eu disse, para o Edilson, leve pontualmente porque quanto mais pessoas, mais fica evidente que houve o abuso, houve o suposto crime, houve as condições que estão afligindo os senhores.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu dou uma ideia até melhor, quem foi enganado ou se sentir enganado, a associação está para isso. Faz às documentações, junta, o Presidente, faz a entregam, oficia, olha, oficia aí tal, tal, e isso uma representação, e qualquer coisa, qualquer dúvida, Presidente, como eu falei, o Procurador também o Dr. Carlos, ele pode também lhe auxiliar, ele não tem esse dever, mas ele pode, ele pode lhe instruir de uma forma técnica, qual que vai ser o procedimento para defender o interesse do povo lá do Lagoinha, que são essas questões dos contratos.

O SR. EDILEUDO CASTRO – Eu perguntar para o Fabrício, o seguinte: eu vou perguntar para ele e deixar a cargo do Deputado que está recebendo, se ele só está recebendo Audiência Pública, quando foi solicitada para você não é? Só que a seriedade com os moradores, porque nas outras vezes que foram feitas as reuniões lá com essa questão da área do Lagoinha, foram muitas reuniões dentro do Bairro, não teve nenhuma Audiência Pública, foram dentro do Bairro, o Edilson é um que acompanhava isso, causou-se um tumulto tão grande com essa questão de que iriam tirar o pessoal de lá, que estavam cobrando as terras tal. Num determinado momento a Prefeitura, era o Christian, se eu não me engano, entrou na área, tiveram umas três semanas dentro do Lagoinha, pegando documentação do povo com a questão de regularização da área. E o povo ficou naquela euforia toda, ficou esse tempo todo, levaram a documentação, fizeram um cadastro do povo, levaram toda a documentação dando esperança para o povo que ia ser regularizado a área a Prefeitura fez isso, eu quero saber do Christian, até onde isso, ele como representante pela SAMUR, tem veracidade que aqui para frente o negócio vai acontecer e o Deputado, eu queria pedir para o Deputado, que ele já entrou no processo, porque ele está recebendo

Audiência Pública de ser o fiscalizador para chegar num momento de quando, eu ouvi ele falar aqui que ia conversar não sei com quem aí para ver quem era o dono da área, não sei o quê, o que fazer. Eu queria que o Deputado fiscalizasse isso no ponto e chegar ao ponto seguinte; a área de A, a área de B, ele vai requerer a área e a Prefeitura não vai comprar essa área para repassar para os moradores. Então, eu queria a veracidade para não deixar o pessoal agoniado igual foi as próximas vezes, que até hoje o povo me pergunta sobre esses terrenos e o pessoal fica esperando que o negócio vá acontecer e não acontece. Eu quero exatamente isso, se vai, se o povo vai ser exatamente ficar naquela área documentado, sim; senão dizer para o povo, para ele não ficar iludido aquele negócio, indo na Prefeitura e pessoal ficar achando uma coisa e nunca acontecer como não aconteceu nesses 04 anos; não é Edilson? Então, essa parte aí que eu queria que vocês fizessem, dessem a palavra, o Prefeito; e outra mais, eu acho Edilson, eu acho Deputado, que nós deveríamos fazer isso aqui tem área lá no bairro para fazer isso, porque fica próximo, todo mundo vai porque está dentro do seu bairro, fazer uma Audiência onde esteja o Ministério Público, Prefeitura, os órgãos competentes par dizer: “isso aqui, isso, isso aqui assado e está resolvido”. Beleza? É isso que eu tinha para falar.

O SR. FABRÍCIO BENSIMAN - Respondendo a sua pergunta. Senhor Edileudo, respondendo a sua pergunta. Eu sou um homem muito sério nas minhas colocações. Eu não gosto de ficar passeando em bairros, para ficar fazendo promessa que eu não possa cumprir, tanto que, os bairros que eu já entrei, que eu fui, falei da Eletrobras, de posteamento, todos estão recebendo; falei de regularização fundiária todas estão sendo feitas. Eu entrei em fevereiro, não estou nem com 08 meses lá, já consegui, nós estamos terminando um processo da Figura A, são 100 anos de administração tentando, Estado, município, não vou botar culpa, tentando a regularizar a Figura A, que é esta parte onde esta Casa de Leis está, regularizar e nós estamos nos finais já trazendo isso para o município. Eu me expus aqui falando, me comprometendo, me comprometo com a comunidade, me comprometo como Secretário Municipal Adjunto, me comprometo como Fabrício advogado, que eu enquanto estiver naquele cargo vou fazer o máximo possível para desempenhar todas as minhas funções para que vocês recebam o título. O Edilson tem acompanhado o trabalho de perto, se eu estivesse fazendo um trabalho ruim, ele ia bater em mim, igual ele batia nos outros Secretários, ele vai lá é quase rotineiramente; eu tenho Presidentes de Bairros que eu já sei quando ele vão lá, nem marcam mais agenda, já está lá, ele já entra, já recebe, a gente já atualiza, já tira Xerox do documento que chegou, já informa como estão sendo feito, já tramita. Então, o senhor pode ter certeza, o senhor nunca vai me ver no Bairro Lagoinha ou qualquer outro bairro para ficar fazendo promessa aleatória. Eu, se eu for lá, o senhor ver a minha pessoa e eu falar, como eu falei, assumir um compromisso com esta Casa de Leis, perante o Deputado Jesuíno aqui e todas as outras vezes que eu vir aqui, eu assumir, cumprir, eu vou cumprir também com Lagoinha, a regularização fundiária

vai sair no Lagoinha é só questões, detalhes técnicos administrativos para que essas área voltem ao domínio do município. Mas, o senhor pode ter certeza, não precisa pagar, vai ser gratuito, vai ser feito pela SAMUR, não entra em conversa, o ano que vem é ano eleitoral, vai aparecer gente lá: “me dá tanto”. Não entra em conversa, esse ano vamos retomar essas áreas para o município e a partir de janeiro a gente começa a regularizar de forma gratuita para todos os moradores do bairro Lagoinha.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu já falei, que vocês estão aqui na tarde todinha, o compromisso que foi feito pelo Fabrício quando foi falado aqui, faz. Eu não posso fazer, chama o Estado. Então, até o presente momento já se comprometeu e vai fazer e eu vou fiscalizar, esse é o meu compromisso. Tranquilo? Então a gente não pode é ficar falando, eu abomino isso, eu não gosto de ficar falando no passado, compromisso é compromisso e está sendo lacrado.

E quanto levar a Audiência Pública para lá, o Ministério Público está sabendo, ele está ciente disso. Então, a gente conversa com ele, chama quem são os procuradores, promotores e discute isso, a gente discute isso. Mas, o ponto que até agora que eu vejo é a Procuradoria do Município está tomando as medidas legais, não é isso? Está entrando com as ações, está encaminhando. Então, vocês fiquem tranquilos, eu, o compromisso; que eu tenho, já fiz o compromisso não apenas a questão de propor a questão da Audiência Pública, quando eu chamo uma Audiência Pública é porque eu já me envolvo com a causa e vou até o final dela, isso vocês tenham a ciência disso, pode ter certeza disso. Pode falar.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR – Deputado, só uma palavrinha, por favor. O Edilson, ele tem um documento aí e eu tenho, como eu disse, não pude, esqueci da minha pasta. Mas, veja bem pessoal, nós abrimos um processo lá no MP, é muito bem lembrado o que o Deputado está falando, lembrar. O quê que aconteceu? O Ministério Público deu um documento para o Edilson para quê? Para que a Prefeitura, a SEMUR e o Fabrício sabe disso, intervindo, intervindo, olha só gente, olha só, intervindo qualquer estelionatário, qualquer estelionatário só que a Justiça ela não fala estelionatário, para que desse posse a todos os cidadãos que estivessem dentro da área, dado posse dentro dela. Eu falei a mesma coisa que o nosso amigo agorinha falou, eu falei, chamei doutor, promotor, ele falou: você pode me chamar como você quiser não me xingando está bom. Eu falei: não é bom o senhor ir lá fazer uma reunião com o povo, para que o povo realmente acredite no senhor, por que a gente chega lá, a gente é desacreditado por quê? É como ele falou tanto político, tanto cara querendo vender a cabeça do povo lá dentro, que a população não acredita mais. O senhor sabe o que o Promotor falou para mim? Eu vou passar para eles agora, falou mesmo assim: “Será que eles são Tomé? Só acredita vendo nas coisas?”. O senhor está entendendo, o que acontece aqui é que nós temos que acreditar ainda, nós temos que acreditar, por que o MP deu um documento e desde quanto

ele deu esse documento para nós, ele não entraram desde aí mais, entendeu? Então quer dizer perguntar para a população de quem é o dono, gente, dono somos nós que estamos dentro da área, é isso quem tem que fazer somos nós, não é: “fulano é dono”. Isso não. Somos nós. Obrigado Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu não entendi, mas deixa eu lhe falar uma coisa, é meu primeiro mandato eu estou com 9 meses de mandato, você pode pegar, inclusive, tem um informativo que às vezes até para conhecer, muitos aqui nem me conhece, a verdade tem que ser dita, não me conhecem, ou já ouviram falar ou eu vim de uma luta de classe, sou um ex-policial militar que foi demitido por conta de greve, quem me conhece sabe da minha história, eu não gosto de jogar conversa fiada também. O documento é de 2013 eu quero deixar claro o seguinte, eu tenho um nome, eu sempre digo, o homem ele tem que ter palavra, ele tem que ter ética, tem que ter moral. Eu quero deixar para o meu filho é isso, ele olhar: “papai teve uma história que não foi igual a de muitos”. Então é isso, eu não estou aqui por mandato, eu estou aqui, eu acredito ainda em ideal, em pessoas realmente compromissadas com o povo e o que eu estou ouvindo toda hora é isso, vocês não acreditam, existe aqui descrédito realmente: “olha isso aqui só uma conversa”. Mas quem quiser pegar o histórico a Assembleia está aí, tem o Portal da Assembleia pega quem é hoje a atuação, não só eu, tem outros Deputados atuantes, Deputado Léo Moraes, tem o Deputado Hermínio, tem o próprio Presidente desta Casa que vem trabalhando de uma outra forma, Deputado Laerte, eu posso falar, registrando a presença do Deputado Maurão de carvalho, Presidente, que sempre teve aqui uma forma de conduzir essa Assembleia diferenciada. Então assim nesta tarde é um novo marco inicial, o que tem documento aqui é importante, que fique claro, mas, o compromisso que o Fabrício fez, eu vou já indicar para o senhor uma ata resumida do que falado a questão dos equipamentos, ele vai disponibilizar uma área, a questão, ele fez 3 compromissos que ele falou aqui, de tudo vai fazer levantamento. Então vocês fiquem tranquilos, o que me importa hoje é não ter, e aqui o papel que para mim foi o pior desespero é você ter ciência que amanhã o trator vai está na sua porta, isso não vocês não tem preocupação até o presente momento, vocês estão brigando aqui agora por um ponto, qual é? Ter o seu título, diferentes de muitos bairros que estão aí na iminência de ser desapropriados mesmos e o Estado não dá nada, vai jogar e pronto, acabou. Então vocês estão numa situação favorável, menos complicada do que as demais. E esta Casa, eu quero deixar bem claro que Assembleia Legislativa de Rondônia, a atribuição dela além de fiscalizar, a questão legislar, ela tem também ou atrai essa competência para a gente discutir, que aqui quem discute é o município e o município está dentro do Estado, mas a atribuição, que fique claro aqui, é do município, e o município estava sendo representado por quem? Pelo Fabrício e o Fabrício, eu não tenho papas na língua não, para quem me conhece sabe como é que eu falo mesmo e que doa onde doer. O Fabrício fez um compromisso e esse compromisso que está sendo feito com

certeza ele vai honrar, por que ele sabe que eu vou ligar, peço que vocês fiquem sempre me deixando a par do que está acontecendo por que são muitas demandas, aí eu quero que o Presidente faça o compromisso, a companheira vai lá comigo, pode ir lá sempre, quem quiser ir lá comigo. E vocês levem, quem não pode vir, vocês levem essas informações hoje que aconteceu nesta tarde do dia 5.11.15. São 17 horas e 17 minutos o senhor ainda fazer uso da palavra? O Fabrício já foi embora, a pessoa importante, o Estado hoje veio para ser espectador, ouvindo e não tem muito que se falar. Eu quero registrar também que ao final da Audiência Pública tem um Coffee Break aí, que é um lanche, a gente vai finalizar, alguém ainda quer falar? Não, está tudo sanado, foi registrado? A senhora quer falar? Então pode.

A SRA. JOSI MARIA – Eu quero agradecer ao Deputado pela realização da Audiência Pública, não é, e quero pedir para os moradores do bairro Lagoinha aqui presentes, como o componente ali da mesa falou a importância da Associação de Bairro funcionar dentro da comunidade, como nós vimos agora o Sr. Edilson, Sr. Fabrício se comprometeu manter-nos informado de tudo, só que nós não podemos ficar lá dentro de casa esperando que o Sr. Edilson vá lá à Prefeitura com o Sr. Fabrício e vá correr as casas de todo mundo aqui para informar o que está acontecendo, não é bem assim não, vamos fazer a nossa parte também, e eu quero deixar aqui desde já que eu me comprometo a passar um carro de som de novo como eu fiz para divulgar essa audiência aqui de uma reunião com o Sr. Edilson, Presidente do bairro, para ele mostrar para a população, para os moradores do bairro Lagoinha a real situação dessa associação, para depois ninguém falar assim: “Eu nem sabia que o Lagoinha tinha associação”. Como eu já ouvi de muita gente. Eu não faço parte da associação, não faço, eu estou fazendo isso como moradora, mas todo mundo ouviu aqui a importância de uma associação funcionar, não adianta um de vocês receber; o que está acontecendo agora com gente que está pagando lote caucionado e quem não está, porque se a associação estivesse funcionando realmente dentro da comunidade, isso não estava acontecendo porque uma associação primeiro de tudo tem que ter um advogado e o advogado era obrigado a resolver essas questões desse parcelamento desses lotes aí que foram feitos irregular, agora vamos fazer a nossa parte também, essa reunião lá dentro do bairro com o Presidente da Associação vai acontecer e eu quero ver todo mundo lá, por favor, vamos fazer a nossa parte. Obrigada Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – De nada. Eu vou finalizar e vocês que ficaram muitos já se foram, a sala fica ao lado, já está liberada lá para vocês.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública, e convido a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre desta Assembleia Legislativa.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 17h20 min).

**ATA DA 52ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER
A IMEDIATA CONTRATAÇÃO DOS AGENTES
PENITENCIÁRIOS QUE SE ENCONTRAM EM FASE DE
CONCLUSÃO DA ACADEMIA DE FORMAÇÃO.**

Em 05 de novembro de 2015

**Presidência do Sr.
LÉO MORAES - Deputado**

(Às 18 horas e 53 minutos é aberta a audiência).

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores boa noite. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo Requerimento do senhor Léo Moraes para fazer Audiência Pública para debater a imediata contratação dos alunos do Curso de Agentes Penitenciários, assim como Socioeducadores aprovados em concurso.

Convidamos para compor a Mesa Excelentíssimo senhor Deputado Léo Moraes, proponente dessa Audiência Pública; Excelentíssimo senhor Emerson Castro, Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado; Excelentíssimo senhor Coronel da PM Marcos Rocha. Secretário de Estado da SEJUS; Doutor Sérgio Muniz, Defensor Público representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Doutor Thiago Denger Queiroz; Procurador do Estado representando a SEGEPE; senhor Gustavo Anez Menacho, representando aqui a OAB; senhor Clayton Júnior, representante do SINGEPERON; senhor Alex Pablo, Presidente do Sindicato da Associação Socioeducador; senhor Aldian Cunha Souza, representante dos Alunos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta essa Audiência Pública para debater a imediata contratação dos alunos do Curso de Formação de Agentes Penitenciários assim como Socioeducadores aprovados em concurso.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Registramos ainda as presenças dos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais Jesuíno Boabaid de Lázinho da Fetagro; do Excelentíssimo Senhor Vereador Fogaça, da Câmara Municipal de Porto Velho, e o Major PM Góes que faz parte da Secretaria de Justiça; como também o Excelentíssimo Senhor Marcos Amaral, Secretário Adjunto de Estado da SEJUS; Dra. Taís Cunha, Procuradora do Estado. Pronto, senhor Deputado Léo Moraes que Presidente esta Audiência Pública.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Bem, boa noite a todos. Gostaria de primeiramente agradecer a Deus pela oportunidade. Dizer que é sempre um orgulho, uma satisfação, um prazer inenarrável participar desta Casa de Leis, compartilhar desta bancada, junto com tantos outros Deputados que têm o mesmo intuito, que trabalham com o mesmo afincio e com tamanha dedicação. E posso citar nome de Deputados que, inclusive,

estão aqui presentes e que fazem parte deste rol de abnegados Deputados Estaduais. Deputado Lázinho da Fetagro, que é uma pessoa que eu tenho muito estima, consideração. Volta e meia, fazemos Audiências Públicas, eventos, reuniões e ele sempre está presente, ainda que tenha o reduto eleitoral no interior, em Jaru, sempre está aqui conosco, então gostaria de agradecer de forma muito carinhosa. E agradecer ao Deputado Jesuíno Boabaid que tem essa intensidade, esse dinamismo como seu lema de trabalho e certamente tem oxigenado as discussões aqui na Casa Legislativa.

Gostaria de saudar, cumprimentar o meu dileto amigo e correligionário, Vereador desta Capital, Vereador Everaldo Fogaça que está aqui conosco, constantemente também tem trazido as demandas e os pleitos do município de Porto Velho.

Isso é importante, porque muitas vezes ficamos um tanto quanto alheios, um pouco ainda encastelados aqui na Assembleia Legislativa, infelizmente, haja vista a demanda ser muito grande. E o Vereador que anda mais do que notícia ruim, como diz o outro, está sempre pelas ruas e eu agradeço também por colaborar com o nosso mandato.

Gostaria de cumprimentar o Secretário Chefe da Casa Civil Emerson Castro, está aqui conosco. É uma honra, não sempre que está aqui conosco nas Audiências Públicas, então demonstra um grande interesse por este pleito, por esta discussão que nós estamos iniciando neste momento. E eu te agradeço de forma muito efusiva, Emerson Castro, estar aqui conosco.

É uma pessoa que eu conheço desde os meus idos tempos de adolescente, fui Vereador junto com a minha mãe e vejo na pessoa do Emerson Castro com uma autoridade investida do Poder Executivo, com muito preparo, com tecnicidade, com condições o suficiente para debater qualquer tema em um nível elevado dentro do Estado de Rondônia.

Gostaria de cumprimentar o Secretário da Secretaria de Justiça, Secretário de Estado, Secretário Marcos Rocha, Coronel que está aqui conosco. Cumprimentar também o nosso Defensor Público que já participou de outras discussões, o Dr. Sérgio. É importante que a Defensoria, como mediadora dos impasses e defensora dos que mais necessitam, esteja aqui presente. Conversei hoje com o Dr. Marcus por telefone, Defensor Público Geral do Estado, ele encontra-se em Curitiba, participando do Encontro Nacional dos Defensores Públicos Gerais; e, de imediato, não mediu esforços para ter um representante da Defensoria Pública neste evento. Gostaria de cumprimentar o Dr. Thiago também, que está aqui conosco. Thiago Denger Queiroz, que neste ato representa a SEGEPE, Procurador do Estado, Procurador de carreira, tem a sua estabilidade e muito bem tem feito também a SEGEPE. Agradecer a presença do Clayton Júnior, que é representante do Singeperon. Está aqui, já participamos de outras discussões. Estive com o Clayton junto com a Associação ASPEN, junto com o Sindicato no Tribunal de Justiça, discutindo a prorrogação do efeito imediato da escala de trabalho, do 12x24 e 12x72, assim como 11x37 e foi muito importante naquele momento, a discussão, haja vista que infelizmente queriam implementar essa escala de trabalho, uma alteração tão brusca na vida dos servidores, de forma imediata e a própria Secretaria de Justiça acatou integralmente, nós também agradecemos.

Eu gostaria de registrar a presença do Alex Pablo, Presidente da Associação dos Socioeducadores, que está aqui conosco. Tem vários dos pleitos em comum com vocês, dentre eles também, além de iniciar a Academia dos Socioeducadores que consiga também, de forma imediata, a devida posse, o devido início das atividades como socioeducadores, haja vista que nós temos uma necessidade, uma defasagem abissal, prova maior que ontem nós tivemos um pequeno ato de agressão na Unidade Socioeducativa da Rio de Janeiro e todos nós sabemos, quem vive que questão penitenciária sabe do que eu estou falando. Gostaria de agradecer a presença do Peneirinha, já tivemos reunidos outras vezes e eu sei da sua combatividade, do seu engajamento e certamente bem representará a todos que aqui estão.

Vale salientar que nós estamos, agora, participando de uma Audiência Pública, isso nós leva e nos dá total direito de participar da forma que bem entender. Isso quer dizer que o Cerimonial está à disposição para colher o nome das pessoas que queiram fazer uso da palavra, que queiram apresentar as necessidades, os pleitos, o que se faz necessário ajustar dentro da estrutura organizacional da SEJUS e principalmente dentro dessa questão dos socioeducadores e dos agentes penitenciários.

Registrar a presença do meu amigo particular Edmar Cavalcante, que está aqui também conosco. É um prazer muito grande, apesar da sua baixa estatura, consegui vê-lo aí no meio dos colegas. Gostaria de registrar a presença do Otacílio que está ao seu lado, e tantos outros colegas que se fazem presentes. Assim como a Luana, que também é uma militante, seu marido, a fim de minimizar as desigualdades e a falta de dignidade que os servidores do sistema prisional ainda enfrentam no seu dia a dia.

Gostaria de parabenizar e agradecer a presença de toda a equipe de trabalho da Secretaria de Justiça, que está aqui conosco. O Secretário Adjunto Marcos Amaral; o Major Góes; a toda equipe que eu peço desculpa por não conseguir nominar e não lembrar o nome; o Adriano Fortunado, Gerente Regional; a nossa Procuradora do Estado que está aqui para abrilhantar e embelezar o nosso evento; o Vereador Fogaça, que já foi nominado; João Diego Raphael Cursino Bomfim, advogado, militante da área criminal; e todos vocês, a imprensa, os nossos servidores da Assembleia Legislativa, que fizeram um esforço descomunal para realizar esse evento, haja vista que o Deputado Jesuíno, agora a pouco realizou uma Audiência Pública a respeito da regularização fundiária do bairro Lagoa e Lagoinha, ou só Lagoa, Deputado? Do lagoinha, e mesmo assim eles deram conta de reorganizar o nosso plenário a fim de bem acomodá-los. Então sintam-se em casa, nada mais é do que a Casa do povo realmente, não é força de expressão, é aqui que vocês tem que trazer as demandas reprimidas afim de nós solucionarmos, ninguém resolve nada sozinho, tão pouco esse Deputado, não existe salvador da pátria, não existe ninguém melhor do que o outro. Então, numa soma de esforços, num conjunto de ações, nós conseguiremos dar cabo e certamente contaremos com o apoio e com a força política do Secretário Chefe da Casa Civil, Secretário Emerson Castro, que dentro dos pleitos que levo sempre se sensibiliza e sempre procura ajudar na medida do possível. Então, fica aqui a minha manifestação de agradecimento de ter sido solidário em todas

essas demandas, Secretário Emerson Castro, possa comprar mais essa briga que eu sei que será determinante. Gostaria de agradecer Tribunal de Justiça, ainda que não tenhamos representante neste ato, mas que tem ajudado muito a questão dos nossos servidores da SEJUS, agradecer ao Ministério Público que inclusive hoje, já estive lá para discutir a questão dos aprovados em concurso e que não foram convocados, eles estão interessados em colher informações, e é importante que se saiba disso, nós quando nos sentimos fragilizados, quando nós nos sentimos muitas vezes incapazes, nós temos que ter humildade suficiente de procurar outras instâncias, de procurar o Ministério Público e pedir que o braço amigo do Ministério Público, de defesa da sociedade esteja a nossa disposição. Então, agradeço aqui de forma muito calorosa, de forma muito veemente também o Ministério Público. E passo a palavra agora para o nosso Mestre de Cerimônias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhor Deputado. Só para registrar a presença da Dra. Luiziana Teles Feitosa, também Defensora Pública.

O SR. LEÓ MORAES (Presidente) – A Doutora Defensora Pública está presente, seja bem-vinda, o Dr. Marcos, já tinha comentado a respeito do seu nome, peço perdão pela não menção, seja bem-vinda. Pois bem, eu acho que nada mais razoável do que fazer uma pequena abordagem, um intróito, um início de discussão e passar a palavra para as nossas autoridades de modo que eles possam fazer os devidos esclarecimentos e logo em seguida os representantes das entidades, dos sindicatos, eles também possam apresentar os seus reclames. De imediato, passar a palavra para o nosso Chefe da Casa Civil, Secretário Chefe da Casa Civil Emerson Castro, para que faça uma apresentação inicial, fique a vontade onde achar melhor, seja na tribuna, seja aqui mesmo, o senhor tem muita habilidade, talento, e capacidade com o microfone fique a vontade Secretário.

O SR. EMERSON CASTRO – Boa noite a todos aqui presente, aos profissionais de imprensa, aos servidores da Assembleia, senhores agentes, ao nosso eminente Deputado Léo Moraes, Deputado Lazinho, Deputado Jesuíno, nosso colega de Governo, meu amigo Fogaça, Vereador dessa Capital, dessa cidade e a todos os membros da Mesa, nossos cumprimentos em nome do Governador Confúcio Moura. Primeiramente, eu agradeço ao Deputado pelas palavras, foram muito mais gentis do que verdadeiras ao meu respeito por conta de amizade de família, a gente fica às vezes um temeroso de bater no outro, no bom sentido, ele como gremista e eu como tricolor carioca. Mas o que acontece, é que nós vivemos num momento em que todas as forças políticas de Rondônia, estão unidas, estão unidas para avançar em todos os setores, e nós sabemos perfeitamente bem o qual sofrido é o setor do sistema penitenciário e principalmente os índices da ressocialização no nosso Estado, no Brasil de modo geral. A gente tem sempre que lembrar que nós existimos por um motivo, que não é nós mesmos, nós não existimos para o sistema penitenciário, nós, não existimos para as escolas, nós não existimos para os hospitais. Nós existimos para ressocializar reeducandos, poder público, resistimos para aperfeiçoar o conhecimento dos alunos

nas escolas, existimos para que as pessoas saiam saudáveis dos hospitais, vivas. Então, a nossa função de existir é o do contribuinte e dar a resposta ao contribuinte, essa é a vontade do Governador Confúcio Moura, e essa é determinação dele a todos os Secretários de Estado, e tem sido esse o nosso empenho. O setor penitenciário é penitenciário no Estado de Rondônia, no que diz respeito aos investimentos em outros momentos do Estado, foi extremamente massacrada, nós temos de um lado o Judiciário muito competente, eficiente, rápido, nós temos um dos melhores Judiciários do Sistema Judiciário do Brasil, nosso Tribunal de Justiça é muito eficiente e de outro lado à resposta lenta e inadequada do Estado, e isso sem fazer ataque a qualquer Governo, cada um teve a sua dificuldade, cada um teve as suas pedras para quebrar no caminhar de suas gestões. Nesse governo, nós temos a convicção de que vamos dar um salto extremamente importante, não apenas em novas unidades, que todos os senhores, ou pelo menos a maioria acompanha, alguns já conhecem a realidade dessas obras que estão sendo entregues, a partir de agora, inclusive, com socioeducativo em Ji-Paraná, em unidades agora, final de ano para janeiro em Ariquemes, aqui em Porto Velho nos próximos 12 meses Deputado, a gente tem a condição de poder dar uma redução na tensão do sistema, na sobrecarga do sistema muito forte. Por óbvio, que para que a gente possa inaugurar essas unidades requer um planejamento de recursos humanos e esse planejamento não se dar da noite para o dia. A expectativa que foi criada em concursos anteriores, em cima de uma realidade de folha do Estado, foi uma expectativa naquele momento, há 04, 05 anos, que não conduzia com a capacidade de suportar para o Estado de Rondônia. O nosso Estado foi criado de uma maneira irregular, em que todos os servidores do Território Federal deveriam automaticamente em ser criado o Estado, irem para a folha da União, isso é regra constitucional e não, continuam na folha do Estado, inchando a nossa, limitando a nossa capacidade de recompor os quadros profissionais do Estado de Rondônia. Essas discussões em Audiências propostas pela Assembleia Legislativa sobre a Presidência do Deputado Maurão de Carvalho, tem sido extremamente saudáveis para que a gente avance nas tomadas de decisão. Se nós temos uma fatia muito pequena de possibilidades de contratação no Estado; o que é urgente e do que é urgente, o que é prioritário? Nós só trabalhamos em cima de urgências, nós temos que passar a trabalhar em cima de prioridades para poder não apenas dar respostas para os nossos companheiros que carregam esse Estado nas costas, são os servidores públicos, mas, essencialmente darmos a resposta a sociedade. Os senhores e senhoras são os braços transformadores dessas pessoas que estão cumprindo a sua dívida com a sociedade. É através da atenção, do carinho, do respeito que os senhores e senhoras vão imprimir no dia a dia que a gente tem a esperança de ter um índice de ressocialização efetivamente mais alto aqui no Estado de Rondônia e vamos ter, nós temos a certeza pela qualidade do nosso corpo profissional, pela vontade dos gestores; Secretário Marcos Rocha, Secretário Marcos Amaral, da Procuradoria do Estado e a vontade do Governador Confúcio Moura, que através desses debates, a gente encontre os melhores caminhos e nós, inclusive, possamos nos justificar a sociedade, o que porque às vezes algumas respostas não são tão rápidas quanto à sociedade merece que sejam. O gestor,

eu sempre, eu estava comentando agora com o nosso Defensor, o Dr. Sérgio, o gestor público, ele não tem nenhum prazer e nem um sentimento masoquista de ser criticado: “porque você não contrata?”. Eu falo: “eu não contrato porque eu sou ruim, porque eu não gosto ou porque eu gosto de ser criticado”. Não. Temos limitações legais, temos limitações estruturais, mas, mesmo dentro das impossibilidades nós encontramos caminhos para evoluir e melhorar os serviços públicos. A função da Casa Civil hoje aqui presente e até em reconhecimento do trabalho do Deputado Léo, é de ouvir os debates, eu não sou gestor da pasta para poder trabalhar, para ajudar a SEJUS dentro das esferas de Governo através de orçamentos, finanças, Procuradoria com a presença da Dra. Taís, Dr. Thiago aqui presente, a gente poder trabalhar junto e a Casa Civil ser uma espécie de argamassa dos outros setores do Governo o qual essencialmente a SEJUS vai necessitar para poder caminhar em melhorias para o sistema e mais respostas para o reeducando e para a sociedade. Então, eu agradeço e reconheço o empenho do Deputado em debater essas questões que tem que ser levantado o tapete sim, nós temos que olhar a sujeira que tem embaixo do tapete, o que a gente precisa fazer para limpar isso, para melhorar isso, para arrefecer atenção para que a gente possa como gestores no momento em que estamos passando por essas pastas, por essas responsabilidades, olhar para trás depois que nós passarmos e falar: “poxa, ajudei, construir e deixei uma sementinha plantada”. Então, essa é nossa vontade aqui, agradeço a todos os presentes, a Câmara Municipal, aos Sindicatos, a Assembleia Legislativa como um todo; a Procuradoria do Estado, a Defensoria tem sido grande aliada no processo e agradeço ao meu amigo, Deputado Léo Moraes pela sua dedicação em estabelecer um diálogo responsável, respeitoso e racional para que a gente possa evoluir. Muito obrigado a todos, muito obrigado Deputado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Por solicitação do Exmo. Senhor Deputado Léo Moraes, convidamos à Mesa, a Doutora Luiziana Teles Feitosa, Defensora Pública.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Gostaria de deixar registrado que o Dr. Marcos, Defensor Público Geral do Estado de Rondônia, fez a menção da representação dele em nome da Doutora Luiziana e ele pediu para agradecer a senhora por ter vindo aqui conosco e representar toda a Defensoria Pública neste ato. Muito obrigado.

Gostaria de passar a palavra ao Secretário de Justiça, Senhor Coronel Marcos Rocha.

O SR. MARCOS ROCHA – Boa noite a todos, boa noite, cumprimento o Deputado Léo Moraes, cumprimento o Secretário Emerson Castro e cumprimento a todos os integrantes da Mesa bem como todas autoridades aqui presente, Srs. Socioeducadores, concursados; Senhores Alunos do Curso em Formação e a todos os demais aqui presentes.

A Secretaria de Justiça como bem disse aqui anteriormente é uma Secretaria bastante complexa onde envolve várias ações, sejam ações de educação, ações de saúde, ações; Sr. Vereador Fogaça, cumprimento também; ações de saúde, ações da parte de treinamento de preparo

dos servidores. Então, quando nós chegamos à Secretaria encontramos já ações em realização e adotamos outras medidas, havia falta de equipamentos ainda e ainda existe em parte, conseguimos adquirir Rádios HTs, estão sendo entregues ainda essa semana, provavelmente amanhã, as unidades, algo que já não se tinha há muitos anos conseguimos, estamos trabalhando junto ao Exército para autorização da aquisição de munições, os senhores que fizeram, estão fazendo curso se formam amanhã, os senhores viram a realidade das unidades, a dificuldade que se encontra dentro das unidades; fiquei muito feliz em participar daquela primeira Audiência, onde os senhores ainda não teriam nem a possibilidade de fazer o curso, foi uma ação da Defensoria Pública, fizemos então um acordo ali naquele momento para que pudesse ter a visualização de quando os senhores seriam contratados.

Apesar de todas as lutas, de todas as aflições que existem dentro do sistema, também nós temos situações muito boas a serem narradas como, por exemplo, Rondônia, o primeiro lugar em trabalho às pessoas que estão cumprindo pena, atividades, isso não são dados de Rondônia, são dados do Ministério da Justiça, portanto, eu não estou aqui inventando dados, são dados do Ministério da Justiça, Rondônia tem um número adequado de Agentes Penitenciários para as unidades, está mal distribuído, então a gente precisa ser redistribuído.

Senhores eu tenho uma coisa importante a falar, uma coisa importante a falar, isso são dados do Ministério da Justiça, não são dados de Rondônia.

Isso não quer dizer, e eu quero dizer que os senhores não serão contratados, não é isso. Então, existe uma coisa que eu tenho feito sempre por todos os senhores que é o respeito. Então, eu também vou continuar respeitando a todos, desde o primeiro momento, então, são dados do Ministério da Justiça, vamos trabalhar sim para tentar fazer com que o sistema se aperfeiçoe para que ele fique melhor do que ele é, para que supra todas as necessidades, isso a gente tem contado com apoio do Governador, o apoio dos demais Secretários de Estado, o Secretário Emerson Castro que está sempre presente em todas as ações, o Secretário de Saúde também, o Secretário Pimentel, sempre presente; da PGE está sempre agindo para defender os interesses e tratar de forma legal a cada uma das ações.

Então, nós temos aqui o Secretário Marcos Rocha, Marcos Amaral, que tem muito apoiado, muito nos apoiado em todas as ações e toda equipe também da SEJUS. Então, obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Gostaria de registrar a importância da Audiência Pública. Há pouco eu estava conversando com o Vereador Fogaça, no gabinete, e tinha até alguns colegas Agentes Penitenciários e nós comentamos da eficácia e da eficácia das Audiências Públicas na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, quantas vezes Vereador Fogaça nós fizemos na condição de Vereador que eu era e que Vossa Excelência continua, nós fazíamos Audiências as autoridades do paço municipal, da Prefeitura, não iriam e quando iam não davam a devida atenção e nos parecia que era uma conversa de comadre, parecia um Programa da Hebe, você conversava, falava, falava e nada acontecia e aqui na Assembleia tem sido diferente, eu digo por experiência própria e vocês são reflexos dessa experiência, quando o início do ano

nós promovemos a primeira Audiência Pública para tratar dos concursados aprovados e não convocados, a partir dali deflagrou-se uma série de melhorias ainda que sensíveis, mas Polícia Civil, Polícia Militar conseguimos, o Dr. Edenir foi importantíssimo assim como a Defensoria Pública foi importantíssima, aquela audiência no Tribunal de Justiça já com prazo vencido do concurso de todos vocês conseguimos iniciar o curso de formação; SEDAM eram 56 aprovados, infelizmente ainda não convocaram todos, mas 15 já foram convocados, um pouquinho do DETRAN, um pouquinho da SESAU, então quero apresentar para vocês que isso daqui é importante e que a audiência pública na Assembleia Legislativa surte resultados, assim como surte recomendações legislativas, o Deputado Jesuíno sabe muito bem. Caso maior que nós temos aqui talvez seja, inclusive, até mesmo em benfeitoria para vocês lá na frente, a Secretaria de Justiça tem até dezembro para nos encaminhar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR, e que me parece, segundo o Secretário Marcos Amaral nos falou em uma reunião, que estão se reunindo semanalmente para discutir do PCCR, então isso é também mais um fruto em que a Assembleia participa como protagonista e não como coadjuvante. Então, nós estamos puxando a responsabilidade sim para fazer termos de compromisso e recomendação legislativa e que sejam cumpridas porque caso não forem cumpridas, o Deputado Jesuíno, o Deputado Lazinho sabem, imputa-se crime de responsabilidade, e logicamente que um gestor, uma autoridade, uma pessoa que está investida no cargo público não quer ficar com problemas na Justiça por vários e vários anos. Então, quero deixar registrada a importância deste evento e deste momento que talvez seja o divisor de águas para todos vocês. Gostaria de passar a palavra para o nosso Procurador Dr. Thiago que representa neste ato a SEGEF e é muito importante também ouvir a SEGEF assim como o Procurador. Por gentileza, Doutor.

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ - Boa noite a todos. Boa noite Deputado Léo Moraes, em nome de quem cumprimento os demais membros desta Casa, o Deputado Jesuíno, Deputado Lazinho, Vereador Fogaça, Secretário Emerson, Secretário Marcos e demais membros da Mesa. Então, falando em nome da SEGEF, a SEGEF é a nossa antiga Secretaria de Administração, ela trata da efetiva ação da finalização desse concurso, a partir do momento que nós tivermos autorização para a contratação é através da SEGEF que essa contratação será efetivada, mas até que cheguemos nessa fase final, na concretização do desejo de vocês de assumir o cargo público de Agente Penitenciário e de Agente Socioeducadores, nós ainda temos algum caminho a percorrer. Então, eu tenho por dever de ofício como Procurador do Estado e nas minhas manifestações perante a Superintendência de Gestão de Pessoas, alertar o gestor acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, como o Secretário Emerson acabou de se manifestar. Hoje até numa conversa preliminar que eu tive com o Deputado Jesuíno, nós chegamos já com os valores atuais da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado de Rondônia no presente momento com a folha de pagamento de outubro ultrapassou o limite de alerta, o que isso quer dizer? Deixando isso num português bem claro, a partir do momento que a gente ultrapassa determinado percentual da nossa despesa com gasto

de pessoal, nós temos que tomar algumas providências para reduzir essas despesas nessa rubrica específica que é gasto de pessoal. Então nós podemos trabalhar até a margem de 44,1% e, salvo engano, Deputado, nós já estamos com 45% da receita comprometida somente com folha de pagamento. A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe ao gestor o seguinte, se você ultrapassa o limite de alerta que são os 44%, você deve no prazo subsequente de até 03 meses reduzir, voltar abaixo desse limite, de que forma? Diminuindo cargos comissionados num primeiro momento, se ainda assim a gente não conseguir voltar a esse limite, nós vamos para servidores não efetivos e até servidores efetivos também num terceiro momento. Então o Estado já está tentando se adequar a nossa realidade econômica, como o Secretário frisou anteriormente, é uma realidade econômica diferente, não só do Estado como do Brasil.

O Governo Federal já é público e notório, a mídia está alardeando, está com um rombo de mais de cento e quinze bilhões de reais nos cofres públicos. O Estado de Rondônia é um dos poucos Estados ainda, salvo engano, 04 Estados, que estão obedecendo, ou seja, apesar de nós já termos ultrapassado o limite de alerta, nós ainda estamos obedecendo a Lei de Responsabilidade Fiscal e nisso o governo vem pagando o salário dentro do mês trabalhado, então outras unidades da Federação, vocês são conhecedores também, já está parcelando salário e atrasando salário de servidor. Então aqui a mensagem é essa, nós temos infelizmente nesse primeiro momento, dever de observar a Lei de Responsabilidade Fiscal, e na manifestação que a Procuradoria do Estado numa eventual propositura para a contratação dos senhores hoje vai ser dessa forma, em observância a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas isso não impede que a partir do momento que nós consigamos voltar ao patamar que possibilite a contratação, essa contratação seja efetivada imediatamente. Então, as minhas palavras em nome da SEGEF, seriam essas. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Presidente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Com a palavra.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Eu sou o Deputado Jesuíno Boabaid. Eu só queria falar, porque eu estou com a LOA, Projeto de Lei nº 201, Mensagem 217. A gente, corrigindo Thiago; é 44,10 o limite de alerta, está 44,04, essa progressão não atingiu ainda a questão. Então, faltam ainda uns décimos ainda para atingir, 49 é o limite máximo; 46.55 limite prudencial; 46.55, ele ainda não entrou no limite. Mas, essa progressão é o resultado orçamentário, como a gente fala, eu tenho um respeito pelo Estado. Mas, assim, quando o concurso ele é feito, o senhor como Procurador de Carreira tem ciência, aí uma pessoa que eu tenho um respeito é o Dr. Thiago, não só pela pessoa dele, por todos que se encontram aqui. Mas, é o Dr. Thiago, porque desde o início que a gente vem em algumas conversações, alguns embates, e ele sempre tira essa questão de dúvidas. O concurso é aberto para 350 vagas, o concurso foi, o Deputado Lazinho perguntou: quando é esse concurso? Em 2010, em 2010. Concurso em 2010, automaticamente quando se abre um concurso você tem que ter orçamento, a previsão, a previsão orçamentária, isso não se discute, não estou dentro do limite prudencial, isso aí o Governo tem que falar que... Então, é um

ato, é um ato, eu quero falar, é um ato que deve ser hoje, a justiça vem e fala: "faz o concurso". Porque deve o gestor fazer o concurso, ou seja, o curso de formação, porque já estão aprovados dentro do limite de vagas; não é expectativa de direito. O STF já bateu o martelo ali, expectativa de direito, direito adquirido; aí tem essa situação do LRF que vocês sempre discutem a questão da LRF que atingiu o marco inicial vai explodir. 0.6 que ainda faltam, Deputado Lazinho, são milhões, não é pouco não, que é o orçamento nosso é de sete bilhões, o ano que vem tem uma redução, vai para seis bilhões e pouco; inclusive, tem que calcular, isso é uma progressão ou uma expectativa de quanto vai chegar a questão orçamentária. Então, eu hoje nessa tarde, o Deputado Léo Moraes e todos que se encontram aqui presentes, o Chefe da Casa Civil já falou que essa pasta, quem era para estar aqui também era o SEPOG, que ele tem que o poder de falar sobre a questão orçamentária.

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ – Só uma pergunta Deputado Jesuíno. Essas informações em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal é referente a que mês?

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Não, isso aqui é a LOA, essa aqui é a LOA, é uma progressão, é a LOA.

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ – Não, mas a gente tem, a Lei de Responsabilidade Fiscal a gente acompanha mensalmente. Tendo em vista o quê? Tendo em vista a arrecadação e atualização. Então, eu acho, salvo engano na última reunião que eu participei, como sou membro da Mesa de Negociação Permanente também, o limite de alerta, ele foi ultrapassado sim.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Não, o que eu estou falando é a LOA que está aqui, é LOA.

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ – A LOA, sim, mais a LOA, você sabe que existe ajuste. Mas, eu tenho praticamente certeza que com os salários que foram pagos em outubro e tendo em vista a arrecadação do Estado que caiu muito, não só no Estado como eu disse, mas no Brasil todo, o limite de alerta, ele ultrapassou os 44.1% sim.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Não, mais assim, depois eu até peço que seja encaminhado essa documentação para Assembleia. O Secretário Marcos Rocha, o Chefe da Casa Civil, Deputado Léo Moraes, a gente tem que sair como o senhor bem frisou aqui, as Audiências tem que sair com resultados, algumas garantias.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Com uma solução.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – É, uma solução. Igual à tarde que nós tivemos aqui o Vereador Fogaça falou que teve de evolução quanto a questão do Bairro Lagoinha, teve, os compromissos do município, porque cabe ao município a regularização fundiária, se fosse do Estado talvez sairia com algum resultado.

Registrar a presença do Deputado Maurão de Carvalho, Presidente e se encontra presente. Então, assim hoje, hoje o

que importa para todo mundo que aqui está presente é a efetivação apenas dessas pessoas que se encontram, que prestaram concurso público, estão, fizeram academia; agora, não pode aguardar durante um ano e aí não tem o que se discutir, Deputado, não tem o que se discutir e cabe a nós realmente, cabe a nós realmente questão orçamentária, a questão da LOA, discutir se for tomar alguma discussão, remanejamento, algo assim, coisa que possa garantir a efetivação dessas contratações. É isso que tem que falar, porque para gente ficar aqui, são 07:00 horas e eu estou vendo que a coisa não vai evoluir não, só está tendo; entrar na LOA, não é, não é; a melhor fala, as duas falas do chefe da Casa Civil, ele falou aqui, o senhor está fazendo compromisso em buscar a solução para a problemática junto os órgãos competentes, no caso, o colegiado competente. Então a gente está aí também, o Deputado Léo Moraes como a Assembleia, para a gente unir, somar esforços para a contratação, que não é só isso aqui não, tem outros problemas.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Vários. Obrigado Deputado Jesuíno Boabaid, sempre atuante, mas vou falar para Vossa Excelência não se avexar, que nós acabamos de começar, nós vamos dar a palavra de forma legítima e democrática para todos, mas depois nós vamos fazer os questionamentos necessários e devidos, inclusive, com a participação de Vossa Excelência que é importante.

Passar a palavra aqui para o Dr. Sérgio Muniz, que é o Defensor Público, que está aqui conosco neste momento para fazer uma breve fala aqui nesse ato.

O SR. SÉRGIO MUNIZ – Boa noite a todos! Queria cumprimentar a todos aqui da Mesa na pessoa da minha colega de trabalho, Dra. Luíziana, que está sendo uma parceira gigantesca nessa nossa ação conjunta; queria cumprimentar todos os presentes, os alunos do curso que estão aqui, compareceram em massa, assim como compareceram na Audiência Pública que a Defensoria fez a coisa há uns dois meses, e assim Deputado Léo, eu não tenho muito o que acrescentar aqui não, eu acho que me parece que está havendo uma boa vontade do Governo do Estado em realizar a contratação, só que a grande discussão é a questão do prazo, o Estado quer uma contratação com o prazo e os candidatos com o justo motivo eles, têm direito a contratação imediata, a verdade dos fatos é essa, juridicamente o prazo do concurso está expirado e eles têm direito a contratação imediata tão logo se termine o curso de formação.

Eu acho que é louvável essa sua atitude, Deputado Léo, de chamar todos os envolvidos, chamar o Secretário Chefe da Casa Civil, chamar os Secretários das Pastas envolvidas para a gente tentar conciliar e compor, a conciliação é sempre o melhor caminho, assim como eu tinha dito para vocês lá na Audiência Pública que eu realizei, o Processo Judicial foi necessário, é necessário ainda, que a está sendo discutido em juízo, só que a gente não tem como prevê qual vai ser o resultado, a gente tem uma ideia, a gente não tem como prevê, qual vai ser o resultado nem muito menos o prazo com qual o magistrado vai proferir a decisão.

Então Deputado Léo, eu agradeço e te parabeno pela iniciativa de estar realizando aqui esta Audiência Pública.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado. Agradecer ao Dr. Sérgio Muniz, e dizer que fiquei um tanto quanto preocupado quando eu estava caminhando em direção a Defensoria Pública e eu encontrei, na verdade por uma coincidência, e o senhor me falou a respeito da Audiência que teria na Ordem dos Advogados do Brasil, mas, o que me causou estranheza não foi o fato da realização e sim a intenção da mesma, porque eu não consegui visualizar um interesse legítimo e claro da Defensoria em resguardar os direitos dos Agentes Penitenciários em pleitear a posse para 2016, eu digo isso com muita tranquilidade, com todo o respeito que eu devo a Instituição e as pessoas porque ainda que eu estivesse ausente pelo que me parece, eu lembro, eu estava, creio que no Mestrado, estava fora de Rondônia, mas ainda assim eu solicitei que um servidor nosso da Comissão de Direitos Humanos se fizesse presente para colher as informações necessárias e naquele momento tentou-se fazer uma votação para que se deixasse registrado em Ata o interesse dos Agentes Penitenciários em assumirem de forma fatiada metade em 2016/2017 e eu quero deixar claro, não sou representante dos Agentes penitenciários, não sou do Sindicato, não sou da Associação, mas, eu tenho certeza absoluta que não é o interesse dos Agentes Penitenciários em fatiar essa posse, todos querem tomar posse no início de 2016 e nós vamos até a última instância, até a última medida para que a gente consiga de uma forma ou de outra, com o apoio do Governo empossá-los em 2016, porque nós sabemos que a defasagem, a carência e a necessidade ela é clara, visível e notória e ela é latente e o Estado logicamente que precisa suprir essa necessidade.

Então, eu agradeço mais uma vez a Defensoria e gostaria no mesmo ato já passar a palavra para Dra. Luíziana Teles Feitosa que é a nossa representante aqui da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Deputado Léo, só queria fazer, Doutora, me desculpe, mas, uma pergunta para o Secretário, para o Dr. Thiago.

Hoje, o impacto de chamar os 300 que fizeram o concurso, os 300 concursados, qual é o impacto que geraria na folha?

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ – Essa resposta, Deputado, eu não tenho como lhe dar, eu não sei o valor, são questões técnicas eu não tenho como fazer o cálculo aqui, isso daí nós temos uma, a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Gestão, faria toda análise desses valores.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu não quero de forma nenhuma constranger o senhor, não é isso, é só porque, para a gente dizer se pode ou não, a gente precisava ter esses números, precisava ter esses números, porque num cálculo bruto de analfabeto daria um milhão e duzentos mil mensais numa folha daria 12 milhões por ano, um impacto, num montante de folha de dois bilhões e quinhentos, isso teria lá? Nós precisávamos ter isso. Eu acho que era importante ter para a gente ter essa noção. Eu acho que seria uma forma de nos instruir e também os representantes, porque se nós temos uma margem, qual é dentro dessa margem? O Estado tem que fornecer isso para nós, que é para a gente ter noção.

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ – Esses cálculos, em todas as contratações que o Estado realiza, são feitos. Então, antes de ser contratado, é necessário que nós façamos os cálculos do impacto, justamente, não só do impacto em servidores da ativa como em relação aos servidores que já se encontram aposentados, se for o caso. Eu não sei se a carreira dos socioeducadores e dos agentes penitenciários, nós já temos servidores na aposentadoria. Então, toda vez que nós formos realizar qualquer mudança na PCCS e contratação de novos cargos, esses cálculos são necessários. Eu não tenho como lhe informar aqui que eu não estou com o processo do concurso público.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não, tudo bem. Eu acho que já sai daqui um encaminhamento, porque nós precisamos ter isso. Já devia ter isso aqui hoje. Eu sou franco em dizer que a gente precisaria estar municiado, mas, Deputado Léo, Vossa Excelência que tem feito um grande trabalho, já é o primeiro passo para a gente poder sentar com o governo, sentar, Emerson, e pegar o LOAS, pegar o impacto, porque aqui é do mês de setembro, que está aqui...

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ – Salvo engano é agosto.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Então a gente pode fazer isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Deputado Lázinho e deixar registrado que eu já pedi mais de uma vez, tanto para a SEJUS como para a SEPOG essas informações acerca do impacto. Fala-se de forma muito reticente, muita repetida que gera impacto, que vai ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas até hoje não nos passaram. Então a gente fica sempre naquele campo da dúvida, sem ter a certeza se esse impacto será o suficiente para travar e para colocar o governo do Estado no rol dos indébitos. Então, eu vou só pela ordem, só um minutinho, também a Doutora Procuradora quer falar. Então, eu vou finalizar a ordem aqui da nossa Mesa e depois nós vamos fazer os devidos questionamentos. Peço que as autoridades já anotem essas perguntas e nos tragam as respostas e que consigam contemplar todos.

Então passar a palavra para a Dra. Luiziana Teles Feitosa, de modo que ela possa também participar deste início de Audiência Pública.

A SRA. LUIZIANA TELES FEITOSA – Boa noite a todos os membros da Mesa; boa noite ao meu colega Sérgio, em nome do qual eu saúdo todos os que compõem a Mesa. Boa noite aos presentes, aos agentes penitenciários. A Defensoria Pública entrou com essa ação, como muitos acompanharam, em razão de que as conciliações, que nós fizemos várias audiências, várias reuniões, nós não logramos êxito. Então, o único caminho foi realmente judicializar. A ação está em andamento, como vocês sabem, a gente conseguiu a liminar, e em defesa do ato da Defensoria de fazer essa Audiência Pública, ocorreu em razão de que o processo precisava dessa manifestação para a gente poder prosseguir. Não é uma questão de fatiar ou não. O Estado fez uma proposta, a Defensoria Pública não poderia falar por vocês já que o direito não é nosso, e aí nós convocamos esta

Audiência Pública, exatamente para colher e ficar claro para o Estado que vocês não querem qualquer fatiamento de posse, que vocês exigem essa posse já.

O SR. SÉRGIO MUNIZ NEVES – Doutora Luiziana, desculpa interromper. É só para a gente deixar claro que a realização desta Audiência foi com o único intuito de colher a manifestação de vocês de maneira democrática. A intenção foi ouvir vocês, fizemos uma ata e essa ata foi juntada ao processo. O Juiz tomou ciência da manifestação de vocês. O intuito dessa audiência foi somente ouvir vocês dentro da mais cristalina democracia. Somente isso. A Defensoria Pública, se é que ela tem um lado, esse lado é de vocês. Quem ingressou com a ação civil pública para tentar obrigar o Estado a fazer a contratação foi a Defensoria Pública. Então, assim, eu fico até um pouco surpreso com esse tipo de questionamento, porque o objetivo da Audiência foi para ouvir a manifestação de vocês, não foi para concordar com o fatiamento ou, enfim, essa é uma questão, uma proposta colocada pelo governo. Questão essa que eu acho que até vincula o governo dentro do processo, correto, Dra. Luiziana?

A SRA. LUIZIANA TELES FEITOSA – Correto.

O SR. SÉRGIO MUNIZ NEVES - Vincula o governo. O governo já está vinculado nessa proposta. Porque a proposta é dele, ele não tem como piorar, ele só vai melhorar, pelo menos essa é a nossa argumentação, correto, Doutora?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Já que, mais uma vez, peço à gentileza que ninguém mais se manifeste, para que nós consigamos acabar todas as falas aqui de quem está fazendo parte desse dispositivo. E já pedir também um minuto de explicação, o Doutor bem disse que a Defensoria está sempre a favor, eu não tenho dúvidas, eu tenho sempre visto, inclusive, eu vou aplicar emenda para que a Defensoria se estenda e o Emerson sabe disso, que foi uma conversa com o Governador, que tem um posto avançado na Zona Leste e um posto avançado na Zona Sul, vou aplicar a emenda parlamentar porque eu entendo o belíssimo trabalho que a Defensoria Pública faz e executa, porém, me causou estranheza, espanto, como lhe causou surpresa à manifestação dos nossos colegas que foi feita de forma muito rápida, sem informar a Casa, aqui a Assembleia Legislativa e sem informar as outras autoridades, e também que não teve um registro, devia ter sido tudo filmado para a gente saber como conduziu essa audiência que Vossa Excelência tem falado para saber se realmente ela foi tão democrática e transparente, cristalina como o senhor falou. Passar a palavra aqui para nossa colega Dra. Luiziana.

A SRA. LUIZIANA TELES FEITOSA – Deputado, aproveitando a sua fala, antes de nós optarmos por fazer essa Audiência Pública, foram uns três representantes dos agentes que estão fazendo o curso, e eles, não conseguiram assinatura de todos e nós precisávamos, porque depois poderia ter questionamentos. Então, foi notadamente em razão de que muitos, não assinaram a ata alegando que nós encaminhamos, alegando que não tinham conhecimento, que não ficou claro,

então, esse foi o objetivo. É claro, é evidente que a Defensoria Pública, quer muito que vocês sejam nomeados, até porque nós somos os autores, cabe destacar que nessa ação civil pública tem três Defensores envolvidos, o Dr. Sérgio, Dr. Leonardo e eu, uma ação muito trabalhosa, muito bem feita, a gente conseguiu uma liminar que vocês sabem que é muito difícil, inclusive, na Vara da Fazenda Pública. Então, não tem, nós estamos do lado de vocês, agora a ação irá prosseguir e nós vamos ver o que o Juiz irá decidir, essa Audiência Pública, ela só vem a somar, mas o nosso papel irá continuar dentro do processo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Doutora, só pela ordem, a Audiência Pública realizada na Fazenda Pública, eu participei, a Defensoria fez um trabalho invejável, muito característico de uma instituição que prima pela igualdade, pela qualidade de vida, pela dignidade. O que foi questionado, foi à outra Audiência Pública realizada na Ordem dos Advogados do Brasil, que eu acabei de perguntar se a senhora estava presente, não estava, então, são fatos distintos, só para deixar registrado.

A SRA. LUIZIANA TELES FEITOSA – Eu sei, mas assim, são fatos distintos, mas a gente precisava ouvir, colher a manifestação que o Juiz mandou, nos encaminhou e aí a gente já fez a petição dizendo que vocês não concordam com os termos do acordo que o Estado fez. Agora, a ação irá prosseguir e já ficou claro que vocês não querem nenhum tipo de fatiamento, se for o caso, ele não der depois do curso, a liminar, a gente vai agravar, e a gente vai manter a proposta que vocês desde início passaram para nós. Então, a Audiência Pública, ela é importante, mas, o nosso processo também, ele foi muito importante porque, não tinha até então, se conseguido êxito nas reuniões. Então, eu espero que agora com os processos e com esse apoio do Deputado, realmente a gente tenha um bom êxito que seja com a nomeação de vocês, muito obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado Doutora Luiziana Teles Feitosa, passar a palavra rápido para que nós possamos de fato entrar na discussão. Passar a palavra para o Dr. Gustavo Anez Menacho, representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. GUSTAVO ANEZ MENACHO – Boa noite a todos. Em primeiro lugar agradecer a oportunidade ao Deputado Léo Moraes, e parabenizá-lo pela atitude, pelo ritmo frenético que imprime no exercício do seu mandato aqui nesta Casa de Leis, a exemplo do que já fazia no exercício da vereança. A respeito da audiência de hoje, e inegável a relevância, temos aqui um auditório lotado como muito bem dito pelo Deputado Jesuíno, são pessoas que já têm o direito adquirido, se espera que dentro dessa composição entre os atores, entre as instituições envolvidas esse problema seja equacionado e devidamente superado. Tudo o que diz respeito ao interesse da cidadania Deputado, é de interesse da ordem, nesse caso concreto muito breve, além do interesse dos concursando, a Ordem também tem o interesse é peculiar. Em várias audiências que nós já tivemos muito bem recebidos pelo Secretário Emerson, pelo Secretário Marcos, há uma problemática que nos afeta diretamente no que diz respeito à questão dos presídios, é a

prerrogativa de acesso irrestrito aquelas unidades para o exercício profissional dos advogados, e isso está claro, está diretamente ligada a essa falta de efetivo, nós temos aqui centenas de pessoas, de cidadão, aptos por iniciar e ter o direito de exercer a sua profissão, do outro lado o Estado com carência e precisando urgentemente dessa mão de obra especializada.

Então, mais uma vez boa sorte, sucesso aos concursados e parabéns ao Deputado Presidente da Mesa.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado Dr. Gustavo e transmita o nosso abraço e os parabéns também para toda a Ordem dos Advogados do Brasil, que sempre tem participado das Audiências Públicas aqui no nosso Legislativo Estadual. Passa a palavra para o Sr. Clayton Júnior, representante do SINGEPERON. Por favor, Clayton, fique à vontade.

O SR. CLAYTON JÚNIOR – Boa noite a todos. O meu nome é Clayton Júnior, hoje nós estamos na condição de representantes dos Agentes Penitenciários e socioeducadores, por questão de força maior, provavelmente de saúde, o nosso Presidente não pode estar aqui, mas nós estamos aqui representando o SINGEPERON. Queremos agradecer aqui a todos, a presença de todos; a Mesa, queremos agradecer a força e o empenho do Deputado Léo Moraes, do Deputado Jesuíno também, que está imbuído, imbuído nessa condição de nos ajudar, nos dar essa força. Também, queremos agradecer aí a força, o fácil diálogo também, que nós estamos tendo aí, o Sindicato, com a Secretaria também, o Secretário Marcos Rocha. Sabemos que quando se trata em questões orçamentárias, é uma questão bastante difícil, entendeu, mas assim, a gente tem certeza que se fosse outra força, outra força aí fazendo a academia, a contratação seria de imediato, e por que nós, já estamos esperando aí cinco anos já a contratação e a contratação não pode ser de imediata. Então, a gente quer deixar esse registro aí, o Sindicato está dando toda a força aí, estamos em reunião, direto, inclusive, tivemos uma reunião, uma Audiência provocada pelo TJ e essa foi uma das pautas, um dos itens da pauta, foi a contratação dos alunos aí. E vamos nos posicionar, em questão, em relação a essa questão. Foi dito na hora lá, que provavelmente a metade seria até 2017, mas, o Sindicato, nós estamos correndo atrás aí para que possamos ser todos contratados, todos juntos. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer o Clayton, agradecer a todos os sindicalizados que estão participando aí dessa discussão e dessa peleja. Agradecer, na verdade já fiz o registro da Dr. Taís, logo, logo, ela vai falar após todos os presentes aqui do nosso dispositivo. Passar a palavra ao Alex Pablo, que está aqui conosco, que é o Presidente da Associação dos socioeducadores do Estado de Rondônia.

O SR. ALEX PABLO – Boa noite a todos que compõe a Mesa aqui, não quero me alongar muito por conta do horário também.

E a questão é o seguinte, senhores que estão aqui nessa questão dessa Audiência Pública, para os senhores terem uma ideia vou falar como aluno do curso de formação, um curso de formação, um concurso público, você cria toda uma expectativa, ainda mais quando você está aprovado, dentro das vagas, toda essa questão. Então, criou-se essa expectativa de fazer essa

academia, esse curso de formação desde 2010. Então, vários colegas já vieram para Capital, fizeram a matrícula, voltaram, tiveram gastos, então isso mexe com o psicológico e com a vida de todo mundo. Para os senhores terem uma ideia, sabe quantos amigos nós perdemos, por causa dessa academia, por causa desse curso de formação? Nós perdemos cinco amigos, desde 2010 para cá. Então, os senhores não estão mexendo só com questões financeiras, com questões burocráticas, nem nada, mas, os senhores estão mexendo com a vida, estão trabalhando com vida humana. Então, é difícil isso para gente, você esperar cinco anos para ser efetivado em um concurso público é complicado. Os senhores aqui não sabem qual é a dor de perder um amigo, e nós perdemos cinco por causa desse concurso público. Então, nada mais justo do que nós tomarmos posse, nós não estamos pedindo nenhum favor, nem nada, a gente só quer o que é de direito dos Agentes Penitenciários, dos alunos Agentes Penitenciários, então essa é a nossa maior briga e falando, não me alongando muito, e falando agora como socioeducador, porque o Deputado Léo, quando me fez o convite nessa questão dessa Audiência Pública, então, eu queria ter um pouco mais tempo para falar um pouco sobre o sistema socioeducativo, porque hoje eu posso falar que eu conheço de fato o Sistema Penitenciário e o Sistema socioeducativo, porque sou servidor desde 2009 do Socioeducativo e estou no curso de formação de Agente Penitenciário. Então, a gente vê que o Sistema Socioeducativo, a gente pensa que o Penitenciário está ruim, o Socioeducativo está pior ainda, em menos de 30 dias foram dois servidores lesionados por adolescentes por adolescentes, os mesmos crimes que tem no Urso Branco, no Panda, tem lá no menor, os mesmos tipos de crimes, pessoal, que o adolescente não comete crime, os senhores sabem disso.

Então a gente precisa de ter esse olhar maior para o Sistema Socioeducativo. Outra questão também que eu quero colocar para o Procurador do Estado que ele falou nas suas palavras aqui que o Governador estava pagando em dias a folha de pagamento, mas, eu discordo do senhor, por que cerca de 20 ou 22 socioeducadores que estão no curso de formação estão sem receber até agora, cerca de 22 socioeducadores, agora me pergunte por que? Se nós estamos com todos os procedimentos corretos, entramos com requerimento pedindo afastamento, o edital mesmo fala que a gente poderia optar pelo salário ou pela remuneração e até hoje pais de família estão sem salário. Então é um fato que eu discordo do Procurador e a gente chega na SEJUS é um empurra para lá, a gente vai na SEAD, a SEAD fala que é culpa da SEJUS, vai na SEJUS que é culpa é culpa da SEAD, a Ana Paula do IGP ela está aqui, ela pode responder esse questionamento também que até agora não foi nada resolvido nessa questão do pagamento dos socioeducadores. Sem, contar também, Deputado, que a gente quer brigar por isso também, outro curso de formação para o socioeducador por que hoje se aconteceu esse fato na Unidade Rio de Janeiro, de servidores serem agredidos, foi no mesmo dia da rebelião do Urso Branco, um dia depois, no Urso Branco não foi pego ninguém de refém, na Unidade Rio de Janeiro um servidor foi pego de refém com um chuchu no pescoço, se não fosse uma viatura passando ali no momento alguma coisa mais grave poderia ter acontecido naquela situação. E, Sr. Secretário, a gente também quer sentar e conversar num momento mais oportuno, por que se não a gente vai tomar muito tempo aqui,

por que o questionamento mesmo é a questão da posse dos colegas aqui, vê a questão dos colegas que fecharam alguns Unidades do interior, eles estão vindo para cá, questão de estrutura, tudo isso o Sistema Socioeducativo está carente Secretário. Eu peço a sua compreensão que olhe mais para o Sistema Socioeducativo, por que hoje em dia só se fala em penitenciária, mas, se você fizer um trabalho ali de contenção no Socioeducativo com certeza o Urso Branco e Panda não vão está superlotados, não vai ter essa grande população carcerária que temos hoje. Por que hoje tudo começa dali, da menor idade penal. Eu estou fazendo levantamento, só por esse levantamento que eu fiz cerca de 80% dos adolescentes que passam no Sistema Socioeducativo, e ainda não terminei o levantamento, eu vou levar esse levantamento para o Juizado e para a Secretaria de Estado de Justiça, pelo qual eu deveria fazer esse levantamento e não sei por que não tem, que eu fui atrás e não tinha. Cerca de 80% dos adolescentes que passam no Sistema Socioeducativo estão no Urso Branco, Panda, Ênio Pinheiro, Pandinha, então isso é um assunto preocupante. Se a gente não conseguir fazer esse estudo de caso aqui, não conseguir remediar isso, a população carcerária eu acho que ela só tende a aumentar. Passar a palavra para o nosso colega Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Alex Pablo. E o Chefe da Casa Civil acabou de me indagar preocupado por que quê está acontecendo, aí eu expliquei que é a questão pontual desses 22 que são efetivos do Estado, socioeducadores e estão em plena academia dos agentes penitenciários. Quando entra na academia, Secretário, ele bloqueia o salário e ganha a Bolsa, só que bloqueia o salário e não estão ganhando a Bolsa, como muitos dos agentes que estão aqui também não estão ganhando a Bolsa, é um dos questionamentos que devem ser feitos aqui para que a gente consiga ter a resposta e a solução.

O SR. ALEX PABLO – Exatamente, e no edital falava a gente optava pelo salário ou pela Bolsa, todo mundo optou pelo salário. Então o edital praticamente tem a força de lei, então por que quê não se cumpriu isso? Está me entendendo?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Isso aí. Muito obrigado, é importante que tenha esse devido esclarecimento. Passa a palavra agora para o Aldian Cunha Souza, que está representando todos os nossos valorosos alunos que estão aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. ALDIAN CUNHA SOUZA - Boa noite senhores autoridades aqui presentes, estamos mais vez aqui se reunindo para ver se a gente consegue obter uma resposta, por que dá última vez que estivemos aqui não conseguiram dá a resposta para a gente. Eu acho o seguinte, se você vai se preparar para ir para uma pescaria, você vai preparado, é intolerável a pessoa chegar a um ponto de dizer que não está a par do assunto, que não tem cálculos, que não como dá. Se você está vendo o tempo se formar, você se previne, você pega um guarda-chuva, aqui a gente tem que vir prevenido para tal pergunta que pode ser feita, premeditar, poderá ser feito isso,

poderá ser perguntado aquilo, então eu vou me preparar. Inadmissível, vão enrolar a gente mais uma vez para trazer outra resposta? Todos sabem o que fere e o que não fere; o que pode e o que não pode. É inadmissível chegar e dizer: “não temos isso, não temos aquilo”. A Audiência passada a gente foi embora também sem resposta, mandaram pessoas aqui que não conseguiram responder a pergunta de um aluno, de novo essa mesma pergunta: quando vão dar a nossa posse? Planejamento é feito de um concurso, planeja-se também a sua resposta, seus cálculos para trazer aqui para a gente não ser embrulhado e mandado para casa novamente. Isso é intolerável. Necessidade há, sabe-se quem pisa lá quem está no presídio, quem anda dentro de um presídio, é esse sim realmente sabe o que está precisando, o que está faltando. O Presídio está se desmoronando de velho, a gente trabalha lá fazendo segurança tem que trabalhar de máscara por que é esgoto aberto para todo lado, doenças para todo lado, presos lá se matando lá e a gente tendo que socorrer lá e entrar lá e resolver no braço, por que não tem condição nenhuma de segurança, mas a gente está ali ainda fazendo os estágios, colocando as nossas vidas até em risco trabalhando naquelas péssimas condições que está este sistema prisional, está um lixo, falo com todo conhecimento, porque estive lá dentro e nossos colegas também, mas, se você quiser saber a realidade entre lá, pise lá dentro, ande por aquelas carceragens, aqueles corredores que vocês vão ver as necessidades de como está o sistema prisional, não tem equipamento, não tem viatura. O apenado passou mal, simplesmente passa mal, ficou lá, não tinha como levar, não tinha viatura, não tinha, mesmo que tivesse viatura não tinha efetivo, não tinha gasolina numa outra viatura, é horrível isso, é vergonhoso, é vergonhoso e a gente vem para cá para a gente trazer respostas, a gente diz: “não posso dar, não tenho conhecimento, não estou a par”.

Injustificável isso, chega de blá, blá, blá, gente, a gente não é criança, a gente não veio para brincar aqui de reuniãozinha e amanhã a gente voltar para casa, a gente quer resposta, a gente quer resposta, a gente faz plano, nossas famílias a gente faz plano, os filhos, e agora o que a gente chega lá em casa e fala para nossas esposas, nossos filhos: “filho eu não sei, esperar”. “De novo pai?”. Tem casal aí que nem se namoravam, hoje os meninos já estão com 05 anos, gente, isso é uma pouca vergonha, o que precisa acontecer mais, rebeliões? Porque já aconteceu, já aconteceu, fui emergencial, eu conheço, eu já trabalhei ali muito tempo, conheço, é horrível, aquilo ali é uma bomba, vai explodir a qualquer momento, pior do que aconteceu agora, pior do que aconteceu agora, porque visto que não tem efetivo, não tem material, não tem nada, o que vai impedir de acontecer uma chacina ali? Aí vão falar: “vamos contratar agora”. É o que precisa, não é, rebeliões tudo ali está premeditado acontecer a qualquer momento, isso aí a gente sabe, e se nós estivermos lá com o nosso material trabalhando, guarneecendo, a gente pode sim evitar, nós vamos fazer isso com vontade, com trabalho como estamos fazendo a nossa academia, estamos fazendo a nossa parte, cabe ao Estado fazer também a parte dele e não pegar e nos enrolar com coisas e outras coisas que são 05 anos a gente ouvindo historinhas, está todo mundo vacinado de tanto ouvir conversa e nunca sair do papel, nunca sair de nada, então tem que dar um jeito de efetivar todo

mundo, tem que dar. Porque mesmo se pegar todos esses 300 aqui e colocar aqui na Capital não tem condição de inaugurar o 470 que está previsto, que é o que vai salvar o entupimento do sistema prisional, porque o Panda, Pandinha está superlotado, as unidades estão para explodir de tantos presos, tem triagem lá que é para ficar 10 presos, está com 48, 50, 52, os caras pedindo, implorando pelo amor de Deus para a gente colocar pelo menos uma garrafa de água para eles beberem, certo, é horrível. Quer conhecer? Pise lá que você vai saber como está o sistema prisional. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Gostaria de agradecer e parabenizar a palavra e a manifestação do Peneirinha que conhece essa realidade e comentou a respeito do motim, da rebelião que tivemos há dias e que se não fosse, inclusive, os alunos da academia teria sido muito pior porque quando precisaram colocaram um ônibus à disposição e mandaram vocês para o presídio, isso eu estava e acompanhei, isso é uma realidade, é uma verdade, mais uma vez a Comissão de Direitos Humanos estava lá e nós constatamos isso daí, está tudo filmado, inclusive, documentado, só para deixar registrado.

Gente, lembrando que o nosso Cerimonial está aí para que vocês se inscrevam e falem no prazo de 02 minutos aqui na nossa tribuna, é importante ouvir o que vocês têm para nos dizer, esse é o momento de ouvir a todos. Passar a palavra para Dra. Taís que é Procuradora do Estado e já tinha se inscrito há muito tempo para que possa falar aqui, por gentileza Dra. Taís.

A SRA. TAÍS CUNHA - Boa noite a todos; quero cumprimentar todos os membros da Mesa, todos os presentes. Vou me apresentar aqui, sou Taís Cunha, Procuradora do Estado, quero deixar claro que a minha posição aqui é jurídica e técnica, e como já foi mencionado aqui essa questão da convocação dos agentes já é uma questão que está judicializada, já existe uma demanda judicial, uma Ação Civil Pública que está conclusa para o juiz decidir qual é a decisão legal acerca dessa matéria.

Eu acho pertinente fazer alguns esclarecimentos jurídicos em relação a alguns aspectos quando se fala em planejamento, em direito líquido e certo dos servidores de serem empossados e a questão de que quando foi feito o concurso com 1.100 vagas já deveria ter sido planejado o orçamento para a convocação de todas essas pessoas. Esse concurso é de 2010, quando esse concurso foi publicado a jurisprudência dominante era diversa da dominante atual, a jurisprudência que existia a época nos Tribunais Superiores era de que a convocação ocorria de acordo com a conveniência e a oportunidade da administração pública, então assim foi com base na jurisprudência dominante que esse concurso foi elaborado, afinal de contas foram 1.100 vagas, a gente não vê assim concurso sendo feitos com 1.100 vagas, foi feito com 1.100 vagas, mas, à época os Tribunais Superiores e a jurisprudência consolidada era de que essas nomeações ocorriam de acordo com a oportunidade e conveniência da administração pública, ou seja, a administração quando elaborou esse concurso, ela não fez baseada, se programando num direito líquido e certo de todas as pessoas serem convocadas imediatamente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Gente, vamos respeitar a palavra está franqueada, vamos respeitar a Dra. Taís, que eu acho que é importante que a gente possa depois debater. Então desrespeitar não é o momento aqui, ainda mais uma mulher.

A SRA. TAÍS CUNHA – Exato. Eu estou colocando aqui uma posição, é uma posição e vocês têm todo o direito de depois estar debatendo o que eu estou colocando aqui. Então, só para justificar essa questão do planejamento. Porque hoje o Estado não tem esse orçamento, porque não foi planejado, porque na época quando foi feito esse concurso, a jurisprudência, essa decisão do STF que reconhece o direito líquido e certo das pessoas dentro das vagas, é posterior a esse concurso. E outra coisa que eu acho que é impertinente mencionar, que na própria decisão do STF, ele deixa claro que sim, é direito líquido e certo daquele que está dentro das vagas serem nomeados, mas existem situações excepcionais que permitem que esse direito seja afastado, nem um direito absoluto, nem mesmo o direito a vida é absoluto. Então, nós vamos ter situações em que esse direito que se reconhece que existe, existem situações que excepcionam essa regra, certo? Então, nós sabemos que a administração pública não se restringe ao Sistema Penitenciário, nós temos demandas, o Estado, ele tem que nomear médicos, policiais militares, são diversas demandas a serem atendidas e eu sei que pode parecer, é um clichê, mas, o cobertor é curto, não tem como a gente cobrir tudo, infelizmente. Uma coisa que eu quero colocar aqui, é que o Estado, ele em nenhum momento apresentou oposição a pretensão de vocês de serem nomeados, tanto é que muito embora a gente tenha uma liminar, essa liminar, ela foi baseada em um acordo feito em Audiência, nós tivemos uma Audiência em que o Estado fez a sua proposta, disse que era possível fazer o curso de formação num prazo de 30 dias. Então, assim, o Estado, ele não apresentou resistência, ele apresentou apenas uma possibilidade, uma posição, uma proposta de acordo e se realmente o Estado tivesse essa posição e quisesse dificultar, nós teríamos, inclusive, recorrido dessa decisão, a gente não interpôs, a gente não fez a interposição de recursos em fato dessa decisão exatamente porque o Estado não se opõe, a gente quer fazer, só que nós temos que ponderar todos os aspectos que envolvem o Estado, tem a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem outras demandas, nós temos conhecimento de que a demanda existente não é só as dos agentes, não é só dos socioeducadores, nós temos outras carreiras, policiais militares também querendo tomar posse, nós temos outras demandas para serem atendidas. Só para deixar bem claro aqui qual é a posição do Estado, que nós apresentamos resistências, me parece na verdade que a resistência é da categoria. Eu vejo que eles estão apresentando até resistências com relação a própria Defensoria Pública que está defendendo o interesse deles e eles estão questionando isso, parece que assim, que não tem uma ponderação, vamos ponderar. Assim, o Estado apresentou uma proposta viável, vou passar assim aqui para outro aspecto porque foi feita a pergunta em relação ao impacto financeiro. Gente, o que eu quero deixar claro aqui, é que o Estado, ele tem interesse, a SEJUS tem muito interesse de que todos sejam nomeados imediatamente. Só, que o Estado infelizmente não tem recurso para assumir tudo de uma única vez, tanto que é que foi feita

uma proposta para que vocês fossem nomeados de forma parcelada. Eu vou passar aqui o número que me passaram do impacto financeiro que essa nomeação dá. A nomeação de todos em janeiro, sairiam um milhão e quatrocentos por mês e dezessete milhões/ano; dezessete milhões/ano é um impacto que leva a folha para 46,25% da corrente líquida, 46,25%...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, espera aí...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Gente, galera, só um minutinho que é importante a gente saber disso, a Doutora Taís tem fé pública, é Procuradora de Estado, ela está falando, nós estamos colhendo essas informações que nós vamos fazer os questionamentos, vamos respeitar, vamos ouvir.

A SRA. TAÍS CUNHA - Essa informação eu pedi aqui a um colega que me passou esses dados...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Esse colega é do Estado?

A SRA. TAÍS CUNHA – É Procurador do Estado, é Procurador do Estado. Eu respeito até as palavras do representante dos alunos, quando ele fala assim; que nós deveríamos, que a gente deveria ter planejado o que a gente iria expor aqui.

Mas, assim, não tem como, cada um que está aqui tem uma competência, uma atuação específica, a gente não domina todos os dados, nós não sabemos tudo o que acontece no Estado, inclusive, a convocação foi feita hoje para hoje. Então, assim, se tivesse tido, talvez, uma antecedência eu já poderia ter colhido essas informações, mas, assim que a pergunta foi feita eu questionei ao colega e ele passou as informações do impacto que seria na folha dessa convocação imediata. Então assim, o que eu quero deixar claro é que a questão já está judicializada, isso assim, não vai evoluir? Vai evoluir, o Juiz vai decidir com base no que é legal e no que é correto e só para deixar claro aqui que o Estado não está apresentando oposição, resistência, nós fizemos a proposta de um acordo eu acho que não pode ser nem 8 nem 80, porque eu acho que alguma concessão, a categoria também tem que abrir mão de alguma coisa entendendo todo o aspecto que envolve essa questão orçamentária, financeira do Estado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Finalizando Doutora, finalizando suas palavras.

A SRA. TAÍS CUNHA – Basicamente eram esses esclarecimentos acerca do por que, da falta de planejamento porque foram 1.100 vagas baseados numa época que não havia direito líquido e certo de ser nomeado imediatamente, mas, a nomeação ocorria de acordo com a conveniência e a oportunidade de administração pública. Então, por isso foi feito o concurso com 1.100 vagas, certo, só para esclarecer.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Só uma pergunta aqui para a Doutora Taís, quem lhe passou essa informação o Procurador, qual é o nome desse Procurador?

A SRA. TAÍS CUNHA – Dr. Artur.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Porque ele não está aqui?

A SRA. TAÍS CUNHA – Ele não foi convocado para está aqui.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ele é Estado como à senhora está aqui, ele poderia está aqui para passar as informações para a gente, eu já cobrei e até hoje não recebi no meu gabinete.

A SRA. TAÍS CUNHA – Eu iria convocar todos os Procuradores do Estado, a Assembleia convocou a SEJUS e a SESDEC, não convocou a SEPOG, se tivesse convocado a SEPOG, ele é o Procurador que atua perante a SEPOG, ele estaria aqui eu não iria convocar todos os Procuradores, ...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A senhora trabalha em qual departamento? A Procuradoria, a senhora está à disposição de qual setor?

A SRA. TAÍS CUNHA – Eu estou trabalhando nos processos judiciais da SEJUS.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Na SEJUS?

A SRA. TAÍS CUNHA – Exato.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Está. E o Dr. Artur trabalha na,...

A SRA. TAÍS CUNHA – SEPOG.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Então nós vamos convocar o Dr. Artur para a nossa Comissão de Segurança Pública, que aí ele dá todas as informações necessárias.

A SRA. TAÍS CUNHA – Inclusive, às vezes eu vejo que existe uma pressão muito grande no Secretário de Justiça e ele não tem competência nenhuma para definir isso, não é ele que,...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A senhora é Procuradora do Estado, a senhora não é Procuradora desse Secretário não, Dra. Taís.

A SRA. TAÍS CUNHA – Exato. Mas eu só estou esclarecendo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado pela sua participação, obrigado pela sua participação.

Vamos ouvir agora a palavra, a pergunta do Raul Souza, depois a nossa Defensora do Secretário volta a falar.

Raul Souza.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Os convocados, ou solicitados a fazer uso da palavra, por gentileza, podem dirigir aqui á frente, o colega tem o microfone sem fio pode fazer uso desse microfone.

O SR. RAUL SOUZA – Primeiramente boa noite a todos. Quero cumprimentar a todos. Eu fui socioeducador emergencial durante 2 anos e 9 meses, estou aprovado no concurso de

Socioeducador, eu queria saber do Secretário a questão dessa contratação emergencial que foi discutida aqui no dia 03 sendo que há 24 aprovados ainda no certame do concurso e o concurso encontra-se aberto, e foi dito aqui no dia 08 de outubro numa reunião com os Socioeducadores Emergenciais que não haveria possibilidade nenhuma de recontratar os emergenciais devido ao concurso que estava em andamento, o que o senhor me diz disso Secretário?

O SR. MARCOS ROCHA – Os emergenciais, os emergenciais, foi falado aqui realmente, eu falei que não haveria condições de recontratação porque o prazo havia vencido, isso foi falado aqui não só por mim, mas também por outras pessoas que aqui estavam, o Deputado Jesuíno sugeriu, inclusive, verificar possibilidades de contratação de um novo emergencial, mas, isso é uma análise que ele estava fazendo e para verificar a possibilidade de contratação, o caso é, existe um concurso público, onde pessoas foram aprovadas, se houver a necessidade de contratação de emergenciais, isso se dará somente até que sejam contratados novos socioeducadores, se houver necessidade, repito, se houver necessidade de contratação serão contratados enquanto estiver funcionando o curso, assim como aconteceu recentemente, havia socioeducadores emergenciais e o senhor estava presente, fazia parte quando houve a formação dos socioeducadores, então se encerrou os emergenciais, é isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Só um minutinho, o Presidente da Associação também quer falar, aproveitar o gancho. Então, passar a palavra para o nosso Presidente.

O SR. ALEX PABLO – Complementando mais um pouco Secretário, eu acho que quando é aberto um concurso público você tem que fazer uma estimativa, quantitativo de vagas, quem vai sair, eu cheguei a questionar para os nossos gestores da época da pasta da Coordenadoria, expliquei para ele que tinha socioeducadores indo para a Polícia Militar, socioeducadores que passaram no Concurso da Defensoria Pública, socioeducadores que estão no Curso de Agente Penitenciário, então tinha que ter feito um estudo de caso, para poder ter ampliado essas vagas para não ocorrer isso que está acontecendo, então tem que se fazer esse planejamento antes para não poder cair nessa situação de voltar novamente, regredir, chamar novamente emergenciais, para poder aumentar o efetivo do Sistema Socioeducativo. Como o colega falou, tem duzentos e poucos aprovados no concurso, então a necessidade, de fato, ela existe. De fato ela existe, porque hoje tem plantão em unidade socioeducativa que tem 04 servidores no plantão e tem um adolescente no hospital. Como é que vai fazer, 03 servidores para tirar 06 adolescentes do alojamento? Como é que fica a situação do efetivo para dar banho de sol, essas situações? Então a gente tem que fazer um planejamento. Os gestores das pastas têm que ter esse levantamento, tem que trabalhar juntamente com os Diretores das unidades para ter esse levantamento. Porque hoje, de fato, tem que haver um concurso de socioeducadores, porque do jeito que está não dá para ficar, Secretário.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Dra. Taís, eu quero fazer uma pergunta. Você considera um ato lesivo ou um ato ímprobo se recontratar servidores emergenciais em detrimento de servidores, na verdade de concursados aprovados e que deveriam tomar posse nos concursos?

A SRA. TAÍS CUNHA – Tendo pessoas aprovadas nos concursos, aptas a ingressar, depois do Curso de Formação; já aptos a ingressar em exercício, tem que ser priorizado quem passou no concurso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Exatamente, é disso que ele está falando. Outra coisa, por gentileza, que eu gostaria de saber antes de passar a palavra para o Clayton, porque isso é sim crime de responsabilidade, com certeza a senhora que é Procuradora da SEJUS deve saber disso tudo aí. A outra questão é que houve duas palavras dadas nesse quesito. Uma é que estavam aguardando encerrar o contrato emergencial dos socioeducadores para iniciarem a Academia dos novos socioeducadores concursados. Acabou. Tanto acabou que inclusive estão cobrando ao FGTS e outras questões que o Deputado Jesuíno também alertou, inclusive, um salário que estão em haver. Então, de imediato foi falado que, logicamente, iniciariam a Academia, ao passo que isso ainda não ocorreu.

Então nós gostaríamos de saber: vão recontratar os socioeducadores e também, por conta da necessidade, vão iniciar a Academia dos Socioeducadores, ou não?

A SRA. TAÍS CUNHA – Deputado, essa é uma pergunta de gestão. Quem faz a gestão da administração pública não sou eu. Essa pergunta deve ser feita ao Secretário.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Dr. Marcos Rocha.

O SR. EMERSON CASTRO – Deputado Léo Moraes, eu queria poder fazer...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Só quem é o gestor é ele, deixa eu ouvir ele, então, antes do senhor.

O SR. MARCOS ROCHA - Os emergenciais saíram, Deputado, quando os socioeducadores já haviam terminado a Academia deles. Foram cento e..., Ana Paula? 150 inicialmente, mas, 150, então os cento e trinta e poucos socioeducadores que estavam emergencialmente, eles saíram logo assim que os socioeducadores terminaram de concluir a Academia e estão trabalhando. Foi isso que aconteceu. Então foi anterior, os socioeducadores que concluíram a Academia. Não, foram 150.

Os emergenciais saíram e entram os de carreira, entendeu?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Espera aí, Deputado. Teve uma reunião aqui, eu quero deixar um esclarecimento bem... Isso é fato, eu que busquei, por quê? Como Presidente e o Deputado Léo como Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, nós entendemos e o próprio Estado que a segurança dos menores infratores deve também ser adquirida assim como os funcionários que se encontram. A minha preocupação foi, chamaram 150, apenas cento e poucos tomaram posse, 07 já

foram para a Polícia Militar e já tem mais um montante que vão embora. Qual foi a pergunta que hoje a necessidade, Secretário, é de quanto? De mais ou menos 80. Eu falei, na formação desses três meses, doutor, a minha preocupação é Estado. Aí o interesse público sobrepõe a tudo, a norma geral é isso. A gente tem que ter uma preocupação com tudo, com os serventários que se encontram ali, os servidores que se encontram e com a própria segurança dos menores que ali também estão lá cumprindo sua medida socioeducativa. Mas era isso, o Secretário está analisando essa possibilidade, que é isso que nós pedimos porque o concurso foi para o município de Porto Velho, não para o interior. E agora para o interior vai ter que abrir outro certame, salvo engano, porque não tem como chamar. É isso que foi analisado, e o edital não tem essa previsão condicional, mas ainda sendo analisado. Mas o Estado deve chamar o quantitativo que foi de 150 vagas. Não é isso? Se tem a previsão, podendo chamar até mais, se for necessário. Aí vai ser da conveniência do Estado. Nesse mérito a gente não vai adentrar. Aí compete ao Secretário, mas hoje a necessidade é de 150 e tem sobra e essas vagas devem ser completadas. Essa é a minha análise porque já tem essa previsão orçamentária para os 150. Então é isso, explicando ao Secretário que foi essa a indagação, o rapaz que falou ali, eu já tinha falado com ele, o compromisso que já saiu todas as carteiras já foram dadas baixas, hoje, pela Secretária para dar o seguimento do pagamento, para até dezembro, daqueles emergenciais, por parte do Estado. Isso é o compromisso que nós temos com o Dr. Thiago para pagar aquelas pessoas que se encontram nessa situação dos emergenciais. Agora, outra questão à doutora, eu quero encontrar a divergência. Ela falou quanto ao cumprimento do edital. O edital é entre as partes, o edital foi feito no ano de 2010. Só que nós sabemos Doutora, que o direito é mutante, entendimentos... O Estado, inclusive, o artigo 66 da Constituição da Constituição Estadual diz: são crimes de responsabilidade o não cumprimento das Leis, e o inciso V também diz: a Lei de Responsabilidade Fiscal. Só que eu e o Deputado Lázinho, o Deputado Lázinho vai se aprofundar mais nesse tema, esse cálculo pelo Doutor, como é o nome? Seu Artur, infelizmente Deputado Léo, está furado. Eu já fico aqui, o valor tem conflito. Então, já está errado porque não tem esse cálculo aqui, já está totalmente errado. Eu sei que está errado porque, e não é sua culpa Doutor, quem era para estar sentado, falo novamente aqui, era o George Braga. Ele que é o chefe da situação dessa pasta do financeiro, era para estar aqui pelo menos um representante. Já que o Artur está falando no WhatsApp? Que em respeito a esta Casa, Deputado Léo Moraes, era para estar aqui, porque ele não vem para cá? Ele está em casa? Porque o Secretariado está todo mundo aqui? E por que ele não vem para cá, Discutir de uma forma técnica? Não para a gente ficar aqui jogando conversa.

A SRA. TAÍS CUNHA – Mas ele não foi convocado.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Então, Secretário, é falta que eu vejo, aí fica no WhatsApp, mandando esses documentos, esses números aí e a gente está fazendo um cálculo aqui que não condiz. Era isso. Tem que cumprir o que está disposto, o que está disposto... Nessa questão do edital, não se discute mais não, Doutora, tem que cumprir o que está lá, tem que efetivar a contratação, isso aí é fato.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuíno. Só para dizer que ainda que se ache, que considere que o SEPOG, o George Braga, deveria estar aqui, eu até acho importante salutar. Mas não exige de forma alguma a informação clara e transparente que deve ser dada por parte da SEJUS. Afinal o gestor, o conhecedor, teoricamente, do que acontece é a SEJUS. Não vem com esse negócio de SEPOG. SEPOG, ele deve o quê? Fazer o estudo em cima do ele apresenta, está entendendo, Deputado? Eu só acho assim, que é uma associação de responsabilidades, eu não tenho dúvidas.

Quando passa... Eu ia aguardar, por isso que eu gosto muito da sua atuação, que o senhor já se antecipou, eu ia aguardar justamente para questionar esses dados que foram apresentados pela Procuradora que está à disposição da SEJUS, hoje, não são compatíveis com a realidade, conforme Vossa Excelência comentou. Mas depois nós vamos aqui, têm outros colegas para falar e aí a gente vai fazer o termo de compromisso nesse sentido.

Passar a palavra aqui para o Emerson Castro, Chefe da Casa Civil, para ele complementar a fala.

O SR. EMERSON CASTRO – O que acontece? Este ano eu recebi na Casa Civil, cerca de, a última contagem que eu fiz, tinha sido dezessete Sindicatos. Não tem um Sindicato que vá até o Governo, e isso aí não discute o mérito de cada um, luta pelo seu, pelo que acha mais importante para sua categoria, é o papel do Sindicato. Mas não tem um Sindicato que não vá até o Governo para trazer demandas que tragam economia à folha. Discutir: “vamos reduzir salários”. Não tem. Todos os dezessete querem melhorias salariais, e é justo, é o papel do Sindicato. É o papel do Parlamento estabelecer esse diálogo, é o papel do gestor virem com respostas para poder apresentar essas respostas. Particularmente, eu soube da Audiência hoje à tarde, e assim que eu soube, eu falei: “eu vou, eu vou à Audiência”. O Secretário Marcos Rocha foi comunicado ontem, final da tarde, início da noite, hoje também e ele tinha uma agenda. Eu falei: “cancela sua agenda no interior, Secretário, que é importante estar aqui, vão estar os agentes penitenciários lá, é importante a gente dar essa resposta”. Se ficou prejudicada em alguma informação, foi pela exiguidade do tempo.

Mas o que eu estou querendo apresentar para os senhores? O que os senhores querem é o que o Governo quer. Os senhores querem ser chamados, nós queremos chamá-los, o Governo quer contratá-los. E a primeira demonstração de boa fé, foi o acordo previsto, que apesar de ser liminar, como bem disse a Doutora Taís, mas, ela foi fruto de uma demonstração de boa fé do Governo em que apresentou uma proposta que é hoje, essa proposta, se nós fôssemos pegar ao pé da letra, eu estava comentando aqui com o Doutor Sérgio, nós teríamos dois anos, a partir de agora, para contratar os senhores. E não há nenhuma decisão judicial que pudesse nos obrigar a antecipar isso, é Lei. Veja, não é uma questão legal, nós temos uma necessidade real de contratar os senhores. Todos os dias o Estado é condenado, quer seja por atos desta gestão, eu digo da gestão passada de quatro anos, quer seja de outros Governadores, a contratar Policiais, médicos, enfermeiros, professores, todos os dias.

Então, quando a gente fala, qual é o impacto na contratação dos agentes penitenciários, que seja meio por cento,

que nós tivéssemos esse lastro, que não temos, porque o que o senhor apontou foi a fotografia da LOA e todos os meses reduz essa margem e nós invadimos o limite prudencial. Isso é fato, no momento em que nós mandamos a LOA é como o saldo no banco quando cai o salário, se eu pego no dia que recebe o salário o meu extrato bancário é um, amanhã é outro, depois de amanhã, chega ao final do mês acabou, na metade do mês já acabou. Então, a LOA é a mesma coisa, é uma expectativa levando em consideração uma fotografia e que, inclusive, nós esperávamos que o Governo Federal desse uma resposta melhor para as expectativas do Estado. Então, é só para explicar, porque há uma discrepância na informação apresentada pelo Deputado que era real quando mandamos a LOA. Porque há uma deterioração do orçamento ao longo dos dias, das semanas e dos meses. Segundo ponto, com relação ao que foi apresentado, de informação de um milhão e quatrocentos mil por mês, é fato, quem é da iniciativa privada aqui, até cumprimentar o Dr. Ary Gurjão, advogado preeminente aí, nosso amigo querido aí de Porto Velho, quem é da iniciativa privada sabe, se eu tenho um funcionário, eu tenho um salário de mil reais do funcionário, quanto ele custa para o empresário? Mil reais? Não, ele não custa mil reais, ele custa mil reais mais a parte patronal de encargos sociais, mais as férias, mais o 13º e um terço. É esse o custo para o empregado, para o funcionário, para o empregador, que vai da em torno de um ponto oito a duas vezes o valor do que é pago ao funcionário, na iniciativa, no Poder Público é mais o peso, porque agregados ao salário dos servidores que não tem na iniciativa privada, pecúnia, licença prêmio, uma série de vantagens que a iniciativa privada não tem. Então, se você pega esse salário, do agente penitenciário que nesse, no mandato do Dr. Confúcio aumentou quase 300%, e multiplica por esses agregados, por mês vai dar um milhão e quatrocentos, dezessete milhões por ano, que é um percentual importante. O que nós estamos discutindo aqui, nós temos unidades sendo inauguradas, existe uma necessidade hoje que arrefeceu em parte, graças a uma mudança na escala, que era 24x96 e vai passar a ser 12x72, 12x24, 24x72. Para o socioeducativo já pode ser aplicado de imediato, a partir de janeiro essa mudança de escala já é uma decisão homologada em juízo, já passa a ser fato. Então, há um recrudescimento da tensão, a necessidade não diminuiu de pessoas, mas, a escala vai poder recrudescer um pouco a tensão e nós vamos chamar dentro da, não apenas da necessidade, mas, da possibilidade orçamentária e jurídica, levando em consideração não apenas a LRF, mas levando em consideração também decisões judiciais. Então, é importante que os senhores saibam o seguinte: o que os senhores querem, volto a repetir isso, é o que nós queremos, esse concurso foi feito em 2010 a égide de um entendimento superior, hoje o entendimento mudou, os novos concursos já têm, trabalha-se com lastro, trabalha-se em cima de um mínimo para ter um lastro para pode ir convocando dentro das possibilidades do gestor, mas, temos esse problema para resolver e vamos resolver, gente, vamos resolver. No que a Lei, orçamento e acordos com várias outras categorias nos possibilitarem, aqui nós temos vários Secretários de Estado e a presença do Secretário George Braga ou não, aqui nesse momento, eu asseguro aos senhores, o Secretário George Braga, ele não faz decisão política, ele faz os ajustes orçamentários que o

gestor precisar, que o Governador determinar e o que a categoria em entendimento com o Governo deliberar. É esse o trabalho, o Secretário George Braga ele não tem como fazer, como tomar decisão política de orçamento, não tem jeito, número não dá cria, número não dá cria, número não estica, um real é um real. Então, o que ficar determinado aqui, o que ficar acordado com esse Parlamento, o que ficar estabelecido como possível com os órgãos, como a Defensoria, como a OAB, como o Sindicato é o que a gente vai avançar. E a gente se condói sim viu, Penerinha, a gente se condói sim, eu mesmo poste sobre isso, aquela fatalidade com os agentes penitenciários voltando para suas casa, aquilo é um negócio horroroso, eu tenho um filho em idade, entrando na idade madura, eu me manifestei pessoalmente, o Governador se manifestou em redes sociais, é terrível, mas infelizmente é uma fatalidade, ninguém quis isso, ninguém quis isso, mas quando a gente faz o concurso a gente sabe que tem que fazer a academia, tem o deslocamento é a realidade da vida, é a realidade da vida, a gente sai de casa e vai trabalhar e no meio do caminho pode ser atropelado, sofrer um assalto, pode ter uma série de coisas, ninguém quis isso, não tem prazer, nós não tem prazer em estar ouvindo às vezes coisas que nós não gostaríamos de ouvir, mas nós estamos aqui de uma maneira respeitosa, respeitosa, dizendo aos senhores que a proposta hoje que foi oferecida, é hoje uma proposta muito mais favorável ao que a Lei nos possibilitaria levar se fossemos querer empurrar com a barriga, isso é fato. Então, vamos avançar, acho que a gente está perdendo tempo discutindo o sexo dos anjos, a gente poderia passar para outras etapas de negociação, de discussão, de pactos e comprometimentos, para que a gente possa sair com algo efetivo para a categoria e uma resposta adequada ao Parlamento, ao Deputado Léo, ao Deputado Jesuíno, ao Deputado Lazinho, mas, assim o que eu precisava me posicionar com relação ao percentual que o senhor mencionou, a realidade hoje do Estado, a crise econômica nacional que dezessete Estados, há uma previsão da Secretaria do Tesouro Nacional, de dezessete Estados não pagarem o 13º esse ano, dezessete. Então, a gente tem que ter responsabilidade com os números, Rondônia não vai entrar nesse buraco, Rondônia não vai entrar nesse buraco, nós não vamos permitir isso, independente das vontades. O servidor público vai receber o salário em dia, dentro do mês, conforme o compromisso do Governador Confúcio Moura; estamos aqui para discutir nesse sentido.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Valeu, obrigado ao Emerson Castro, passar a palavra para o José Leite, se quiser utilizar a palavra aqui na Tribuna fique à vontade.

O SR. JOSÉ LEITE – Boa noite, boa noite todos, eu queria fazer uma pergunta a Mesa e para o pessoal que está responsável aí, o Estado tem uma proposta de contratar, então o Estado já tem a previsão de contratar 50%, eu queria ver com a Assembleia Legislativa se há possibilidade da LOA vai ser votada agora em dezembro, se não tinha como colocar a outra metade. Que o Estado já dispôs a pagar 50%, então se os Deputados aprovarem na LOA, o orçamento para contratar todo mundo em janeiro de 2016, eu queria ver essa possibilidade aí.

O Deputado está com a LOA na mão, a LOA vai ser aprovada no mês que vem então se há essa possibilidade, já

que o Estado já se dispôs, já tem orçamento para contratar a metade, então a Assembleia já se dispôs a colocar recursos na LOA, desvincular de outras receitas, não sei onde, aí seria o trâmite político aí da Assembleia e o Governo para ver se contrata todo mundo agora em janeiro de 2016.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao José Leite.

Eu estava conversando agora com o Emerson Castro a respeito do que você já estava abordando, da LOA. A LOA chegou, já foi aportada aqui na Assembleia Legislativa nós vamos analisar criteriosamente, o Deputado Jesuíno, com certeza será um preocupado nessa questão, justamente de oferecer, apresentar sugestão por que não é impositiva, Deputado Jesuíno, mas que a gente coloque aqui em Termo de Compromisso que nós vamos colocar na LOA o aporte necessário para que em convoque em 2016, isso nós podemos fazer. Nós fazemos aqui agora, vamos fazer uma verificação, um estudo da LOA, o aporte necessário com as informações que nós vamos colocar no Termo de Compromisso que em uma semana vamos passar o impacto real e atual da posse de todos os agentes penitenciários e a partir daí a gente coloca na LOA e faz esse compromisso com o Chefe da Casa Civil que vai avaliar e vai receber a nossa apresentação de emenda como o senhor disse, não é obrigação, não é de repente um ato jurídico perfeito, mas é algo que o Governo do Estado vai considerar para implementar e devolver aqui para a Assembleia Legislativa. Então eu gostaria de ouvir o Secretário dentro da sugestão dos nossos colegas agentes penitenciários.

O SR. EMERSON CASTRO – Pessoal nós temos cerca de 8 a 10 unidades para inaugurar nos próximos 12 meses, 8 a 10 entre socioeducativo, unidades prisionais nós temos de 8 a 10 unidades. Agora mesmo inaugura Ariquemes início do ano, inaugura o socioeducativo de Ji-Paraná esse mês agora, já está mobiliando, terminando a mobília. Então temos muitas unidades para inaugurar, que não é um número que nos agrada, gostaríamos de estar inaugurando escola, e não presídio não é? Mas é necessário para reduzir a superlotação e dá uma condição mínima de que o agente trabalhe para ressocializar e avançar no EEJA dentro das unidades, em formação profissional para o reeducando, enfim, nas mais diversas áreas. Essas unidades vão demandar mão de obra, essas unidades vão demandar que o Estado contrate; isso é indiscutível. O apontamento do Deputado e o deputado é bom pela formação jurídica, o Deputado Jesuíno também, no diz respeito à despesa do Executivo, ela é uma afronta constitucional, infelizmente não há como não vetar uma emenda nesse sentido, mas pode ser feita através de indicativo parlamentar, indicação legislativa e vai ser ouvida essa indicação, vai ser analisada. Esse Governo está extremamente aberto ao Parlamento, extremamente parceiro do Parlamento, por que a gente entende o Governador foi Deputado federal por 3 mandatos e ninguém está mais perto do povo do que o Deputado. O Secretário não está mais perto do povo do que o Deputado, o Governador não está mais perto do povo do que o Deputado, é o deputado que é o porta voz. Então nós temos sido extremamente receptivos ao Parlamento com todos os 24 Parlamentares. Então cada indicação que é feita, é analisada com seriedade e a gente toma as medidas possíveis para poder

atender, possíveis, dentro do que a lei nos permite, e o orçamento nos possibilita. Então essa indicação ela é muito bem-vinda, essa Audiência é bem-vinda, a manifestação dos senhores é compreensível no que diz respeito a cansaço, cinco anos não é pouca coisa, mas volto a dizer, nós somos parte da solução, nós não somos parte do problema, e estamos aqui trabalhando para isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Agradeço o Emerson Castro por se sensibilizar nesta questão. Passar a palavra dentro da nossa recomendação, Deputado Jesuíno, nós vamos ouvir ainda outras pessoas que estão inscritas, só para dizer que nós vamos colocar esse pedido de uma semana para receber o impacto, exatamente nós vamos fazer a indicação para que sendo entregue o impacto nós vamos colocar na LOA essa indicação e daí, lógico, que todos os agentes penitenciários interessados, os nossos colegas vamos fazer essa pressão saudável a fim de que o Governo cumpra mais essa questão aí em relação aos servidores. Deputado Lazinho com a palavra.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Eu não vou nem questionar os dados que a Doutora passou porque também é tudo em cima da hora e não dá nem para, mas, você imaginar, Emerson, o que foi colocado de que o impacto seria de dezesseis milhões ao ano, mesmo que você calcular a grosso modo salário de três mil, salário de dois, mais 50% de encargos, mais 13º, mais tudo, não chegaria a doze milhões, pode fazer os cálculos, não chega.

O SR. EMERSON CASTRO - Vai chegar, mas a gente vai trazer os números para o senhor comprovar.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Eu estou dizendo isso é só porque a gente tem que estar preparado, porque com essa nova proposição de incluir no LOA já é uma coisa para a gente rediscutir os cálculos aqui, eu acho que é possível, se a gente conseguir fazer isso e junto com o sindicato e com eles fazer uma programação eu acho que é possível e atendendo eles e a comunidade que é o Estado de Rondônia e é assim que o Governo quer, é possível.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Parabéns, o Deputado Lazinho está coberto de razão, parabéns. Eu também fiz essas contas e não chegava nesse cálculo, ele está falando a questão previdenciária, a questão de garantias do Governo, não chegou também nessas contas não, Emerson, mas a gente vai ter o acesso e tem esse compromisso do Governo de que vai ponderar, considerar e nós vamos também fazer o nosso trabalho aqui, Deputado Jesuíno, se tiver que travar, obstruir qualquer votação para ouvir e para ter a resposta, é o que eu estou falando, eu não posso ser leviano aqui e falar que nós vamos obstruir votação para que você autorize, não é nesse sentido, obstruir para que a gente tenha acesso as informações, para ser bem claro aqui para não ser oportunista a situação.

Passar a palavra ao Raul Oliveira que está aqui para que ele possa também se manifestar.

O SR. RAUL TRINDADE OLIVEIRA - Boa noite. Eu me chamo Raul Trindade Oliveira e, Sr. Deputado, eu queria fazer uma

pergunta, a Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia é uma só, não há dúvida disso, mas é interessante nós como Agentes Penitenciários temos que esperar 05 anos e é interessante porque o ano passado foi feito concurso público da Polícia Militar e já estão fazendo academia, ano que vem já vão assumir, isso é um fato real, a pergunta é: como é possível que nós temos que ter obrigação de esperar por 05 anos sendo que um concurso que foi realizado ano passado já estão botando os alunos para estudarem na academia, nós tiramos da sala, nós nem concluímos direito nossa academia, nós fomos tirados de sala de aula, ficamos nos corredores da FATEC, nossa formatura foi à parte, está sendo à parte e estão falando de orçamento, estão falando de gestão, estão falando de responsabilidade fiscal, como isso é possível? Como é possível dobrar o número de candidatos, de alunos convocados pela Polícia Militar? Tem quase 600 alunos fazendo academia agora, terminando a academia deles, eles vão assumir quase que imediatamente. Me desculpem, senhores, no que eles são melhores do que eu? Ou são melhores do que os meus colegas que estão na retaguarda, no que eles são melhores? Porque que o orçamento cabe para eles e não cabe para nós? Então se é questão orçamentária, senhores, eu queria que me explicassem isso. Eu ainda estou sem entender como é que o Agente Penitenciário não é nem dever, é obrigação de esperar por 05 anos e um policial militar em quê, por favor, me expliquem isso se puderem. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Deputado Léo, eu quero responder até para fazer um adendo sobre a situação da Polícia Militar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Deputado Jesuíno com a palavra.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu quero responder até porque aqui não é para defender A, B, C ou D, mas é para falar de forma coerente. Foram exonerados todos RR, só para ter uma lógica, foram transpostos mais 1.200 Policiais Militares para o quadro da União. Então você vê que é uma total diferença que existe aí. Então ninguém está aqui para colocar, eu acho que nós temos que focar, o Policial Militar não é melhor do que ninguém você bem colocou, Segurança, a força de Segurança Pública está aqui, a gente está defendendo é a questão da contratação de vocês. Mas para não ficar aquela imagem que o Estado está contratando de uma forma, dando privilégio para a PM, mas não está, companheiro, não está. Hoje a PM foram sacrificados RRs, foram 1.300, 1.700 Policiais, aproximadamente para o quadro da União, na sua maioria, tem dinheiro que até hoje a Polícia Militar tinha dinheiro e o Orçamento da Polícia ajudou, inclusive, para dar aumento para os agentes Penitenciários, para você ter uma base. A sobra que teve dos Policiais Militares foi para a Reserva Remunerada. É só isso para esclarecer, para não ficar uma coisa que a PM está sendo beneficiada e não está. Era para ter benefícios, era isso. Agora a questão orçamentária eu defendo e vou continuar defendendo a questão. Não, a questão orçamentária é outra situação que a gente vai ter que discutir aqui. Eu queria até ouvir o que chefe da Casa Civil falou, a proposta é para efetivar a questão das propostas, discutir a questão das propostas logo para sair daqui com Termo acordado. A gente tem que já sair

efetivado. Eu acho que é importante isso. Todas as categorias pedem aumento, mas nesta Casa eu ainda não vi nenhuma aprovação de questão de aumento, hoje o que se fala é contenção de gastos. Eu sei que os pleitos estão sendo discutidos toda hora aqui, mas, não está avançando, que nós entendemos e é fato, é notório essa questão desta crise que se instalou; para mim foi um bando de corruptos, um bando de ladrões que só sugaram. O Brasil está assim por uma má administração. Um bando de corruptos como é que um Presidente da República tem U\$S 57.000.000,00 em investimentos aí e assim vai, mas, a gente não pode condenar, nós estamos vivendo no Estado de Rondônia e o que a gente deve defender é a situação da efetivação de vocês, e hoje nessa tarde, nessa noite é isso.

Agora a questão da PM era para esclarecer e deixar bem esclarecido que a PM ela foi, sempre é prejudicada até porque a Polícia, ela não tem o poder de estar aqui não. Se todos alunos estivessem aqui, tudinho estava preso, não teria essa liberdade de estar falando aqui, não. Prova tanto que eu estou até hoje demitido. Então a liberdade de expressão é vedada para nós, infelizmente. Mas era isso que eu queria falar para não ficar aquela imagem de que a PM está sendo privilegiada.

Era isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado Deputado Jesuíno. A pergunta que foi feita pelo colega; vamos, quem vai responder? O Secretário? É só essa pergunta que o Deputado respondeu vocês querem ouvir?

O SR. EMERSON CASTRO – Pelo que eu entendi ...

O SR. RAUL TRINDADE OLIVEIRA - o questionamento foi, não quis desmerecer os Policiais Militares de forma alguma e nem ofender a honra deles. A questão é: se estão falando de orçamento, como é possível se a Secretaria é uma só? Ou eu estou leigo nesse assunto, para mim a Secretaria é uma só, o Estado é um só, como é que tem orçamento para um e para outro não?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu entendo o que você está falando Raul, até porque é um concurso mais antigo e outros tantos já tomaram posse e vocês ainda não.

O SR. RAUL TRINDADE OLIVEIRA – Correto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu concordo com vocês nesse sentido e é bom que tenha essa resposta.

O SR. RAUL TRINDADE OLIVEIRA – São 05 anos de espera.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Por mais que tenha transposição, quando fala em transposição o montante da Receita, ela, por mais que tenha a rubrica que se fale, ela faz parte da peça orçamentária do Governo do Estado como um todo. Ele está perguntando por que da morosidade de prestigiá-los, 05 anos, já que outros concursos eles já estão andando.

Essa é a questão, essa é a pergunta.

O SR. RAUL TRINDADE OLIVEIRA – Obrigado, Deputado

O SR. EMERSON CASTRO – Raul, porque o Governo passado, e eu não estava na Casa Civil, mas eu posso dizer nesse caso específico, no caso dos Agentes Penitenciários e de outras categorias também. Porque o Doutor Confúcio no primeiro Mandato ele estabeleceu como importante avançar em justiça com os servidores, em várias categorias. E o que eu vou dizer são fatos, assim que contra fatos não há argumentos. Foi o Governo que mais aprovou Planos de Cargos, Carreiras e Salários no mandato passado. Foi o Governo, assim, gente, me desmintam com fatos e eu murcho minhas orelhas aqui e vou embora. Enquanto a gente estiver trabalhando no aspecto de respeito, eu escuto o que vocês estão falando quieto, até porque vocês têm o direito de se manifestar, eu preciso ter esse direito, porque as caixas de som aqui do mundo não dão conta de concorrer com vocês. Então o que a gente está trabalhando aqui com fatos foi o Governo que mais aprovou Planos de Cargos, Carreiras e Salários porque os servidores foram massacrados, ou porque não foram valorizados em outros Governos. Agente Penitenciário, mesmo, nenhuma categoria chegou à metade do que foi feito de recuperação salarial. E aí não se discute a Justiça, é justo, é justo.

Indiscutivelmente, se nós não tivéssemos, se o Dr. Confúcio não tivesse estabelecido como meta importante para a categoria dos Agentes Penitenciários fazer minimamente justiça aos senhores e senhoras com relação à recuperação salarial, ao salário desumano que vocês tinham, nós não estaríamos discutindo aqui a posse de 300. Se tivesse feito o reajuste de 80% em quatro anos, nós estaríamos discutindo aqui a posse de 600 e não de 300, porque a gente não teria tido um impacto tão forte quando tivemos em maio de 250, 270% de reajuste para a categoria em 4 anos Dr. Ary Gurjão, ninguém ganhou isso no País, ninguém ganhou isso.

Então, foi uma decisão do Governador hoje arca com ônus de ter limites que a Lei estabelece para poder avançar em contratações, em avanços salariais, em garantias de direito para outras categorias, mas, foi uma decisão e temos que arcar com as consequências disso.

O que nós podemos responder? Podemos responder pelo futuro, não adianta discutir certas decisões tomadas no passado, mas, decisões importantes para vocês, decisões muito importantes.

Volto a dizer aos senhores, o Orçamento não dá para fazer brincadeira, o Estado precisa continuar adimplente, vai continuar independentemente da nossa vontade e das nossas expectativas, a proposta que a Defensoria conseguiu em uma Audiência em entendimento com a categoria foi a melhor proposta possível naquele momento e volto a dizer que continua sendo a melhor proposta possível hoje, tomara que, para 2016 a crise acaba, a gente tem expectativa de superação orçamentária maravilhosa e a gente contrate todo mundo que a gente precisa, que a transposição ande a passos largos e não a passos de tartaruga e que a gente possa dar resposta ao contribuinte que é a nossa razão de existir, que o contribuinte merece que o reeducando merece, que a dona de Casa merece e também que as categorias profissionais que integram o corpo funcional do Estado merecem e precisam para poder manter a sua autoestima elevada, sua dignidade e manter as suas famílias de uma maneira correta.

Então, é importante lembrar que se hoje nós temos limites é porque avançamos em anos anteriores para poder recuperar salário para fazer justiça com categorias.

É importante lembrar isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Só um minutinho, passar a palavra aqui para o Clayton, do Sindicato que também quer fazer uso da palavra, aproveitando o gancho do questionamento do nosso colega.

O SR. CLAYTON JÚNIOR – Só Secretário em relação a essa questão que o senhor falou dos nossos avanços que a gente teve em questões salariais eu até concordo com isso aí, mas tudo foi via judicial, não foi nada de mão beijada que o Estado deu para a gente não, todas as nossas conquistas foram judiciais.

E em relação ao que o Secretário falou aos dados do Ministério da Justiça eu não consigo entender isso daí, eu já até questionei em relação a isso, que eu não consigo entender isso daí, porque quando houve a última rebelião agora que teve agora no Urso Branco eu estava com 11 servidores lá dentro, 11 servidores lá dentro entendeu? Então, para uma cadeia que tem mais de 600 presos como é que essa contagem fecha, eu não consigo entender isso. Por isso a importância da contratação.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Clayton pela fala pertinente, por essa colocação, eu estava lá no presídio e acompanhei realmente o que o senhor falou, assim como a CAPEP quando teve aquela morte lá foi do mesmo jeito, acho que tinham 6 ou 7 servidores para atender todo aquele contingente, todo aquele montante. Quantos? Quatro. Verdade.

Obrigado pela correção. Então, é muito claro que faltam servidores, nós vamos até o fim tentar esse diálogo para que vocês tomem posse.

Vamos passar a palavra para o William Carvalho.

O SR. WILLIAM CARVALHO – Em primeiro lugar boa noite a toda Mesa. A todos os alunos e socioeducadores e Agentes Penitenciários.

Primeiramente passar uma situação para a Procuradoria em relação quando se fala de que direito líquido e certo a administração pública pode entender de várias formas, isso é de uma súmula vinculante de 2005. De 2010 em diante o Supremo Tribunal Federal criou uma nova súmula onde a partir de todo o concursado, que se aprovado dentro do número de vagas ele tem sim o direito de líquido e certo de tomar posse entendeu? O nosso certame foi iniciado em 2010, ele já se encerrou por mais de 4 meses todas as opções e divisões que o Estado de Rondônia nos ofereceu. Eu falo por mim, que eu já larguei 03 empregos, como uma marionete do Estado de Rondônia, para cumprir os procedimentos desse concurso. É inadmissível aqui ficar ouvindo Secretários de que a Lei de Responsabilidade Fiscal fere o direito de a gente tomar posse.

É inadmissível!! Esse concurso foi elaborado para provimento de 1.100 vagas e não 1.100 marionetes. São pessoas, cidadãos, pais de família e mães de família, entendeu! Nós aqui, estamos solicitando uma resposta, não blá, blá, blá.

Já são 09h10min da noite e nós estamos ali, todos os dias, ralando naquele Curso de Formação e vemos noticiários onde a Polícia Militar elabora o concurso há um ano e eu fiz esse concurso. Hoje, o cara está lá ralando, ele já faz parte do Estado. Daqui a alguns meses ele já continua; simplesmente ele vai botar a farda. O Estado já chamou até mais 400 para ficarem de sobreaviso, que irão fazer a Academia, provavelmente até março do ano que vem. A Polícia Civil, graças a Deus não tem nenhum representante aqui, nem do Bombeiro, porque senão nós estaríamos ferrados. A Polícia Civil fez um concurso em 2014, com essa mesma Lei de Responsabilidade Fiscal, dia 15 agora está prevista iniciar a Academia deles e provavelmente eles irão tomar posse, tão logo quanto a Polícia Militar. O Bombeiro do Estado de Rondônia fez um concurso também e hoje estão esperando a inicialização do Curso, que já iniciou, perdão colegas, e que também daqui a uns dias, também estarão fazendo parte do quadro de efetivos do Estado de Rondônia. Nós, por direito, já temos até direito a 04 meses de retroativo por esse concurso estar vencido há 04 meses já, senhores. Então é inadmissível ficar ouvindo de vocês todos sobre Lei de Responsabilidade Fiscal. Se nós aqui não temos direito a participar e tomar posse, de um direito líquido e certo, não é favor do Estado para nós não, por que é que a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e outras Secretarias tomam posse antes dos agentes penitenciários, senhores? Qual é a discriminação que tem com essa categoria em relação ao Estado de Rondônia?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Passar a sua pergunta para eles, William, obrigado. Eu agradeço, é importante, só fazer uma correção, que a Academia, e eu tenho acompanhado assim como eu tenho acompanhado vocês, não iniciamos a Academia de Polícia Civil ainda não. Infelizmente, para você vê, mais uma coisa que está em haver pelo Estado. A gente tem cobrado do mesmo jeito.

O SR. WILLIAM CARVALHO – A Polícia Civil está para iniciar o mês que vem.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não, não. Eu tenho acompanhado. Ela era para começar a 06 meses, e a Direção Geral não dá conta de começar também. É outra que está emperrada. A Polícia Militar tem gestão, e aí a gente tem que parabenizar quem tem feito um bom trabalho, o Comandante Kisner mandou bem e as coisas aconteceram. Estão lá onde vocês estão, não é isso? Enquanto vocês emperraram, a Polícia Civil emperrado, DETRAN emperrado, SESAU emperrado, eu tenho acompanhado todos, então eu posso falar com muita tranquilidade. Infelizmente, apesar de vocês terem maior tempo de espera, de aguardo, de ansiedade, de angústia, infelizmente vocês não são os únicos que estão desprestigiados. Até a Polícia Civil que já tem orçamento para tal, não conseguiu começar.

Mas, eu entendo a sua preocupação porque vocês estão há mais tempo na fila de espera e eu também não entendo porque vocês não iniciaram.

O SR. WILLIAM CARVALHO – Tanta questão, Deputado, com todo respeito, e já passando do tempo, é inadmissível a gente estar fazendo um Curso de Formação que se encerra amanhã,

onde nós não temos nem salas para colocar um simples coffee break pago por nós, para nossos familiares, que estarão no sol, junto com a gente. É inadmissível isso por quê? Porque a Polícia Militar está lá usando todas as salas da FATEC, e a gente tem que ficar engolindo, a gente não pode, muitas vezes, nem ir ao banheiro porque a Polícia Militar está lá. A gente tem que ficar dividindo água quente no bebedouro da FATEC porque a Polícia Militar está lá. Eu quero saber qual é, Chefe da Casa Civil, a discriminação que o Estado de Rondônia tem com o agente penitenciário?

O SR. EMERSON CASTRO – No que tange determinações e escolhas de gestão, escolha de governo, não vou entrar em discussão, por que é que tem alguém fazendo Academia e outro não está fazendo. Mas eu já ouvi de Policiais Militares reclamações parecidas: “por que o Governador, o Governo do Estado de Rondônia não concedeu para a Polícia Militar uma valorização profissional tão expressiva quanto concedeu para os agentes penitenciários?”. Então, assim, reclamações nesse sentido têm dos dois lados. São decisões que têm que ser tomadas pelo gestor para tentar equilibrar da maneira mais justa possível, as categorias. Agora, o Estado não é um só. O Estado é Polícia Militar, é Polícia Civil, é papiloscopista, é médico, é escrivão, é enfermeiro. Não dá para a gente entrar numa discussão: “por que é que a minha categoria é isso e a outra é aquilo?”. Porque nós temos cinquenta categorias no Estado, umas cinquenta. Então, assim, é o tipo da discussão que não soma, não avança, não leva ninguém a nada. É uma discussão feita com fígado, não é uma discussão feita com a razão. E na administração pública as decisões têm que ser feitas com a razão, com conta, com compromissos feitos durante uma campanha eleitoral. O Governador participou de um processo eleitoral, fez compromissos com categorias e dentro desses compromissos, está fazendo o máximo de justiça possível. É isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – William, eu me solidarizo com vocês nesta questão, assim como os Deputados. Mas eu queria ter recebido, vocês encerraram hoje, foi? Amanhã. Eu queria ter recebido, cara, isso daí, de coração, eu queria ter recebido essa denúncia no início, para nós tentarmos interceder, de nós cobrarmos, eu não fiquei sabendo, velho, disso daí que vocês estavam...

O SR. WILLIAM CARVALHO – Com todo respeito Deputado, eu não quero assim, uma palavra assim, como uma denúncia, é simplesmente um desabafo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Nós deveríamos ter recebido isso antes para tentar auxiliá-los, colaborar de alguma forma.

O SR. WILLIAM CARVALHO – Eu convidei meu pai, minha mãe, para virem participar da minha formatura amanhã. Eles saíram de Guajará-Mirim, gastaram para vir, tanto como muitos que estão aí de Colorado, Cacoal, e outras coisas, e nós não temos uma sala. Nós não temos da Secretaria de Justiça e de outras instituições, uma ajuda de verba para fazer, simplesmente servir um pão de queijo, alguma coisa depois do encerramento

de formatura, nós não temos, entendeu? É inadmissível esse tipo de coisa. Eu, a partir de segunda-feira, ter que procurar novamente o quarto emprego, em cinco anos. O quarto emprego, em cinco anos, e ver um rapaz que fez um concurso agora no final do ano passado, está lá já, bem dizer empossado, e eu ter que ficar engolindo cinco anos indo para seis, Lei de Responsabilidade Fiscal, Chefe da Casa Civil. É de engolir, não dá para engolir isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado William, obrigado pela tua participação, pela tua valorosa participação, foi uma forma de desabafo e que realmente, eu não tenho dúvidas, acho que todos aqui na Mesa, sentem mesmo e ficam condoídos com essa situação. William, cadê o William?

Encerrando aqui a Audiência, nós podemos nos falar em relação essa questão do coffee break, pode ser? A gente conversa, beleza? Mas aqui não está no escopo da discussão, aí depois a gente conversa a parte, está bom?

Passar a palavra para o William Fernando. Está aí o William Fernando? Ou é o mesmo William Fernando?

O SR. WILLIAM FERNANDO – Boa noite a todos. Eu gostaria de fazer alguns adendos de toda a Audiência, que eu ouvi algumas coisas e eu queria ponderar. Primeiro aquela questão que o Secretário falou, que o Clayton já falou. Eu já fiz os cálculos, mais ou menos, e, no mínimo, dá por baixo, quem está naarceragem realmente trabalhando, 6,9, Secretário, mais ou menos em torno de 6,5. E senhor falou na reunião que hoje o Ministério da Justiça considera ruim, que é oito, oito presos para cada agente, e 4,5 que está a nossa média como boa. Então, se nós estamos hoje na carceragem em torno de 6,5, nós estamos mais para ruim do que para melhor.

Então, se gabar de dizer que está 4,5, o senhor sabe que esses dados são bem levanos, que não condizem com a verdade do sistema penitenciário.

Outra coisa que o Emerson falou, ele falou muito na questão que o Governo deu muito aumento. Eu fui delegado sindical em 2013, eu fiquei sessenta dias fazendo greve para conseguir alguma coisa. Nunca o Governo chegou lá e falou assim: “eu vou dar cem reais de aumento para vocês”. Ele não falou nada disso. A primeira proposta do Governo, nós não tínhamos ganhado cem reais de aumento. Se nós não tivéssemos lá sol a sol, sessenta dias de greve, hoje eu não estaria com o salário que eu estou e isso foi um acordo na Justiça. Assim como esse agora que a questão de melhoria de trabalho, também foi. Em nenhum momento a Secretaria chega e te dá à melhoria sem que você tenha que lutar por ela.

Então, é muito complicado o senhor dizer tanto que o Governo fez, porque você está usando de algo que o Estado não fez. Se não fosse a luta nossa, não teria acontecido nada disso, hoje estaríamos...

O SR. EMERSON CASTRO – A luta faz parte, a luta faz parte da relação, isso é natural. Mas é a decisão política sim. Não é racional, não é razoável alguém achar que o Governo foi obrigado a conceder quase 300% de reajuste...

O SR. WILLIAM FERNANDO – Foi obrigado sim, eu posso garantir que foi.

O SR. EMERSON CASTRO – É decisão, se não quisesse, não concedia.

O SR. WILLIAM FERNANDO – Se a Justiça fala, manda, ele tem que cumprir.

O SR. EMERSON CASTRO – Mas é dentro de um acordo. A Justiça não pode determinar 300% de reajuste para ninguém.

Não tem, não consegue. Mas assim, a questão da luta, da pressão, isso aí faz parte do jogo, normal.

O SR. WILLIAM FERNANDO – Então, assim, algumas ponderações, eu acho que tem que chegar a um acordo aqui, não dá mais para ficar questionando coisas de aumentos lá atrás, eu acho que o negócio é hoje. O Deputado Jesuíno falou sobre a questão da PM. O orçamento é geral. Então, mesmo que a transposição tenha enxugado um pouco a folha deles, também tem transposição nos servidores penitenciários, isso não tem levado em consideração. E outra coisa, quando tiraram os RRs, os RRs ficavam com recurso da SEJUS, o recursos que eram pagos os RRs eram os recursos da SEJUS. Então, não tem nada da Secretaria deles. Então, assim, há muitos questionamentos, muitas coisas que eu acho, inclusive, eu fiz aquelas contas que também a mulher falou ali, eu acho impossível chegar naquele valor, hoje na minha concepção, para chegar naqueles valores à pessoa tinha que ganhar em torno de 10 mil reais, e, hoje um agente penitenciário não ganha; hoje eles vão entrar como os mais novos para ganhar dois mil e quatrocentos reais. E outra coisa; não são trezentos mais, não são trezentos hoje, amanhã vai se formar no máximo, no máximo 280 colocando para o máximo, ou seja, já diminui para caramba a quantidade. Então, era isso.

O SR. EMERSON CASTRO – William, sobre os RR é porque ele não entra no cálculo de impacto, da LRF com relação à despesa com a folha, ele é temporário, então é por isso que não dá para gente falar que: “Há saiu o RR automaticamente eu posso trazer concursado”. É outra, então infelizmente, é outro cálculo.

Desejo uma boa hora para o seu nenê, soube que vai ser pai.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado pela sua participação. Passar a palavra aí para o Ângelo Rafael, aí Ângelo, a palavra é sua.

O SR. ÂNGELO RAFAEL - Boa tarde as autoridades. Eu vou começar primeiro pelo Sistema Socioeducativo. Eu como servidor agora da SEJUS, socioeducador, quero passar a situação, da situação para o Secretário do Sistema Socioeducativo, eu não sei se ele tem andado pelas Unidades. É a respeito da contratação da futura academia, possível dos nossos colegas aprovados, que não tem a mínima chance de chamar emergencial, os caras estão aprovados aí, por que chamar emergencial? A respeito da situação, está tendo fuga, está tendo situação lá de menor pegando socioeducador, e a SEJUS não faz nada pelo servidor, está faltando cadeado, falta comissário, falta tudo ali, vão esperar o que? Matar um socioeducador ali dentro para dar um jeito na situação? Você

vai ali vai tirar um plantão na base, chove, é fezes de menor passando pelo seu pé, tem que subir na mesa para ficar na base e a chuva caindo na sua cabeça, e o cara fica doente e se o cara tirar atestado mais de 15 dias, e aí? A SEJUS não faz nada. A respeito do Sistema Penitenciário, o nosso concurso foi 2010, em 2012 eu era matriculado também no curso da Polícia Militar, aquela famosa lenda de que agente penitenciário quer ser polícia militar talvez seja verdade, mas para mim não funcionou, eu não quis ser policial militar por escolha própria, porque em 2012 eu optei fazer a matrícula no curso da SEJUS com a esperança de fazer a academia em 2012, mas, como todos aqui que estão matriculados em 2012, essa academia não aconteceu Sr. Secretário, eu sei que não era sua gestão, mas nós passamos por várias gestões e sempre é o mesmo blá, blá, blá, nós não fizemos a academia, colegas se demitiram de emprego, vieram do interior e alugaram casa, ficaram com o prejuízo e nada foi feito. Nossa academia está sendo agora em 2015 e à contratação querem jogar para 2017, ou seja, o concurso de 2010 para sete anos depois, sendo que se eu tivesse optado para a Polícia Militar em 2012 hoje eu já estaria empregado como os outros meus colegas. Agora tem outra academia da PM acontecendo vão tomar posse, possivelmente pelo que eu estou vendo pela boa fé da Casa Civil, vão tomar posse primeiro que a gente, ou seja, dois concursos passaram e o meu está aqui, o nosso está aqui na verdade. E aí qual a situação? É como o colega falou a responsabilidade fiscal só existe para as outras Secretarias, para os outros Órgãos e para SEJUS, por que é que existe? Porque tem esse embate até hoje? Eu quero saber essas indagações, porque é óbvio por que para um tem e para o outro não tem? Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Valeu Ângelo Rafael, obrigado. A pergunta que o seu outro colega fez e que eu concordo. Por que outros assumiram, outros tomaram posse e a SEJUS e os agentes continuam e os socioseducadores continuam a ver navios? Então, parabéns; e eu concordo com você. A palavra agora a Aline Brito. Deixa eu aproveitar, o colega Ângelo Rafael, Secretário, ele fez uma pergunta para você, você estava ausente. Ele perguntou o porquê, exatamente, objetivamente, o porquê que outros, ele, por exemplo, fez concurso da Polícia Militar, e eles já tomaram posse a muito tempo desse concurso dele, porque que os agentes, esse concurso é deixado de lado em detrimento dos outros? Ele quer saber o porquê até hoje eles não conseguiram alcançar o objetivo que era servir o Estado, trabalhar como funcionário público.

O SR. EMERSON CASTRO – É arbítrio de Gestor. Arbítrio do Gestor Público. O gestor estabelece o que é mais urgente, dentro dos seus compromissos com a sociedade. A resposta é simples assim, não tem outra resposta a dar. Por que é que eu contrato 150 agora ou não 200, por que é que eu contrato 8 médicos para POC e não 6 e jogo 2 para Cacoal? É arbítrio, dentro do que ele estabeleceu como compromissos com a sociedade, ele faz compromissos com os municípios, com Prefeitos, com o cidadão e tem limites para poder cumprir esses compromissos, e dentro do que é compromissado e do que é limitado por Lei e limitado pelo orçamento, o gestor faz as escolhas, é assim.

Desculpa, talvez é uma resposta que o senhor não queria ter ouvido, mas é a resposta a se dar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas, só uma observação aqui do Chefe da Casa Civil, Emerson, que arbítrio de gestão é esse, que pode deixar o Estado de Rondônia inadimplente por muitos anos e censurado na Corte Interamericana de Direitos Humanos, por exemplo, porque não tem efetivo para trabalhar, porque existem motins, porque eles vão trabalhar em masmorras da Idade Média, que não tem um mínimo de dignidade, isso é um arbítrio é um poder discricionário do Poder Executivo, é uma atribuição discricionária. Mas, que arbítrio é esse que não vai levar tudo isso em consideração a fim de efetivá-los e empossá-los como agentes servidores públicos, isso que nos preocupa, de verdade, falando de coração. Se arbítrio, a gente tem que pelo menos só pesar o bônus e o ônus. Será que realmente eles são desnecessários para a Administração Pública?

O SR. EMERSON CASTRO – Não. De forma alguma.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - O senhor já falou aqui como Secretário, eles são importantes, eles são tão importantes que nenhuma atividade hoje e nenhum outro segmento da administração tão nevrálgica como eles vocês sofrerão imputações e retaliações por muitos e muitos anos a fim de você sequer receberem repasse de Governo Federal e convênios com outros bancos, por exemplo, com o Banco Mundial, coisa que já foi feito aqui no Estado de Rondônia.

Então, que arbítrio é esse? Como é que estão sopesando a medida de prioridade para os agentes penitenciários?

O SR. EMERSON CASTRO – O que está levando, o que trouxe a Corte Interamericana à Rondônia, o que colocou Rondônia numa exposição mundial, negativa, horrorosa, pavorosa não foram às decisões desse Governo, as decisões desse Governo estão trazendo as soluções para a Corte, as decisões desse Governo estão dando as respostas para a Corte o que trouxe Rondônia a essa condição foram decisões anteriores,...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não, é um conjunto.

O SR. EMERSON CASTRO – Então a gente está discutindo aqui a mesma coisa, todos nós estamos querendo o mesmo objetivo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não. Eu entendo que é um conjunto de ações, mas, por exemplo, o motim eu sei por que eu estava lá, o motim que foi desencadeado no Urso Branco, a Comissão de Direitos Humanos a Corte Interamericana ela estava lá vigilante, é tanto que quando nós participamos daquela Mesa, como observadores, você estava lá Clayton, também nem lhe conhecia, não tinha nem amizade, quem estavam lá eram esses advogados da Corte Interamericana, você lembra, prontos a fazer a denúncia e voltarem para cá logo novamente para que tivesse intervenção. Então, é um somatório de ações, então não tem como tão somente imputar responsabilidade para os governos anteriores, é um somatório de ações, mas eu entendo que se esse somatório passa obrigatoriamente pela contratação dos Agentes Penitenciários e dos Socioeducadores.

O SR. EMERSON CASTRO – E por isso que vão ser contratados.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Além do que vocês já estão fazendo, por exemplo, vocês estão conseguindo construir novas unidades, vocês vão ter que reformar as Unidades Socioeducativas, vocês vão ter que rever a questão do Urso Branco e prioritariamente contratá-los, eu tenho esse entendimento.

O SR. EMERSON CASTRO – E é por isso que já está definido, já existe uma condição estabelecida num acordo, uma decisão de conhecimento de todo mundo de contratação em janeiro já contrata 150 e na medida do possível a gente continua contratando o ano que vem, na medida do possível e do que é razoável; isso aí não há discussão.

Com relação, volto a dizer, com relação a Corte e as respostas o Estado está dando, o Estado está dando equipamento, o Estado está dando em rádios, em coletes que já foram autorizados pelo Exército, em reformas, em ampliação, em obras novas está dando, agora, é uma história de 30 anos que não vai se resolver em 4, em 08 anos, aliás, não se resolve vê até no próximo Governo, infelizmente. Quando a gente fala de números: O número não é suficiente de agente frente à população carcerária. Não é suficiente, mas ainda Rondônia está numa situação mais confortável do que outros Estados, que a maioria dos Estados, mas o Brasil está mal, o Brasil está mal; gente, hoje o Estado que está melhor em educação no País é Goiás, e o País, se tivéssemos os índices de Goiás nós seríamos o 56º país do Mundo em Educação, se todo o país tiver..., então o Brasil está mal na Educação, o Brasil precisa melhorar em Segurança Pública, o Brasil, Rondônia está fazendo o seu papel, e dando a sua contribuição e fazendo o seu esforço, nós não somos inimigos, nós não somos adversários, nós estamos aqui querendo a mesma coisa, desde o início desta Audiência 18h30min a gente tem repetido isso, nós estamos aqui buscando a mesma coisa.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Com a palavra o Deputado Jesuíno depois o Clayton.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado, 21h30 a gente está ouvindo a mesma situação, eu quero aqui falar, não está encaminhando. O que o povo quer, volta lá na situação da polícia, fala da contratação, a gente fica discutindo Lei Orçamentária, e o Secretário está fazendo a defesa, muito bem o seu papel Secretário, eu tenho que parabenizar pela coragem de estar aqui presente, junto explanando, mas a gente quer a efetivação e aí eu acho que vai ser rápido que o senhor falou aqui, não adianta a gente ficar retrocedendo, é datas, o Estado vai propor, se tem como contratar agora, já vai haver o termo de acordo, se tiver esse termo de acordo, até porque não vai evoluir, não vai evoluir o caso aqui não, não adianta também a gente ficar falando não sobre essa situação de retroceder “a”, “b”, “c” ou “d”, pessoal, o povo quer ouvir a situação das datas.

Quanto à questão do acordo: foi feita contratação lá e de um ano, primeiro, janeiro e fevereiro não é isso? Janeiro ou fevereiro a 1ª Academia.

SR. LÉO MORAES (Presidente) – Janeiro, janeiro 2017 o que foi feito 2016, janeiro; e 2017 até 2017.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Então eu acho que dá para discutir isso Deputado Léo para a gente,...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Mas o que acontece Deputado, Vossa Excelência entende o que é que está, é uma demanda de muitos anos que gera insatisfação, é uma demanda reprimida, Vossa Excelência é o que mais faz, por exemplo, Audiência, Vossa Excelência entende o desespero dessas pessoas, com certeza Vossa Excelência já sofreu muito, inclusive isso daí,...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sofro até hoje.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Então assim, é natural ter que ouvi-los, ouvir, e logicamente depois a gente fazer essa pressão que o próprio Secretário já se colocou à disposição, então assim nós já tivemos esse avanço dele ter vindo aqui o Chefe da Casa Civil ter escutado e querer avançar como ele já deixou claro, nós temos que ouvir democraticamente, por mais que se tiver que ficar até meia noite ou duas da manhã, ele vai ficar.

O SR. EMERSON CASTRO - A questão dos 22 socioeducadores; amanhã mesmo já vou tomar pé da situação, tem várias coisas que a gente vai ajustar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - A questão do socioeducador, o próprio Procurador já falou que até quarta-feira ele vai entregar a resposta da questão dos socioeducadores, a gente vai colocar no nosso termo de compromisso, até a semana que vem nós vamos ter toda documentação do impacto financeiro e a gente vai voltar a discutir, então nós estamos caminhando. Nós temos mais duas pessoas, que nós inscrevemos dez, mais duas pessoas para ouvir, depois as outras autoridades e vamos fazer o termo de compromisso e vamos assinar e vamos para o coffee break.

O SR. EMERSON CASTRO - Mas a gente deu esclarecimento sobre índices, em tudo que vocês nos questionarem, a gente tem ou a condição de dar resposta imediata do por que, dos motivos das coisas ou fazer o compromisso formal aqui com os deputados e dar essas respostas, esclarecimentos, isso é avanço. Se vocês não tivessem vindo aqui vocês não teriam sabido de uma série de informações do Estado. Agora é importante enaltecer aqui, eu quero frisar isso, é muito importante enaltecer, primeiro, a abertura que o parlamento faz para que a gente possa dar esclarecimento à sociedade, nós não somos donos do dinheiro público, nós temos que dar satisfação mesmo, e segundo, nesse momento esse acordo que vocês conseguiram foi muito em parte da eficiência e da competência da Defensoria Pública, eu tenho que enaltecer o trabalho da Defensoria, o entendimento com a Procuradoria do Estado, a vontade dos gestores de alcançar esse acordo. Porque se não tivesse acordo, vocês não tinham nem previsão, isso que é fato; não teriam juridicamente falando nem previsão, não tinham feito nem curso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Quem que estava aqui, até por curiosidade, naquele dia lá na Vara lá no fórum Cível

da discussão, levanta o braço, isso. Foi importantíssimo, eu também sempre enalteço, na verdade enalteço, eu me aproximei muito da Defensoria, até quero ajudá-los e o Governador se comprometeu com a gente, não é Emerson, na questão da emenda por conta daquele trabalho, foi ali que eu realmente vi que a Defensoria estava disposta a nos ajudar.

Passar a palavra para o Clayton e logo depois nós temos os dois para encerrar, Deputado Jesuíno, que está ficando tarde.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não é tarde não. Hoje, como eu estava falando, teve audiência, é uma coisa que eu vejo que tem que ser claro, aqui também são homens, tem brio, a gente tem que respeitar e está havendo aqui esse choque que eu não vejo evolução, eu entendo todo mundo aqui e eu defendo aqui, nós somos defensores, Deputado, aqui não tem esse negócio não, a gente é assíduo mesmo, defende quantas e quantas audiências, o problema é que está, o Secretário já explicou a forma e não tem uma eficácia para a gente traçar, a gente já entende, esse cálculo tem que ser apresentado, está furado..

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - É o cálculo que eles vão nos apresentar.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Ai a gente vai evoluindo, evoluindo, chega o momento só de ofensa e não vai chegar a lugar nenhum, é isso que eu estou pedindo, eu quero ficar até o final..

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Não, Vossa Excelência vai ficar sim, é obrigado a ficar, Vossa Excelência vai ficar, já está o termo de compromisso redigido aqui em relação aos cálculos que vão nos apresentar. Clayton para finalizar; depois vamos passar para a Aline.

SR. CLAYTON JÚNIOR - Sr. Secretário, eu sei que uma coisa puxa a outra, mas, para o senhor ter ideia, o que o senhor acha que segura a gente dentro do sistema prisional, o que tem de benefício dentro, de incentivo dentro do sistema prisional? Nada, nada de incentivo para eles trabalharem no sistema, ou dizer: "eu vou ficar porque o sistema penitenciário, o Estado dá condição para a gente trabalhar, equipamento"; a gente está cansado, eu estou há sete anos dentro do sistema e eu só ouço promessa, só promessa, promessa, promessa. A gente sabe, eu vejo o empenho do Secretário, a força que ele faz, entendeu, eu estou participando de reuniões com o Anderson, com o Secretário e a gente vê o empenho dele, mas só ele sozinho não consegue resolver, então a gente precisa da sua ajuda, a gente precisa do pessoal que mexe com questões financeiras, com orçamento, só para o senhor ter uma ideia, o Deputado, a doutora passou um dado de 17 milhões, foi Doutora, que a senhora passou? Dezessete milhões, pelos meus cálculos, leigo aqui, leigo, dá onze milhões por ano, onze milhões por ano. Então é isso aí, Doutora.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Passar a palavra para Aline Brito, que estava inscrita há muito tempo.

O SR. ÂNGELO RAFAEL - Deputado, antes da colega falar aqui, eu que fiz a pergunta, Emerson Castro, a respeito da

contratação de um ou de outro, eu queria só um adendo, desde 2010 para cá ninguém conseguiu fazer esse cálculo, então a pessoa que recebe para fazer esse cálculo não fez? Manda para mim que consigo fazer isso de graça, entendeu, em três dias consigo entregar, em dois dias consigo entregar esse cálculo, porque em cinco anos a pessoa responsável não conseguiu, eu não sei quem está hoje, não conseguiu, eu faço isso de graça, sem pagar nada. E a respeito, o Secretário não falou nada até agora, eu falei do sistema socioeducativo, queria que ele se pronunciasse, que ele diga a respeito, o que ele acha, o que ele vai fazer. Porque como a minha posse está garantida no dia seguinte, a partir de amanhã, segunda-feira eu vou começar a tirar o meu plantão, vou voltar a tirar plantão com meus colegas, com pouco contingente na base, pouco contingente no plantão, quero saber como é que vai ficar a situação do sistema socioeducativo também. Obrigado.

A SRA. ALINE BRITO - É só a respeito desse cálculo também por que gente um agente penitenciário não ganha nem dois mil reais, o bruto dele, o vencimento, mas, a gente sabe que tem adicionais e auxílios, ok, não chega nem a esses três mil.

Pelo cálculo que foi passado pela Procuradora, e certa vez nós estávamos aqui no Plenarinho, mesmo, estávamos em uma reunião da SEAR, que é o Ramires e o George Braga, o Secretário de Planejamento, comentou que seria em torno de R\$ 10.800.000,00. Então eu acho assim, inadmissível vir com essa conversa de dobrar praticamente R\$ 16.800.000,00; porque um agente penitenciário não ganha R\$ 4.500,00, nunca ganhou, eu não sei se tem alguém, só se for comissionado ou alguma coisa para ganhar esse valor todo, mas um agente penitenciário não ganha R\$ 4.500,00. Esse cálculo a gente espera que seja repassado, como o nosso amigo se prontificou em três dias ele passa, mas, a gente sabe que a competência da SEPOG, da Secretaria de Justiça ter esses valores em mãos. Então a gente espera que seja o mais rápido, o mais breve possível para que seja solucionado, porque é menos de um milhão, é um milhão e um pouquinho por mês, a gente é quase 300 e tem vários amigos nossos que já estão na Academia da PM, então já tira eles também. Eu entendo que esse cálculo tem que ser feito pelos 300 que vão se formar, mas tem muita gente que já se foi. E as questões da SEJUS só são resolvidas judicialmente? Porque todo benefício que vem para o servidor é só judicial, nada, nada, nada o Governo oferece, o Governo dá. Então fica aí a dica. Outra coisa a LRF, o impacto só é para a SEJUS?

Porque a gente tem a PM fazendo Academia, o Bombeiro fazendo Academia, Civil vai começar a fazer, a SESAU recentemente chamou mais de cento e trinta e poucos agentes de administrativos. Ok. O acordo, a gente não vai ter nenhuma resposta porque como o Deputado Jesuíno já falou, a gente está só em uma enrolação, ninguém tem uma resposta concreta e a gente quer sair daqui com alguma coisa, porque já tem desde sete horas que começou vai dar dez horas da noite e não tem nenhuma resposta de nada, gente, a gente não é palhaço, não.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Vou passar aqui para o Secretário responder o nosso colega. O Secretário vai responder.

O SR. MARCOS ROCHA – Bom, em relação ao Sistema Socioeducativo, nós temos dentro do Estado, nós tínhamos 16 Unidades em todo Estado. Houve uma reunião junto ao TJ, junto aos Juízes que tratam do Sistema Socioeducativo e as Unidades serão reduzidas para 06 Unidades em todo o Estado. Por que isso? Porque é que foi reduzido o número de Unidades, foram reduzidas? Nós tínhamos Unidades no Estado, e eu visitei quase todas as Unidades desde que eu entrei, tanto do Socioeducativo, quanto também do sistema Penitenciário. Mas nós tínhamos unidades socioeducação que tem regras mais rígidas em relação ao SINASE, ao ECA e nós verificamos que unidades com número de socioeducadores trabalhando, sem nenhum menor internado, assim como também nós vimos Unidades em cidades do Estado de Rondônia, onde tinha todo o aparato ali necessário, tinham os agentes, os socioeducadores trabalhando, mas havia somente um internado e ele era provisório, outra Unidade só tinha três. Então verificando essas situações, são 203 menores internados dentro do Estado de Rondônia, a Justiça, juntamente com a SEJUS decidiu diminuir o número de unidades dentro do Estado. Isso não quer dizer que os socioeducadores que estão em determinados locais, eles serão demitidos ou não cumprirão a suas funções, na verdade serão realocados dentro das unidades que existirem, e essas unidades deverão cumprir todas as regras do SINASE, que os senhores conhecem e também do ECA. Então, basicamente é isso. Em relação ao chamamento, depois dessa reestruturação do sistema socioeducativo é que a gente vai poder levantar, realmente, se há necessidade de chamar socioeducadores, ou não. Essa é a resposta verdadeira, a resposta técnica, que eu estou falando aqui para os senhores.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Vou passar a palavra para o senhor Adson Tavares.

O SR. ADSON TAVARES – Primeiramente boa noite. Meu nome é Adson. Boa noite a Mesa. A primeira pergunta, eu só vou fazer duas, é rápido. A primeira pergunta: O Concurso Público é feito por dois, prorrogado por mais dois, só que o nosso vai ser prorrogado por três, certo? Por quê? E outra.

Mais três anos. E a outra é assim? Se o Governo está com essa boa fé de contratar a metade, por que é que ele contratou? Chamou agora a PM. Era 220, chamou 440, correto? Por que ele não usou esses 240, chamava os 300 da SEJUS e ainda sobrava mais aí uns 90 para chamar da PM, por que ele não fez isso?

O SR. THIAGO DINGER QUEIROZ – Em relação ao prazo do concurso público, o prazo, ele só começa a contar a partir da homologação do resultado final. O curso de formação, ele é uma etapa do concurso ainda, tanto é que alguns podem reprovar nessa etapa, ou seja, não será considerado como apto para exercer o cargo. Esse prazo, ele só vai contar da homologação. Então são dois anos previstos no edital, possível a prorrogação, ainda não venceu que ainda não foi homologado, estão terminando a academia amanhã ainda. São dois mais dois. Até é possível à prorrogação. Do início do certamente, enquanto o resultado final não é homologado, esse prazo não conta para a validade do concurso. A validade do concurso para a nomeação de vocês é o quê? Homologou o

resultado, está publicado no Diário Oficial, a partir da data da publicação no Diário Oficial, que se começa a contra o prazo Estou respondendo a norma jurídica disso. Essa questão do prazo da duração do concurso, eu não tenho como me adentrar neste tema.

O SR. ADSON TAVARES – Eu gostaria agora que o Secretário Emerson respondesse a minha outra pergunta. Já que o Governo está com essa boa intenção de contratar a metade, porque ele dobrou a academia da PM e não chamou os 300 alunos da SEJUS? Ainda sobrava 90 vagas para a PM. Só isso que eu queria saber. O senhor pode responder, por favor? Sem falar que é lei de improbidade fiscal, mas o senhor sabe que dava, se contratou o dobro da PM, com certeza dava para chamar os 300 da SEJUS.

O SR. EMERSON CASTRO – Como é o seu nome?

O SR. ADSON TAVARES – Adson.

O SR. EMERSON CASTRO – Adson, com relação, o senhor me desculpa com relação a minha fala, eu não aceito que eu não possa falar A ou B. Você me desculpa, você pode perguntar o que quiser, eu vou responder o que eu acho que tem que ser respondido. Não mencione Lei de Responsabilidade Fiscal, se tiver alguma coisa a respeito a isso, eu vou ter que falar. Sobre o chamamento, e é importante, o Deputado Lazinho, não está aqui, mas o Deputado Jesuíno, Deputado Léo e vocês. Quantos servidores nós tínhamos na SEJUS há quatro anos? Quantos servidores nós temos hoje? Foram contratados Dr. Ary Gurjão, todos os senhores aqui presentes, cerca de 600 servidores para a SEJUS nos últimos quatro anos, proporcionalmente ao número de servidores que já existiam antes, eu quero acreditar, se há alguma categoria que teve um percentual maior, eu desconheço, no Estado. Se alguma categoria profissional nesse Estado teve um percentual maior do que a SEJUS, teve de contratação nos últimos quatro anos de agente penitenciário, não estou falando desses que estão agora aqui não; estou falando que já foram contratados, eu desconheço. Se houve alguma categoria que teve uma valorização salarial maior, também desconheço. Então no que diz respeito a priorizar, foi priorizado. O que está sendo inaugurado agora, começou a construir mês passado, é feito o projeto, é buscado o dinheiro, isso tudo demanda tempo, demanda anos e está sendo inaugurado agora, às respostas estão dando agora. Concordo com o Clayton quando ele fala do cansaço, concordam com vocês quando reclamam da demora desse concurso, de serem chamados, de serem efetivados, concordo com tudo. Vocês estão cobertos de razão quando reclamam. Vocês estão entendendo que a gente concorda com vocês? Vocês estão entendendo que a gente está aqui pelo mesmo motivo? A gente já fez tanto, que já foram chamadas 600 pessoas ao longo de quatro anos, tanto que houve valorização salarial tanto que já chegou 500 rádios HT Motorola que vocês nunca tiveram, nunca na história do Estado e está chegando outros 500, tanto que já foi autorizado pelo exército, colete, munição não letal, armamento, mais 27 raio x pelo DEPEN. O primeiro Estado a ter esse recurso para a instalação desse equipamento no país, o primeiro Estado é o Estado de Rondônia, tanto que estamos

inaugurando quase 10 unidades socioeducativo penitenciário, é muita coisa, é um mandato, é um Governo. Nos não podemos achar que num Governo vamos responder e transformar tudo às mil maravilhas, não tem jeito. Mas as respostas dadas por este Governo nunca houve em outro. Então Clayton, com relação a priorização com o chamamento, houve sim e os números comprovam isso e vamos estar chamando o máximo possível esse ano, existe um piso para chamar, acordado judicialmente, são 150 em janeiro. Se pudermos chamar mais, vamos chamar, se a fração orçamentária que nos possibilitar chamar, nós tivermos essa condição de fazer a convocação, vamos chamar para a academia, mas vocês já avançaram, a categoria já avançou, não porque o Governo é bom ou porque é condescendente, mas porque é necessário para dar a resposta ao contribuinte, ao sistema. É por isso.

O SR. ADSON TAVARES – Sim senhor. O senhor falou dos HTs. O senhor falou que nós nunca tivemos isso na vida. Eu estagiei nos presídios, nós não nos comunicamos com copinho e um cordão, não. Lá tem rádio sim. Pode estar precário, mas tem rádio.

O SR. EMERSON CASTRO – Eu falei que com essa qualidade rádios HTs Motorola, última geração, com essa qualidade que chegou agora e nesse quantitativo, não teve não. Mil rádios HTs, não teve.

A SRA. LUANA – Deputado Léo, só um minuto?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A Luana quer falar.

A SRA. LUANA – Boa noite amigos. Eu não ia falar hoje, só um pouquinho, Deputado...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Pode complementar Luana, já complementa, depois, logo em seguida o Secretário fala.

A SRA. LUANA – É rapidinho. É um minuto. Eu não ia falar hoje, até porque eu queria evitar me estressar, mas não tem como, eu não vou ficar calada. Então, assim, eu quero só falar, aqui a gente tem gestores, não tem o chefe geral. Então, vai ficar nisso e não vai acabar. Então, assim, eu sei que são gestores, não é o chefe geral. Então, eu quero falar para o Deputado Léo, que propôs a Audiência, eu agradeço primeiro a Deus, depois ao senhor por lutar nossa classe que é tão desvalorizada. Então eu quero perguntar: há possibilidade de a LRF também impedir o Bombeiro, a PM e a Civil, não só a nós? Essa é a nossa proposta. A gente não vai tomar posse todo mundo, mas a gente também não acha justo Bombeiro, PM tomar posse. Então a LRF tem que ser para todo mundo, não só para nós.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado, Luana. A pergunta, como foi feita a mim, aliás, eu acho bem interessante.

Como nós vamos fazer aqui um termo de compromisso, nós vamos pegar todas as contas, tudo que diz respeito, o Deputado Lazinho vai estar conosco nessa junta de estudos,

assim como o Deputado Jesuíno Boabaid, nós vamos elencar, através de tópicos, os gastos, o empenho financeiro em cada Secretaria, em cada contratação de concurso e daí nós vamos discutir a fim de que se dê a devida atenção a todos vocês que estão a mais tempo do que todos os outros.

O Secretário comentou aqui a questão de ser uma atitude discricionária do governo do Estado. Então nós vamos discutir.

Isso é importante, eu concordo contigo, se um é chamado o outro também pode ter totais condições de chamar. Porque se fosse nós sensibilizarmos, a gente vai primeiro na saúde, por exemplo, na educação, eu não tenho dúvidas. Se eu pudesse, como gestor, investir 50% na educação, eu investiria, mas nós sabemos que existem os montantes a serem distribuídos; as porcentagens, isso é a legislação, isso é a Constituição, inclusive, mas, eu acho totalmente pertinente que a gente se adéque a isso e que dê também o devido respeito. Uma coisa que a Justiça foi importantíssima, através da Defensoria Pública, que eu sempre elogio. Lá, o Dr. Edenir Sebastião Albuquerque colocou janeiro de 2016 e a outra turma até janeiro de 2017. Isso, querendo ou não, nos dá uma margem para fazer isso que nós estamos fazendo, trabalhar para que se chame antes. E nós vamos trabalhar, nós vamos trabalhar.

O governo está dentro das suas atribuições. O papel deles é esse, é defender o planejamento que foi feito, às vezes não foi feito. Eu até acho que muitas vezes não é feito mesmo. O nosso papel é justamente diferente disso. É compelir esses dados, é questioná-los e, logicamente, muitas vezes se tiver que concordar, concordar e se tiver que discordar, discordar. Então, a semana que vem nós vamos ter isso, porque o Termo de Compromisso já está feito, eu vou ler para todos vocês já, já.

Só vamos esperar o doutor, o Secretário Adjunto falar, logo depois o Dr. Ary Gurjão também falar, o Vereador Everaldo Fogaça, e nós vamos assinar esse termo de compromisso e vocês, como estão hoje, vocês vão continuar vigilantes para a gente cobrar essa devida resposta do governo estadual, do Governador Confúcio e do Emerson Castro que eu quero deixar registrado que o Emerson Castro, a função a qual ele ocupa é exatamente para isso, é para fazer essa mediação política, é para ter esse diálogo institucional, é para ter o bom entendimento das principais necessidades. Então, esse é o papel do Emerson Castro, e eu acho muito importante que ele esteja aqui, respaldando qualquer discussão que está sendo feita.

Eu vou passar a palavra, Secretário...

O SR. EMERSON CASTRO – Deputado, eu precisava só, porque têm coisas que vão sendo ditas e vão sendo repetidas e, às vezes, se tornam verdades. Eu não sei se há um equívoco, mas é importante dizer para todos aqui que não há decisão judicial sobre os prazos. O Juiz, Dr. Edenir não determinou o prazo de janeiro de 2016 e 2017, não determinou. Existe um acordo proposto pelo Estado de contratar para 2016, em janeiro de 2016, 2017, mas não há uma decisão do Juiz. Isso é uma vontade do Estado em avançar...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não, é uma audiência que foi ajuizada essa audiência.

O SR. EMERSON CASTRO – Dos 1.100 concursados em 2010, já tomaram posse 600. Esses que vão tomar posse agora, são

o saldo desse concurso. Então tem que ficar essas coisas claras, porque 'poxa, não prioriza o agente', o percentual desses 600 já contratados, frente à Corporação, não é Corporação, mas o quantitativo de agentes penitenciários que tinham no Estado é enorme, comparando com outros que foram contratados, cujo percentual é ínfimo frente ao quantitativo que existia, Polícia Militar, Educação e por aí vai. Então, vamos deixar essas coisas esclarecidas para não ter dúvida. ...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Só esclarecer também, aproveitar o gancho, que não foi muito por aí, Secretário. Eu acho que lhe passaram, o senhor não estava presente, não lhe passaram como foi feito.

Na verdade, foi uma audiência em juízo, essa audiência o Sindicato estava, ela não tem poder decisório, ela não é uma sentença. Porém, o que foi convenionado e que foi acordado, é que iria fazer janeiro de 2016 e janeiro de 2017, a Defensoria Pública estava presente. Na sequência houve aquela reunião na OAB, aquela reunião na OAB, que foi onde a Defensoria interpelou e questionou os nossos colegas agentes penitenciários, se eles concordavam que fosse mantida essa linha de defesa, essa linha de atuação para o processo judicial que tanto se falou por aqui. Eles não concordaram, a sua maioria não concordou porque querem a posse para 2016. Essa ata vai constar no processo, essa ata já consta no processo que aí sim, Doutora, vai ser analisada pelo Juiz e aí vai ter uma decisão. Então não é muito exatamente como o senhor falou não, não é por aí não. Não é por aí não, não é não. Aí eu discordo do senhor. Então não é por aí da forma como o senhor falou, é desse jeito que foi conversado. É a proposta do Estado através da provocação do Juiz, do Dr. Edenir, e o George, por sinal, nesse sentido, ele foi muito afirmativo que eu estava presente, eu ouvi e vi, e ele falou, o senhor também estava: "vamos fazer, o importante é começar logo, por mim começava tudo logo no começo de 2016". Ele falou: "mas como a gente, de repente, não vai ter caixa, vamos colocar 2016/2017 e vamos trabalhar a possibilidade de 2016". Foi ou não foi, Secretário? Então, não é bem assim, o Secretário George naquele momento, quem estava lá viu, vocês estavam lá e viram, ele foi solidário nesse sentido, não foi? Ele falou: "por mim começa logo". Ele estava do meu lado. Então é desse jeito que a gente vai tratar, se tudo der certo, a gente consegue chamar todos, quem sabe em 2016. Lógico que a gente vai depender dessa articulação, vai depender da sensibilidade do Governador, a Secretaria de Justiça desde lá, isso daí também, eu não posso questionar que desde lá, eles estavam pedindo para o George Braga colocar todos em 2016. Só que não teria caixa, não poderia, de repente, se comprometer e não cumprir, por que aí sim a quizomba estava feita.

Passar a palavra aqui para o Vereador Everaldo Fogaça, se manifestar, logo depois o nosso amigo, dileto amigo Dr. Ary Gurjão, advogado. Desculpa Vereador Everaldo Fogaça, o Marcos Amaral está há muito tempo na fila, desculpa.

O SR. MARCOS AMARAL – Boa noite a todos os senhores e senhoras presentes. Só queria passar um dado, que é dado, não é um número ilusório. Falou-se muito aqui que as outras categorias foram priorizadas em detrimento dos agentes penitenciários. Eu queria lembrar aos senhores e às senhoras

que em 2012, foi à última vez que a Polícia Militar deu posse aos seus servidores; no mesmo 2012, a SEJUS deu posse a 512 agentes penitenciários. Em 2014, a SEJUS deu posse a 54 agentes penitenciários e em 2015, a SEJUS deu posse a 119.

Portanto, nós chegamos aí a quase setecentos agentes penitenciários.

Então, não é verdade que a SEJUS não tem sido priorizada pelo Governo. E esses são dados que o senhor do Sindicato pode confirmar, que foram as posses das academias que foram feitas, certo? Então, na realidade quase seiscentos e noventa, seiscentos e oitenta e oito, tomaram posse.

Então, não é verdade o que está sendo falado aqui que está se deixando para trás os agentes penitenciários e só as outras categorias estão tomando posse. De 2012 para cá, nós estivemos quase seiscentos e noventa agentes penitenciários que tomaram posse. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Secretário Adjunto Marcos Amaral, ele apresentou alguns dados aqui para a gente, é importante que colabora também no processo aqui da nossa Audiência Pública.

Passar a palavra para o Vereador Everaldo Fogaça, se manifestar aqui neste momento.

O SR. EVERALDO FOGAÇA – Eu gostaria de dar uma boa noite a todos aqui. Cumprimentar o Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública, e pedir uma salva de palmas ao Deputado aqui, que eu sei que neste momento, eu até estava admirando ali a força do Deputado, perdeu o pai há poucos dias, uma pessoa que era muito ligada a ele, e hoje está aqui defendendo já, acompanhei outros debates aqui na Assembleia, o Deputado está aqui, eu gostaria de pedir a todos uma salva de palmas para o Deputado aqui, pela força dele.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Obrigado.

O SR. EVERALDO FOGAÇA – Parabéns Deputado, aí por defender tão brilhantemente, eu que acompanhei o seu trabalho na Câmara Municipal lá, durante dois anos, era um defensor da população de Porto Velho e, com certeza, a gente fica feliz como companheiro de partido, já elogiei o senhor várias vezes, nas reuniões partidárias. E hoje a gente vê a sua atuação na Assembleia Legislativa, aqui destacando também o Deputado Jesuíno Boabaid, Deputado Lazinho, Deputado Maurão, que se destacam perante os outros Deputados pela efetividade do trabalho parlamentar. Eu acho que eu, como Vereador do Município de Porto Velho, como uma pessoa que sempre fui jornalista e sempre cobrei muito das autoridades um trabalho efetivo. E hoje você vê autoridades hoje trabalhando, com efetividade mesmo e fica feliz com isso, porque isso realmente o que o povo quer, é isso realmente que a população quer, quer pessoas que realmente trabalhem pela população, quer as respostas na ponta da língua e por isso que eu estou participando aqui. Cumprimentar aqui o Secretário Chefe da Casa Civil, o Emerson Castro, parabéns também por participar dessa Audiência, infelizmente na nossa Câmara Municipal, os Secretários são convidados e não vão participar dos debates, infelizmente é uma reclamação geral, já externei isso ao Prefeito, aos Secretários, mas infelizmente lá não tem essa

união entre o Governo e a Câmara Municipal, aqui felizmente tem esse respeito mútuo entre as duas partes. Cumprimentar aqui o Secretário Marcos Rocha da SEJUS, também já conheço há bastante tempo, espero, Secretário, que esse problema aí, esse problema é a solução para o Estado, que seja contratado o quanto antes esses socioseducadores, esses agentes penitenciários, para que realmente o Estado precisa. O Estado de Rondônia, a nossa população está amedrontada nas ruas, nós sabemos hoje, a gente sabe que o problema ele vem à tona quando tem uma rebelião no Urso Branco, ou quando acontece um caso aí que toda Rondônia está falando, que um filho acaba matando um pai e está lá detido, mas, é isso aí, então é isso aí que precisa, a gente precisa realmente de pessoas preparadas, nós precisamos dessas pessoas para dar uma proteção maior para nossa população de Porto Velho e a população de Rondônia. Em nome da Câmara Municipal, cumprimentar a todos os presentes aqui, cumprimentar a Defensoria, cumprimentar os familiares dos agentes penitenciários, cumprimentar todos que estão aqui, que com certeza. E fazemos votos, fazemos votos, que quanto antes; todos sejam contratados, para dar uma segurança maior para o nosso Estado, que com certeza o nosso Governador, que eu acredito muito nele, acredito muito nele, Emerson, e leve esse recado a ele, eu acredito muito nele, votei nele duas vezes. Eu espero que realmente seja superado, sabemos que passamos por uma crise que atinge todo o Brasil, atinge o mundo, mas que com certeza vamos ter que achar um caminho, acredito no trabalho do Deputado Léo Moraes, dos Deputados Lazinho, do Deputado Jesuíno, e vamos achar uma solução para isso aí.

Em nome da Câmara Municipal de Porto Velho, em nome do nosso Presidente Jurandir Bengala; dos 21 Vereadores, estamos à disposição e fazendo votos que o quanto antes seja resolvido esse problema aí desses concursos aí, que desde 2010, eu tenho amigos e todos os dias, tenho um programa de rádio e participo também de um programa de televisão, e sou questionado nas ruas de Porto Velho sobre esse concurso. E espero, espero poder dar essa informação quando for questionado o quanto antes e esperamos que todos sejam contratados e que não aconteça igual a um dos que fizeram concurso aqui, não vamos deixar esse cidadão arrumar o quinto emprego. Com certeza essas minhas palavras, obrigado Deputado aí pelo convite e sempre que eu tiver tempo aí, estarei aqui para debater os problemas de Rondônia e de Porto Velho.

Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Obrigado Vereador Everaldo Fogaça, recebo muito lisonjeado a suas palavras, tenho certeza que onde meu pai estiver ele determinaria que eu não esmorecesse em momento algum. Então, eu só estou cumprindo mais uma ordem dele; e ele é daqueles antigos, a gente tem que respeitar se não o chicote come. Quero passar a palavra para o meu amigo, o Dr. Ary Gurjão, que veio também nos brindar com a sua presença.

O SR. ARY GURJÃO – Boa noite a todos. Eu quero apenas cumprimentar o Deputado que está presidindo essa Audiência Pública, apenas para encurtar o tempo aqui, que eu acho que já falamos demais. Eu quero virar, me desculpa mais eu vou

dar as costas, porque eu quero fazer uma homenagem a todos esses funcionários que estão aí, porque eu já fui Secretário de Interior de Justiça e eu sei de todos os problemas que passam por lá e eu sei a agonia que vocês estão passando, eu imagino, eu apenas imagino, porque agonia mesmo a pessoa sente só aquela que está com problema. E eu sinto muito, fico muito triste que tudo isso esteja ocorrendo, mas esse tema que foi falado aqui, que está sendo discutido, eu acho que dentro dos princípios administrativos de toda Gestão Pública, nós temos que falar sobre a eficiência do Governo, que ela não agiu com eficiência quando fez esse concurso. Porque ela não planejou a tempo para todos e nada se previu, porque quem se planeja pode fazer um planejamento e pode prever até os intempéries, até essa situação que vocês estão passando. Então, infelizmente o nosso Governo não agiu com eficiência, com moralidade também, com todo o respeito ao representante do Governo que é a junção do Executivo com o Legislativo, que é o Emerson, que eu também trabalhei na Casa Civil, eu sei como é que funciona isso. Mas, seria moral o Governo chamar vocês já para fazer o cursinho que vocês estão fazendo e amanhã, depois, não vai ser contratado. É moral? É legal isso? É razoável? Então, minha gente, eu acho que esses princípios administrativos que toda a Gestão Pública deve primar por isso, infelizmente ela pecou por isso, e está aí o resultado, mais de 300 pessoas totalmente quase que desesperançosa, a beira de um prazo exíguo e até agora não se teve nenhuma solução. Nós ouvimos palavras bonitas, palavras confortáveis, mas nada, nada realmente objetiva. Então, eu espero que no final dessa Audiência, realmente Deputado Léo Moraes, que o senhor consiga mesmo conduzir com esse documento que vai ser assinado, de uma forma objetiva e que possa comprometer o Governo de uma forma clara objetiva, para que essas pessoas não fiquem mais nessa expectativa, isso vai deixando a pessoa cada vez mais estressada, não só ela, mas a família toda esperançosa e nada, e nada acontece. Então, são essas palavras que eu gostaria de dizer, finalizar, que eu estou completamente solidário a vocês e o que eu puder fazer para vocês também, eu estou aqui para somar. Desejo muita sorte para vocês aí.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Dr. Ary Gurjão é advogado da União e recém-aposentado, mora aqui há muitos e muitos anos, é um legítimo portovelhense, é um Amazônida que veio a muito novo para cá, muito guri e com certeza tem colaborado e muito com o processo de construção e fortalecimento da cidadania de Porto Velho e do Estado de Rondônia. Então eu fico muito feliz em ter sua presença aqui conosco com certeza enaltece e acrescenta muito para o nosso diálogo, para o nosso debate. Logicamente que isso muitas vezes nós temos um tom enquanto áspero, mas é natural do processo democrático, é natural que surjam conflitos, embates ideológicos e posicionamentos doutrinários, técnicos, jurídicos, mas, é bom que o senhor cada vez mais participe e sinta-se mais a vontade, por que certamente o senhor ainda vai ajudar muito Porto Velho e o nosso Estado de Rondônia. Então parabéns Dr. Ary Gurjão. Eu gostaria aqui, o nosso Mestre de Cerimônias, nós esgotamos as falas aqui, agradeço a todos pela paciência, é natural que se demore falar que está tarde, mas é só assim que a gente consegue chegar ao consenso, é através desse diálogo, é ter a esperança de que as coisas vão mudar, hoje eu tenho resignar e também reconhecer que algumas informações eu não tinha acesso, então é importante, por exemplo, que o Chefe da Casa

Civil venha e nos passe muita coisa até para que melhore a qualidade da nossa luta, da nossa disputa, do nosso pleito. Que o nosso pleito de todos os Deputados aqui é o mesmo de vocês, podem ter certeza, independente da área de atuação.

O Deputado Lazinho da Fetagro é especialista em agricultura familiar, você quer falar sobre agricultura na região norte, você tem que ter o Deputado Lazinho da Fetagro na Mesa, eu digo isso por que eu participei daquele evento dos ematerianos que veio gente do Rio Grande do Sul, Deputado Federal também e lá eles falaram: “Lazinho ainda que você está aqui para engrandecer o nosso debate”. E está aqui conosco discutindo agente penitenciário. O Deputado Jesuino Boabaid já é mais da área da segurança pública, é mais dessa militância engajada, já tem mais conhecimento de causa e certamente é obrigatório que ele esteja em qualquer debate e eu fico muito mais à vontade e, inclusive, com respaldo, garantido quando Vossa Excelência está do meu lado, a gente faz uma dobradinha não é Deputado? Direitos humanos e segurança pública, eu agradeço muito por que tenho aprendido também com Vossa Excelência nessa caminhada. Eu vou fazer a leitura aqui do termo de compromisso com todos os participantes do dispositivo da Mesa, que eles vão assinar, e vocês vão acompanhar aqui a leitura e com certeza também depois vão poder opinar.

Termo de Compromisso: Às dezoito horas e cinquenta e seis minutos do dia 5 de novembro do ano de 2015, reuniram-se em Audiência Pública que tem por finalidade debater a imediata contratação dos alunos do curso de formação de agentes penitenciários, assim como socioeducadores aprovados em concurso público de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Léo Moraes, os Excelentíssimos senhores Deputados Léo Moraes, Deputado Lazinho da Fetagro e Deputado Jesuino Boabaid, Excelentíssimo Sr. Emerson Castro, Chefe da Casa Civil, Excelentíssimo Sr. Marcos Rocha, Secretário de Estado da SEJUS, Excelentíssimo Sr. Sérgio Muniz, Defensor Público; Excelentíssimo Thiago Denger Queiroz, Procurador do Estado, representando a SEGEPI; Dr. Gustavo Anez Menacho, representante da OAB; Sr. Clayton Junior, representante do SINGEPERON; Sr. Alex Pablo, Presidente do Sindicato dos Socioeducadores, e Sr. Aldian Cunha Souza, representante dos alunos. Após as explanações, o Sr. Deputado Léo Moraes como representante do povo rondoniense e fiscalizador das ações do Poder Executivo juntamente com os componentes da Mesa e demais interessados firmaram os seguintes compromissos: prazo de uma semana para a SEJUS encaminhar a Assembleia Legislativa o impacto em relação a posse de todos Agentes Penitenciários no mês de janeiro de 2016, conforme nós conversamos; a SEJUS deverá informar até o dia 11 de novembro do corrente ano o porque de 22 socioeducadores”, que vai dar na quarta-feira conforme o senhor pediu, na verdade aqui está indo para quinta, mas não tem problema, ao invés de quarta, quinta, oito dias, não são mais sete, melhor ainda, a gente vai fazer a alteração, eu vou fazer o restante da leitura para ver se todos concordam, “informar até o dia 11 de novembro do corrente ano porquê de 22 socioeducadores que estão na academia terem seus salários bloqueados; a Assembleia Legislativa apresentará emenda na Lei Orçamentária Anual no sentido de aportar recursos para contratação de Agentes Penitenciários do ano de 2016”; é indicativo, não tem problema, aqui a Assembleia Legislativa apresentará indicação de emenda na lei

Orçamentária Anual, indicação, indicação de emenda na lei, e aqui é SEGEF, é o Dr. Thiago, “na Lei Orçamentária Anual - LOA, no sentido de aportar recursos. Plenário das Deliberações da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, aos 5 dias do mês de novembro do ano de 2015.”. Todos estão de acordo com essas alterações que nós faremos?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Deputado Léo, aí fala somente do impacto na folha, o impacto e os valores.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Pode acrescentar, aproveitar que a gente faz.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - O impacto e os valores da folha, não é?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Na verdade quando trata do impacto ele faz o conjunto geral, mas se quiser a gente acrescenta.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Mas aí pode vim somente o impacto, 1%, 2%, pronto e a gente não fica sabendo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Detalhadamente, tudo bem, tudo bem, é uma questão formal.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Acrescenta, e coloca também, Deputado Léo, porque aí não foi colocado já que não foi feito a disposição, não foi uma sentença, um registro e aqui fica registrado: “1º de janeiro a contratação com a possibilidade que ainda o chamamento a mais em janeiro..

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Mas isso já está na audiência.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, mas consagra aqui, em audiência não tem nada sentenciado, já foi sentenciado isso?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Não, mas é judicial, é audiência foi judicial.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Já foi sentenciado isso? Já foi sentenciado, doutora, isso aí?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Não, a sentença vai ser incorporada junto com o processo que ainda está só com a liminar. Mas beleza, se quiser também..

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, ratifica aqui, é porque o juiz pode dar uma sentença diferenciada, é porque o Secretário falou que há a possibilidade de poder chamar até mais de 150, é que o senhor falou que vai avaliar, isso que a gente quer analisar, e uma data podendo chamar até antes do prazo, amarrando a situação bem.

SRA. TAIS CUNHA - Só para deixar claro, não tem decisão liminar referente a prazos de contratação, eu estou até com a ata da audiência aqui e a proposta que está consignada na ata foi de, eu vou ler aqui, a audiência foi longa, estou procurando aqui apenas a parte referente a proposta da Secretaria: “A SEJUS e a SEPOG expõem proposta de uma vez realizada o

curso e aprovados os candidatos, divulgado o resultado final com os candidatos aprovados dentro do número de vagas seja promovida a nomeação de 50% deles até 31 de outubro de dois mil e”, eu acho que esse 31 de outubro aqui foi um equívoco, é “31 de janeiro de 2016 e os outros 50% até 31 de janeiro de 2017”.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Viu que está errado? Tem um erro aí, Secretário. Aqui, Deputado Léo, olha só realmente aqui fala 50% até 31.10.2016 e aqui não é janeiro, e que o Secretário está sendo falado aqui é janeiro de 2016, se vocês fossem seguir a ata só em outubro de 2016, o documento que prevalece é isso aqui, então coloca essa situação janeiro de 2016 com a possibilidade de estudo de chamar a mais, isso é possibilidade.

SR. LÉO MORAES (Presidente) - Como é, Deputado Jesuíno?

O SR. JESUÍNO BOABAID - A ata diz o seguinte, Deputado Léo, a Procuradora está dizendo que é um erro material, mas a senhora sabe que no direito segue o que está dentro do documental, a ata diz o seguinte, “seja promovida a nomeação de 50% até 31.10.2016 e os outros 50% até 31.01.2017”, essa foi a situação.

A SRA. TAÍS CUNHA - Ficou consignada desta forma mas na contestação do Estado nós fizemos esse esclarecimento, que isso foi um erro material de boa fé, a gente já na contestação consignou que a data correta seria 31 de janeiro de 2016.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Só fazer uma observação, Deputado Jesuíno, concordo com V.Ex^a porém vamos pensar no lapso temporal, a decisão aí, na verdade vai ter a decisão que Vossa Excelência falou, é um acordo Judicial, isso ainda não tem sentença, despacho. É o Juiz, o Doutor Edenir coloca até janeiro de 2017. Então não pode passar até 2017. A sugestão de Vossa Excelência é que coloque o ano de 2016, mas aí a diferença vai ser de 30 dias.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não, não.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Por quê?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Se é Janeiro fica aqui, ele pode chamar até 31.10, outubro, dois meses.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não, tudo bem essa primeira parte. A segunda parte não, que são esses 30 dias.

O SR. JESUÍNO BOABAID – São dois meses.

A SRA. TAÍS CUNHA – Agora, essa é a proposta do Estado, foi à proposta que o Estado fez, não é a decisão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, mas o que está sendo pacificado aqui, Doutora, aqui nós estamos falando de Poderes, aqui é o Poder Judicial e um poder a mais, porque o juiz de 1º grau, a senhora sabe, é o Juízo, pode ser reformado se for necessário de 2º grau. A gente está falando aqui de um poder...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Doutora Taís, na contestação está janeiro de 2016?

A SRA. TAÍS CUNHA – Está. 31 de janeiro de 2016.

SR. JESUÍNO BOABAID – Vamos amarrar aqui, é uma situação independente.

O SR. THIAGO DENGGER QUEIROZ – Deputado, a gente já está com um processo Judicial correndo em cima disso. Se essa Audiência fosse preliminar a existência do Processo Judicial, eu concordaria com isso, mas como a gente vê tem isso judicializado, eu entendo que é melhor que nós deixemos do jeito que está esse ponto específico correr no Processo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não entendi.

O SR. THIAGO DENGGER QUEIROZ – Sim. A orientação que eu vou dar aos Secretários é essa, se constar no Termo de Acordo, isso que o senhor está falando eu vou orientar a não assinar.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sobre o que?

O SR. THIAGO DENGGER QUEIROZ – - Eu acho que não é o caso. Já que a gente está com essa matéria judicializada e nestes Termos o Estado de Rondônia, na sua contestação já fez essa proposta nesse prazo correto, então vamos aguardar o pronunciamento judicial, já que não houve aceitação por parte dos...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Aí não, aí não. Nós passamos. Aí eu já vejo, Secretário, uma orientação desnecessária, Doutor, não, aí eu discordo.

O SR. THIAGO DENGGER QUEIROZ – É apenas uma orientação, a autonomia na aceitação ou não da orientação fica ao Gestor.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A Doutora Taís, Deputado Jesuíno vai tentar imprimir a contestação. Vamos dar uma olhada na contestação que é Judicial, vamos ver como é que está redigida essa questão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas eu não vejo nenhum problema acrescentar isso aí, isso aí independe. Se já está judicializado porque não colocar aqui. Ratificar aquilo que foi falado, somente isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – é o que eu penso, ratificar, ratificar.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ratifico o que foi falado, só isso. Ratifico o que foi falado na contestação. Algum problema? Se não tiver, mostra realmente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Ratificado, Doutor Thiago.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ratifica o que foi feito na contestação.

O SR. EMERSON CASTRO – Ratifica-se todas as informações apresentadas inerentes ao processo e cumpre-se tudo o que for deliberado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pronto, não vejo nenhum, isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – A Doutora, e aí eu abaixo a cabeça esse sentido, a Doutora da Defensoria Pública está falando que a ratificação exata, bem aí melhor ainda, vamos colocar a ratificação, não tem problema algum. Coloca a ratificação que é exatamente a contestação do Governo, janeiro de 2016, não é? Janeiro 2016 e janeiro 2017, a ratificação é essa. Eu sei, mas, é que a preocupação do Deputado era na questão de outubro que foi feita na contestação a ratificação. Não é outubro de 2016, é janeiro de 2016 e janeiro e 2017.

Isso só foi um erro de digitação. Entendeu? Então, pronto.

A SRA. TAÍS CUNHA – Mas, eles explicaram isso.

O Sr. Léo Moraes (Presidente) – Isso, mas não para eles, eles não sabem, entendeu? Aqui a Doutora está explicando exatamente isso, vamos colocar a ratificação janeiro 2016 e o outro até janeiro de 2017, sem problema, sem prejuízo.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Com a possibilidade do Chefe da Casa Civil que foi falado com a probabilidade de grandes estudos com a Lei Orçamentária de poder chamar a mais de 150, não é que vai ser chamado.

O SR. EMERSON CASTRO – Não é nem grandes estudos, superação de arrecadação, superávit e arrecadação.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso, é só para acrescentar, só isso. Não é obrigatório vocês chamarem 150, é só isso. É aquilo que o senhor falou, então essa possibilidade com o chamamento de a mais, é isso. E até chamar antes, então é isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Deputado Jesuíno Boabaid, eu estou sendo contestado aqui pelas nossas colegas servidoras da Casa, que eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos e ela está falando que é trabalho análogo, que é trabalho escravo.

Então, vamos já encerrar, concluir. Acabei de ler a contestação. A contestação, o próprio Estado faz a correção, em vez de 31 de dezembro de 2016, é 31 de janeiro de 2016. Ela está trazendo a cópia, nós colocamos, constamos em ata, conforme Vossa Excelência pediu para que não haja nenhum prejuízo e não tenha também nenhum mal entendido entre todas as partes, Dr. Thiago Denger.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Ratificando, não é? Ratificou, pronto.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Só ratificando. Nós vimos à contestação, ela está imprimindo, a Dra. Taís para que todos possam ver que realmente eles tinham errado no prazo. Não é outubro é para imediatamente, em janeiro de 2016, pelo menos a metade e aí a gente discutir a outra...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para, questão de Ordem. Falando em funcionários, eu quero aqui também cobrar, como tem três Deputados da Casa, que nós iremos procurar o Deputado Maurão para tratar sobre os servidores, as horas extras, gente. É uma forma, nós temos que valorizar os que estão aqui.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não, nós já havíamos conversado, vamos procurar o Deputado Maurão de Carvalho. Deputado Lazineho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Nós vamos articular a primeira greve na Assembleia Legislativa e eu encabeço.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – O Deputado Lazineho tem experiência nisso, rapaz.

Vamos fazer agora a leitura oficial, por gentileza. Eu vou pedir... Tinha um erro também aqui na qualificação, então eu vou ter que ler novamente. “Às 18 horas e 56 minutos do dia 05 de novembro de 2015, reuniram-se em Audiência Pública, que tem por finalidade debater a imediata contratação dos alunos do Curso de Formação de Agentes Penitenciários, assim como Socioeducadores aprovados em concurso público de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, os Excelentíssimos Senhores Deputados Léo Moraes, Lazineho da Fetagro e Deputado Jesuíno Boabaid; Excelentíssimo Senhor Emerson Castro, Secretário Chefe da Casa Civil; Excelentíssimo Senhor Marcos Rocha, Secretário de Estado da SEJUS; Excelentíssimo Senhor Sérgio Muniz, Defensor Público, representando a Defensoria Pública; Excelentíssimo Senhor Thiago Denger Queiroz, Procurador do Estado, representando a SEGEF; Excelentíssima Senhora Luiziana Teles Feitosa, Defensora Pública, representando a Defensoria Pública; Dr. Gustavo Adolfo Anez Menacho representando a OAB; Senhor Clayton Júnior, representante do SINGEPERON, Senhor Alex Pablo, representante da Associação dos Socioeducadores; Aldian Cunha Souza, representante dos alunos. Após as explanações o Senhor Deputado Léo Moraes, como representante do povo rondoniense, fiscalizador do Poder Executivo, juntamente com os componentes da Mesa e demais interessados, firmaram os seguintes compromissos: prazo de uma semana para a SEJUS encaminhar à Assembleia Legislativa o impacto e todos os valores em relação à posse de todos os agentes penitenciários no mês de janeiro de 2016, A SEGEF deverá informar até o dia 11 de novembro do corrente ano o por que dos 22 socioeducadores que estão na academia terem seus salários bloqueados. A Assembleia Legislativa apresentará a indicação de emenda na Lei Orçamentária Anual – LOA, no sentido de aportar recursos para contratação de agentes penitenciários no ano de 2016. Fica acordado entre as partes a validade da contestação sobre a ação principal no que diz respeito à posse dos primeiros agentes penitenciários, isto é, posse imediata já em janeiro de 2016. Plenário das Deliberações da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, aos cinco dias do mês de novembro do ano de 2015.

Todos de acordo? Beleza. Todos de acordo, vamos assinar e de antemão já avisar que nós vamos ter aqui um coffee break, para nós confraternizarmos e conversarmos a respeito desta Audiência Pública. Então eles vão assinar e logo na sequência nós vamos para lá.

Eu peço licença já para, invocando a proteção de Deus, encerrar a referida Audiência Pública que tratou dos agentes penitenciários e socioeducadores do Estado de Rondônia, parabenizando os bravos guerreiros que até agora ficaram conosco. Parabéns e contem conosco. Fiquem com Deus. Vamos aqui para o coffee break.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 22 h e 35 min.)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº0113/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 21 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

PRORROGAR

A Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços de Informática, instituída pelo ATO Nº2014/2015-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 071 de 06/05/2015, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Porto Velho, 12 de janeiro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0120/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 21 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

PRORROGAR

A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia da Assembleia Legislativa/RO, instituída pelo ATO Nº0976/2015-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 040 de 12/03/2015, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Porto Velho, 14 de janeiro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0121/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos dos Artigos 10 e 21 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

PRORROGAR

A Comissão de Comissão Especial de Gestão, Acompanhamento e Fiscalização, dos Contratos nº 009/2012 do Processo nº 00791/2012, referente ao Projeto Básico do Programa de Bolsa Estágio e o Contrato nº 010/2012 do Processo nº 00790/2012, referente ao Projeto Básico do Programa de Jovem Aprendiz, instituída pelo ATO Nº1726/2015-SRH/P/ALE, publicada no Diário Oficial da ALE-RO nº 061 de 15/04/2015, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Porto Velho, 14 de janeiro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2015/CPA/ALE/RO
Processo Administrativo nº 13555/2015-31

Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 7º do Decreto Federal nº 3.555/2000 e inciso VI do art. 8º do Decreto Federal nº 5.450/2005 **HOMOLOGO** o procedimento da licitação supracitada que tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DO GÊNERO ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE CONSUMO DO DEPARTAMENTO CERIMONIAL**, em que se sagrou vencedora do certame a empresa **VCS - VIEIRA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **17.732.735/0001-02**, conforme descrição detalhada no quadro abaixo, por estar em conformidade com as normas legais, Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 7.892/2013, Resolução ALE 152/2007 e Lei nº 8.666/93.

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT	MARCA	V UNIT
01	Açúcar refinado, obtido de cana de açúcar, com aspecto, cor, cheiro próprios, sabor doce, com teor de sacarose mínimo de 99%, umidade máxima de 0,3%, sem fermentação, isento de sujidades, embalado em pacotes plásticos atóxicos, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, contendo aproximadamente 1 quilo, acondicionados em fardos lacrados. Validade mínima de 11 meses da data de entrega e suas condições deverão estar de acordo com a RDC 271/05 ANVISA. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenamento e quantidade do produto. As inscrições obrigatórias "contém glúten" ou "não contém glúten", conforme Lei 10674 de 16/05/2003 e demais inscrições exigidas conforme a legislação vigente.	PCT	100	Itamarati	2,85
02	Adoçante dietético; composto de sacarina sódica e ciclamato de sódio, frasco de 100 ml cada; líquido, com validade mínima de 01 ano a contar da data de entrega; acondicionado em caixa de papelão reforçado; e suas condições deverão estar de acordo com resolução RDC 271/05 ANVISA; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	FR	10	Adocyl	7,60
03	Bicarbonato de Sódio, pacote pequeno (30gr).	PCT	100	Q Delicia	2,00
04	Chocolate; tipo Wafer pequeno, branco e preto, caixa com 20 unidades de 126 gramas, validade mínima de 120 dias da data de entrega do produto. Suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de	CXA	150	Lacta (bis)	6,00
05	Amendoim tipo Japonês, pacote 500 gramas, validade mínima 150 dias da entrega do produto	PCT	80	Dori	4,50
06	Biscoito com sal; tipo Água e Sal; composto de farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, água, sal e outros ingredientes permitidos; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 05 meses; e suas condições deverão estar de acordo com portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito à verificação no ato da entrega aos procedimentos Administrativos determinados pela ANVISA. Pacote com 400 grs	PCT	80	Dallas	4,00

07	Biscoito com sal; tipo Cream Cracker; composto de farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, água, sal e outros ingredientes permitidos; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 05 meses suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito à verificação no ato da entrega aos procedimentos Administrativos determinados pela ANVISA. Pacote com 400 grs	PCT	50	Dallas	4,00
08	Biscoito com sal; tipo Integral; composto de farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, água, sal e outros ingredientes permitidos; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 05 meses; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito à verificação no ato da entrega aos procedimentos. Pct c/ 200 grs	PCT	50	Marilan	3,30

LOTE 2

01	Biscoitos tipo doce recheado Wafer: • Doce de Leite; • Chocolate; • Chocolate com Baunilha; • Chocolate Branco; • Morango; Composto de farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, e outros ingredientes permitidos; embalagem filme Bopp, com validade mínima na datada entrega de 07 meses; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito à verificação no ato da entrega aos procedimentos Administrativos determinados pela ANVISA pct c/ 20 unds de 140grs	PCT	120	Visconti	3,00
02	Biscoitos tipo Rosquinha; Sabores: • Amanteigado; • Chocolate. Preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, pacote com 400 gramas, com validade mínima de 07 meses da entrega do produto. Suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. Serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados, não podendo apresentar quebradiço	PCT	150	Visconti	5,00
03	Chá Sabores: • Camomila; • Erva Cidreira; • Maçã; • Erva Mate Natural; • Erva doce; • Anis; • Abacaxi com Hortelã Constituído de florais inteiros; de espécimes vegetais genuínos dessecados; de cor amarela pardacenta; com aspecto cor cheiro e sabor próprios; isento de sujidades, parasitas e larvas; validade mínima de 11 meses a contar da entrega, caixa com 10 sache; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução RDC 277 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos Administrativos determinados pela ANVISA. Caixinhas com 10 saches cada.	Cxa	50	Leão	2,88

04	Canela em Pó; Canela pó fino, sem açúcar, acondicionado em tubo de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente. A embalagem deverá apresentar identificação e procedência, número do lote data de fabricação, data de validade mínima de 6 (seis) meses, de acordo com a RDC nº276/2005 embalagem com 30gr	FR	150	Q Delicia	2,35
05	Suco de Nêctar da Fruta; Sabores: • Pêssego; • Uva; • Goiaba; • Caju; Composto líquido com vitaminas, açúcar, estabilizante, antioxidantes e conservantes; obtido pela mistura no mínimo de 50% de suco e polpas integrais de frutas; processamento tecnológico adequado, submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo; frutas maduras e sãs, água potável, açúcar, ácidos orgânicos e outras substâncias permitidas; com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; conforme recomendação de embalagem, validade mínima 5 meses a partir da data da entrega, (3 dias após aberto), em refrigeração; acondicionado em caixa cartonada contendo 1 litro; e suas condições deverão estar de acordo com a de acordo com resolução RDC 272 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação	Und	200	Dell Vale	5,00
06	Achocolatado em Pó, instantâneo, solúvel, obtido pela mistura do cacau em pó solúvel, açúcar, maltodextrina, leite em pó e/ou soro, extra, constituído de pó fino e homogêneo, isento de soja ou farinha, sujidades e materiais estranhos, admitindo teor de umidade máxima de 3%. Acondicionado em pacote de polietileno, recipiente de polietileno ou de folha de flandres, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Contendo aproximadamente 400g de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega, de acordo com a RDC nº276/2005.	Lta	200	Nescau	7,90

LOTE 3

01	Leite em pó Integral Instantâneo; Embalado em latas de flandres ou alumínio, isenta de ferrugem, não amassadas, resistentes, não violados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Deverá atender as especificações técnicas da Portaria nº 369 de 04/09/1997 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de origem Animal do Ministério da Agricultura. Validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega. Caixa com 24 unidades	Cxa	20	Nestle (ninho)	360,00
----	---	-----	----	----------------	--------

LOTE 4

01	Guardanapos de papel, branco, macio, com alto poder de absorção, folha simples, gofrado, medindo 21 x 22 cm, 100% fibra virgem, embalagem com 50 unidades.	PCT	200	Kitchen	1,50
02	Guardanapos de papel, branco, macio, com alto poder de absorção, folha simples, gofrado medindo 30 x 31 cm, 100% fibra virgem, embalagem com 50 unidades.	PCT	100	Kitchen	2,50
03	Mini Colher; material plástico (colher little Coffee), para cafezinho, transparente ou na cor branca, embalagem plástica com 200 unidades.	PCT	100	Plastilândia	6,50
04	Copo em vidro transparente, tipo taça, nas dimensões de 7,6 x 13 cm, capacidade 300 ml, Peso - 0,22 kg.	PCT	120	Nadir	6,90
05	Jarra graduada com tampa, com as seguintes características: Dimensões: 26,2 x 13,8 cm Capacidade: 3 Litros Matéria-prima: PP (PoliPropeno)	UND	10	Plasvalle	11,00
06	Garrafa Térmica, com as seguintes características: Capacidade 2,5 Litros Inox Altura: 41 Cm Largura: 15 Cm Profundidade: 25 Cm Material: Vidro/Polipropileno	UND	10	Soprano	300,00

Porto Velho/RO, 18 de janeiro de 2016.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO